



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 080

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 104ª SESSÃO, EM 27 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 163/83, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.

— Projeto de lei do Senado nº 164/83, de autoria do Sr. Senador Pedro Simon, que estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus agentes financeiros.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 709/83, de autoria do Sr. Senador Marco Maciel, de retirada do Requerimento nº 695/83. **Deferido.**

— Nº 710/83, de urgência, para a Mensagem nº 126/83, que autori-

za o Governo da Paraíba a elevar temporariamente o montante de sua dívida consolidada no valor que menciona.

— Nº 711/83, de urgência, para a Mensagem nº 128/83, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente a sua dívida consolidada no valor que menciona.

— Nº 712/83, de autoria do Sr. Senador Marco Maciel, solicitando a criação de Comissão Especial Mista para programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da primeira Carta Republicana no País.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — Gravidade da situação do abandonado.

SENADOR ODACIR SOARES — Observações sobre a conjuntura política, econômica e social brasileira.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Regime mi-

litar do Uruguai que perdura por dez anos. Apelo em prol da libertação de presos políticos.

SENADOR JORGE KALUME

— 16º aniversário do falecimento do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/79 (nº 1/79 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da convenção sobre a proibição do uso militar ou hostil de técnicas de modificação ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9 de novembro de 1977. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 68/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Rocha, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 36.406.475,24. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 71/83, que autoriza o

Ata da 104ª Sessão, Em 27 de junho de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Claudionar Roriz — Aloysio Chaves — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Passos Pôrto — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Enéas Faria — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 1983

Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 12 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, o seguinte § 2º, com renumeração do único existente:

“Art. 12.

§ 1º

§ 2º A todo trabalhador rural mensalista que residir no imóvel rural de propriedade do empregador e que o desejar, será concedida uma área de terras de, no mínimo, dois (2) hectares, próxima à sua moradia, para que a explore com culturas ou criação de animais, de acordo com as necessidades da família.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Para os trabalhadores rurais empregados em empresas que exploram o setor de plantação de cana-de-açúcar já

Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 747.290.796,00. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 25/81, (nº 6/79, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados. **Discussão encerrada,** voltando à Comissão competente em virtude de recebimento de emenda em plenário.

— Projeto de Lei da Câmara nº 127/81 (nº 2.592/80, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de aviso prévio na despedida indireta. **Aprovado.** À sanção.

1.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Mensagem nº 126/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 710/83, lido no Expediente. **Aprovada** nos termos do Projeto de Resolução nº 84/83, após pareceres orais proferidos pelos Srs. José Lins e Aderbal Jurema, tendo usado da palavra no encaminhamento de sua votação os Srs. Humberto Lucena, José Lins e Alberto Silva. À Comissão de Redação.

— Mensagem nº 128/83, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 711/83, lido no Expediente. **Aprovada** nos termos do Projeto de Resolução nº 85/83, após pareceres orais proferidos pelos Srs. Luiz Cavalcante e Passos Pôrto. À Comissão de Redação.

— Redações finais dos Projetos de Resolução nºs 84 e 85, de 1983, apreciados anteriormente. **Aprovadas.** À promulgação.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR PEDRO SIMON — Necessidade da convocação extraordinária do Congresso Nacional no mês de julho, com a finalidade de examinar e debater as recentes medidas econômicas e sociais adotadas pelo Governo.

SENADOR HÉLIO GUEIROS — Considerações sobre o estado de saúde do Senhor Presidente da República, em face noticiários da Imprensa sobre o assunto.

SENADOR ADEBAL JUREMA — Convenção Regional do PDS de Pernambuco. Propósitos que animam S. Exª como Presidente eleito do Diretório do Partido — Seção de Pernambuco.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Documento enviado ao Sr. Ministro Hélio Beltrão pelas Coordenadoras Estaduais do PRO-NAV — LBA, solicitando a liberação de recursos do FINSOCIAL para os programas de creches-casulo e para complementação alimentar de gestantes e crianças até 6 anos de idade em todo o País.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Avanço das empresas multinacionais da indústria farmacêutica em relação às brasileiras.

SENADOR MÁRIO MAIA — Protesto de S. Exª pelo tratamento dispensado pelos órgãos do Governo Federal que mantêm convênios com o Governo do Estado do Acre, especificamente a Superintendência da Borracha.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Necessidade da criação de mecanismos que obriguem, em prazos curtos e rígidos, a manifestação das duas Casas do Congresso Nacional sobre as proposições de iniciativa parlamentar.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Nota oficial da Asso-

ciação Médica de Mato Grosso, de protesto contra as perseguições políticas que estariam se caracterizando nas demissões na área médica daquele Estado.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO, ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na Sessão de 24-6-83.

3 — RETIFICAÇÕES

Ata da 90ª Sessão, realizada em 10-6-83

Ata da 3ª Reunião, realizada em 20-6-83

4 — COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Portarias nºs 1 a 3, de 1983

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 96ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1983

(Publicada no DCN (Seção II), de 17-6-83.)

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN — Seção II — de 17-6-83, página nº 2482, 2ª coluna, no item 2,

Onde se lê:

ATA DA 96ª SESSÃO, EM 16 DE MAIO DE 1983

Leia-se:

ATA DA 96ª SESSÃO, EM 16 DE JUNHO DE 1983

Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação ou seus agentes financeiros, conterá obrigatoriamente, o saldo correspondente ao trimestre em que está inserida a data em que foi solicitado, podendo ser pago até 24 (vinte e quatro) horas antes do vencimento do referido trimestre que lhe foi fornecido.

Parágrafo único. Acontecendo do último dia do trimestre cair em feriado ou dia em que o estabelecimento estiver fechado, o procedimento deverá se verificar no último dia útil do trimestre.

Art. 2º A quitação, a baixa da hipoteca e a escritura do imóvel quitado na forma do art. 1º não poderá exceder, sob hipótese nenhuma, a 60 (sessenta) dias do pagamento feito na forma do art. 1º e parágrafo único.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto visa ordenar uma situação que vem afligindo grande parte dos promitentes compradores de imóveis pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus agentes, quando do desejo daqueles em quitarem suas propriedades.

O que tem acontecido é que os órgãos repassadores do BNH protelam sempre a quitação para o semestre seguinte ao pedido do promitente comprador, ocasionando um aumento no saldo devedor de 20 a 25%, em apenas alguns dias. Ora, é o juro mais caro do mundo. E isto vem acontecendo com operários, trabalhadores, funcionários públicos, professores, profissionais liberais, enfim todos aqueles que sonharam com a casa própria, guardam seu dinheiro e na primeira oportunidade procuram quitá-lo, para se livrarem das famigeradas correções no saldo devedor trimestrais.

A atitude dos agentes financeiros em reter até 360 (trezentos e sessenta) dias a baixa da hipoteca e a escritura definitiva é suspeita. Dá a entender que o dinheiro pago pelo promitente comprador é jogado no mercado financeiro, produzindo novos lucros para o agente financeiro e grande prejuízo para o BNH que não recebe o dinheiro no tempo correspondente à quitação por parte do promitente comprador da unidade financiada.

A medida proposta visa corrigir séria anomalia e recoloca a sistemática dentro de ordenamento normal e legal. Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — **Pedro Simon.**

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 709, DE 1983

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requerio a retirada do Requerimento nº 695, de 1983, de minha autoria.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — **Marco Maciel.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 710, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "B" do Regimento Interno, para a Mensagem nº 126/83 que "autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar temporariamente o montante de sua dívida consolidada no valor de Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, se-

existe o direito a uma área de terras, de até dois hectares, destinada à plantação de lavouras de subsistência (milho, feijão, arroz, batata, verduras, etc), na forma do disposto no Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

O Presente projeto cuida, pois, de transplantar para a legislação rural em geral a norma aí estabelecida que, na verdade, envolve uma necessidade de todas as famílias de trabalhadores do campo.

Sala de Sessões, em 27 junho de 1983. — **Nelson Carneiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.889, DE 8 JUNHO DE 1973

Estatui normas reguladoras do trabalho e dá outras providências.

Art. 12. Nas regiões em que se adota a plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a cargo do

empregado rural, quando autorizado ou permitida, será objeto de contrato em separado.

Parágrafo único. Embora devendo integrar o resultado anual a que tiver direito o empregado rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo da remuneração geral do empregado durante o ano agrícola.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 1983

Estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus Agentes Financeiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O fornecimento do saldo devedor dos promitentes compradores de imóveis financiados pela Caixa

tecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos)".

Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — **Aloysio Chaves** — **Humberto Lucena**.

REQUERIMENTO Nº 711, DE 1983

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "B" do Regimento Interno, para a Mensagem nº 128/83 que "autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente a sua dívida consolidada no valor de Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos)".

Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — **Roberto Saturnino** — **Líder do PDT** — **Aloysio Chaves** — **Líder do PDS** — **Humberto Lucena** — **Líder do PMDB**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão objeto de deliberação após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 712, DE 1983

Cria Comissão Especial Mista para os fins que especifica.

Requeiro, nos termos do disposto no art. 75, alínea "c", in fine, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Especial Mista, integrada por 7 (sete) Senadores e 7 (sete) Deputados, para, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da primeira Carta Republicana no País.

Para consecução de suas finalidades a Comissão deverá promover amplos estudos, análises, avaliações e debates sobre o Centenário da República e instituições coetâneas, bem assim, sobre a evolução e estágio atual do processo de desenvolvimento nacional, particularmente sob os aspectos político, social, econômico e cultural, podendo, para tanto, articular-se com o Poder Executivo Federal, o Supremo Tribunal Federal, com os Poderes Estaduais e Municipais, Associações e organizações não governamentais de cunho cultural, político, social, econômico e religioso.

Dos levantamentos, estudos, análises, avaliações e debates, levados a efeito pela Comissão, poderão resultar proposições a serem submetidas ao Congresso Nacional nos termos do disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

Justificação

O requerimento que agora temos a honra de submeter aos eminentes membros do Senado Federal, seqüência e dá forma à proposição que anunciamos em discurso pronunciado sobre o assunto nesta Casa, em sessão do dia 7 do corrente.

Cuida o requerimento de dotar o Congresso Nacional de uma Comissão Especial Mista, encarregada de promover, de forma mais ampla possível, a comemoração nacional pelo transcurso dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País.

E não sem motivo: afinal, são marcas decisivas da vida brasileira, pois esses 100 anos nos separam igualmente da implantação no País de outras relevantes instituições políticas coetâneas da República, tais como: a Federação, o Presidencialismo, o Bi-cameralismo em sua forma atual.

A expressiva relevância desses acontecimentos indica, mais que a conveniência, a necessidade de nos prepararmos, não apenas para comemorar adequadamente eventos tão notáveis, como, ao mesmo tempo, realizarmos — governo e nação — um amplo balanço do itinerário percorrido desde o movimento de que resultou a procla-

mação da república e o suceder de outras densas transformações em nossa história.

Para mostrar que se trata de questão atualíssima, basta lembrar que a forma política vigente desde 1889 é a República Federativa e o regime "livre e democrático", segundo programa expresso no texto constitucional, então promulgado; mas é notório que desde aqueles anos iniciais até hoje, ainda se discutem amplamente os dilemas desse sistema político, e é na presente década que se busca dar consistência, estabilidade e força ao projeto democrático e institucional brasileiro.

A reflexão que nos enseja a análise do Brasil Republicano será fecunda na medida em que proporcione a compreensão da nossa realidade social, econômica, política, cultural e institucional, e projete as linhas básicas, os rumos a serem seguidos, para a construção do nosso futuro.

Estamos na década em que transcorrerá o primeiro século da Proclamação da República e mais do que nunca se faz necessária a interação entre governo e nação — pois esse era o sentido da Revolução Republicana, o objetivo dos ideais de 1889 — e essa é, sem dúvida, a inspiração medular do projeto de aperfeiçoamento institucional do Brasil, presidido pelo Presidente da República João Baptista Figueiredo.

Além de comemorarmos convenientemente essa importante efeméride — tão necessária à cristalização de nossos valores e ao florescimento de nosso civismo — estaremos dando uma notável contribuição no sentido do melhor conhecimento de nosso ordenamento jurídico-constitucional e do nosso processo de desenvolvimento, que desejamos crescentemente orgânico e integrado, realizado sob a égide de uma ordem democrática que assegure a liberdade, a ordem, a livre iniciativa e a presença internacional do País, conforme os valores que cultua ao longo de sua jornada histórica.

Relembre-se, a propósito, precedentes se significativa utilidade, como as lições que ficaram das comemorações do centenário da independência, em 1922: o Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a mais duradoura de nossas revoluções culturais, representada pela semana de arte moderna, que o inesquecível Gilberto Amado qualificou de "O renascer do Brasil dentro de nós".

Para extrair um exemplo do exterior, vale recordar os festejos e estudos realizados, não apenas no território norte-americano, como em todo o mundo, quando do transcurso do bi-centenário da independência dos Estados Unidos da América. Aqui a Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, então presidida pelo imperecível Deputado Joaquim Coutinho, promoveu um simpósio que serviu para homenagear, perquirir analisar e tornar melhor conhecidas as instituições norte-americanas.

Por todas essas razões, agora que estamos na década da passagem da Proclamação da República, convém que realizemos as comemorações e, associadamente, os estudos, análises e apreciações sobre o nosso devenir histórico, buscando recolher lições para o futuro.

Daí sugerimos que sejam considerados quatro prismas principais de análise: o político, o econômico, o cultural e o social, e que sejam convocadas a prestar sua colaboração pessoas e instituições da União, Estados, Territórios e Municípios da Federação.

É, a nosso ver, correto e adequado que tenha origem no Congresso Nacional a proposta no sentido de que se mobilizem o Governo e a Nação, por intermédio de suas organizações e entidades, para o fim de comemorarmos e — o que mais é importante, friso — refletirmos sobre esses fatos da nossa vida republicana e federativa, institucionalizados na Constituição de 1891.

Não estaríamos cometendo uma hipérbole de linguagem se acrescentássemos que tudo que se fez de relevante ou perdurável neste País, desde os pródromos da independência, teve como matriz o âmbito — ou, quando nada, a participação do Poder Legislativo.

Não será descabido, pois, conferir ao Congresso Nacional esta importante missão, não apenas a atual, mas

também as anteriores constituições brasileiras, que atribuíram à Câmara dos Deputados o processo permanente e específico de representar o povo brasileiro e ao Senado Federal expressar os interesses da Federação e de zelar pelo equilíbrio federativo da União.

As duas Casas do Congresso Nacional têm mais que a tarefa — perdoem a ênfase: têm o dever — de adotarem as providências necessárias a uma adequada comemoração dos eventos cívicos e à avaliação do nosso próprio destino como Nação.

Esperamos, em face as razões expostas, venha a presente proposição merecer o apoio dos eminentes pares, possibilitando à Instituição Parlamentar dar mais uma oportuna e significativa contribuição ao País e à consecução dos valores maiores da Nacionalidade.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento lido será encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder de Partido.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quantos assistiram ontem ao "Fantástico" da Rede Globo estão hoje traumatizados, diante do grave quadro mostrado pela televisão, relativamente ao abandono do menor em nosso País, e principalmente ao estado de miséria em que vivem milhões de brasileiros.

Assistimos a flagrantes terríveis. Crianças relatando seus crimes e depoimentos de meninos e meninas, que fizeram arrepiar todos aqueles que possuem algum sentimento de humanidade e solidariedade.

Meninas de 9 anos violentadas, meninos com 7 anos já assassinos, pais que, impossibilitados de sustentar a família, atiram filhos na mendicância e conseqüentemente na carreira do crime, num País que se perde ainda hoje em discutir se se deve adotar ou não o planejamento familiar ou o controle da natalidade.

Esse quadro doloroso, com maior intensidade se faz presente nos grandes centros, sendo que, conforme a reportagem, só no Rio de Janeiro existem mais de 2 milhões de carentes, dos quais menos de 10% são assistidos pelo poder público, de maneira insuficiente quando não prejudicial.

Enquanto isto, são despendidos bilhões de cruzeiros em obras adiáveis e se destinam enormes parcelas da Loteria Esportiva e da Loto para fins que não chegamos a conhecer, quando poderiam atender àqueles desassistidos esses imensos recursos, retirados semanalmente dos assalariados, quase todos dos menos favorecidos, que buscam no jogo a esperança de conseguir melhores meios de sobrevivência.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Aderbal Jurema — Nobre Senador Nelson Carneiro, de fato a reportagem a que quase todos assistimos ontem no "Fantástico" da Globo, nos deixa a nós, representantes do povo, uma sensação de quase convivência com esse problema, que, em verdade, Senador Nelson Carneiro, não é apenas um problema do Governo, não é apenas um problema do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do Governo Municipal, do Governo Estadual nem do Governo Federal. Senador Nelson Carneiro, o que vimos ontem constitui uma amostragem da situação do menor abandonado no Brasil, e um índice que nos indica, sem nenhuma alusão às desindexações que andam por aí, um índice muito grave do estado de saúde da sociedade brasileira. Senador Nelson Carneiro, lembro-me do Professor Maciel, de Itabaiana, Diretor do colégio onde estudou José Lins do Rego e, depois, este seu cole-

ga chegava lá, e até aconteceu um livro, que é o segundo da série de José Lins do Rego — o primeiro, "Menino de Engenho", o segundo, "Doidinho", Doidinho porque ele era o doidinho do colégio. O Professor Maciel dizia: "Falem sempre a verdade. Muitos de vocês pensam que estão aqui sadios, mas não estão, e dizem que estão bem. É preciso que digam que têm cólicas, para que possamos aplicar o óleo de ricino para curá-los" — naquela época usava-se o óleo de ricino para combater os vermes. Senador Nelson Carneiro, a sociedade brasileira está doente, está doente porque aquela reportagem do "Fantástico" demonstra que não estamos cuidando do corpo da sociedade brasileira. Precisamos todos nós, desta tribuna e de outras tribunas que existem, tão importantes quanto a nossa, precisamos gritar e agir, no sentido de que aqueles fatos mostrados pelo "Fantástico" sejam corrigidos. É um problema social e é um problema econômico. É um problema moral e é um problema cristão. Vamos, Senador Nelson Carneiro, constituir nesta Casa um grupo quase de camisas, e lutar para que não continue o problema sendo tratado tão marginalmente, através das Funabens, as Funabens saíam, Senador Nelson Carneiro, porque o problema é muito maior do que todas as Funabens do Brasil. Vamos nos dar as mãos, Senador Nelson Carneiro, numa ciranda de solidariedade cristã, para que amanhã não possamos assistir o que vimos ontem no programa da Globo.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Exª tem inteira razão, nobre Senador Aderbal Jurema.

Queria dizer que na última vez que tive a ventura de ir ao Recife, sofri muito, porque durante o almoço no velho e conhecido Restaurante Leite, fui surpreendido por uma multidão de garotos famintos, dando um triste espetáculo da velha, da querida cidade pernambucana, que V. Exª tão bem representa nesta Casa.

O Sr. Aderbal Jurema — Aumentou muito agora.

O SR. NELSON CARNEIRO — Recentemente, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas declarava que mais da metade dos jovens que se inscreviam no serviço militar tinha que ser dispensada, porque não possuía condições de saúde, de nutrição para executar os serviços militares.

Veja V. Exª que não é assim que se constrói o País do futuro. Este não é o País que devemos construir, não é o País que esperamos construir.

Sr. Presidente, o problema é velho. Em 1949, na Câmara dos Deputados, fui Presidente e Relator de uma Comissão Especial de Natalidade. Tenho aqui em mãos, Sr. Presidente, um longo relatório que então proferi. Naquele tempo, já assinalava aspectos dolorosos da realidade. E a certa altura dizia, além de falar do problema da natalidade, da mortalidade infantil:

"Tanto quanto a ignorância, que afasta dos recursos científicos as puérperas e os lactantes, é a miséria, nos diversos grupos e sob os vários nomes em que se apresenta, a grande fazedora de anjos do nosso tempo e do nosso meio. Nas classes pobres, a luta pela vida se reveste, não raro, de características de heroísmo. As habitações anti-higiênicas, em que vegetam sem conforto, viveiros de todas as doenças, excluem, por dizê-lo, os cuidados e atenções que, antes e depois do parto, a mulher e seu filho necessitam. "O problema da criança no Brasil, dizia José Savarese em setembro de 1933, é o problema da miséria, da fome, da doença e da educação"

Isto é um longo relatório, Sr. Presidente, que não poderia incluir nos Anais da Casa, neste instante. Mas quero recordar que, certa feita, no Rio de Janeiro, ocorreu um crime bárbaro. E um delegado, ao fazer o seu relatório, concluía lamentando que não houvesse a pena de morte, porque somente a pena de morte poderia reparar aquela violência.

Escrevi no *Jornal do Brasil* cuja redação integrava, um artigo com esse título: "com licença, doutor". Perguntei,

evocando a vida pregressa daquele infeliz, o que nós havíamos feito por ele? Ele fora um menino abandonado do morro. Amanhecera muitas vezes na soleira das portas. Estendera a mão à caridade pública, e raras não foram as oportunidades em que, começando dos pequenos furtos, acabou nos grandes furtos. Afinal, praticou latrocínio, para poder roubar um grande comerciante, que tinha o seu apartamento no Largo da Carioca. Então perguntava: "O que fizemos nós, eu e V. Exª, Sr. Delegado, para evitar que ele se tornasse o marginal de agora?"

O Sr. Almir Pinto — V. Exª me permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — A culpa não é só dele. A culpa é da sociedade que integramos, porque apenas nos contentamos com uma palavra de solidariedade ou com uma esmola, mas não fazemos um movimento grande, generoso, amplo, para recrutar para a vida essas crianças, que iniciam muito cedo no caminho do crime, da miséria e do desespero.

Com muita honra ouço o nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador, como V. Exª assistiu ontem aquela reportagem do "Fantástico". Lembrei-me exatamente de quando era médico novo, recém-formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, chegando, ao meu Ceará, foi o primeiro e único emprego que tive na minha vida, e nele me aposentei. Hoje tenho uma aposentadoria mais ou menos, graças ao ex-Governador Virgílio Távora, porque até então era uma aposentadoria miserríma. Médico do Estado, estatutário, na última letra, e tenho vergonha de dizer — vergonha, não, mais vergonhosa é a pobreza do meu Estado — que me paga por isso uma quantia que reflete aquela pobreza!

O SR. NELSON CARNEIRO — Quer dizer que o Senador Virgílio Távora é daqueles: ajuda o teu irmão!

O Sr. Almir Pinto — É aquele que ajuda o aposentado. Eu digo isso, porque foi o emprego em que eu comecei com 400 mil réis por mês, com automóvel às minhas expensas, indo duas vezes por semana ao Instituto Carneiro de Mendonça, no distrito de Baracana, e, futuramente, município — já para ser aprovado um projeto de lei elevando-o à categoria de Município. Eram 400 mil réis para o médico, 300 mil réis para o dentista. Por duas vezes, nós requeremos melhoria, de vencimentos ao então interventor Menezes Pimentel, isto porque haviam sido reajustados todos os outros funcionários, apenas o médico e o dentista não. E o despacho sistemático do então interventor Menezes Pimentel era aquele: "Aguarde a oportunidade". E essa oportunidade só veio chegar numa reviravolta política, em que foi para interventor do Estado o Professor Bení Carvalho, de saudosa memória, que me elevou para um conto de réis num dia, e três dias depois me elevaria para um mil e quinhentos réis, um conto e 500 naquele tempo. Mas eu era médico desse Instituto Carneiro de Mendonça, ou então, escola de menores abandonados e delinquentes, lá do Ceará. Eu era médico de lá. Chegou o Arcebispo D. Antonio de Almeida Lustosa, conterrâneo do nosso prezado Governador Tancredo Neves, de São João Del Rey, e valeu-se do Presidente do Tribunal para que não consentisse aquilo que estava acontecendo na Escola de Menores Abandonados e Delinquentes, porque juntar o menor abandonado com o menor delinquentes, era um grande perigo; não se estava fazendo um bem de maneira alguma. Estava-se contaminando uma gama enorme de crianças, que eram apenas abandonadas pelos pais, mas que não tinham nenhum crime como os seus companheiros. Até que se fez uma outra coisa, e fundou-se outra escola com o nome de Olívio Câmara, onde estão os menores delinquentes. Mas V. Exª falou na questão da natalidade, eu estou na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o aumento populacional do Brasil. Todo mundo acha que não se deve falar, no Brasil, em diminuir ou estacionar um pouco a população do País, porque o País tem terras

imensas. A questão é que estão se esquecendo de que não adianta uma população economicamente improdutiva; tem que ser uma população economicamente produtiva, fazendo-se para tal, investimentos. Por isso que vemos na principal capital brasileira, São Paulo, aqueles piveles, aquelas crianças procurando furtar e até matar, para sobreviverem com a sua família. Essa é que é a grande realidade. E o Governo está preocupado exatamente em minimizar essa situação. O problema do menor não é só nosso, não; ele é de todo mundo, mas está muito agudizado aqui no Brasil, País em desenvolvimento. Era o que tinha a dizer a V. Exª

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Exª. Acho, realmente, que era tempo de se abrir um largo debate sobre a conveniência, seja do controle da natalidade, seja do planejamento familiar. Não podemos ficar neste meio termo, sem coragem de tomar uma posição. Ontem, no "Fantástico", houve um exemplo tristemente edificante, um pai de onze filhos, miseráveis, mandava um roubar para que pudesse sustentar os outros porque ele, aposentado, recebia apenas 11 mil cruzeiros. É preciso é abrir, corajosamente, as nossas inteligências, pôr a nossa palavra, a nossa determinação, seja para uma solução, seja para outra. Não é possível é continuar discutindo, debaixo do pano, um problema tão grave. O Presidente Figueiredo referiu-se a isso na sua mensagem deste ano. Mas é preciso levar avante, é preciso abrir o debate, um debate que deve levar todos os brasileiros a opinar, seja num sentido, seja no outro, pois é preciso não manter este quadro doloroso que o Brasil vive hoje.

Sr. Presidente, reconhecemos não ser o problema da exclusiva responsabilidade dos Poderes Públicos e por isso não podemos apenas censurar aqueles órgãos, mas também convocar nos empresários, os homens públicos, os civis e militares, para que todos, juntos, participando, com pequena parcela que seja, possamos amenizar essa situação tão grave, triste e vergonhosa, convivendo conosco e sem que uma providência eficiente e generalizada de nossa parte seja tomada.

Nas ruas, embaixo das pontes, nos terrenos baldios, nas obras paralisadas e nas em construção, nas calçadas e nas portas das igrejas, podemos ver, todos os dias, seres humanos deitados, maiores e menores, sem que aquele quadro, já tão rotineiro, desperte em nós a necessidade de uma providência, embora nosso olhar seja de compaixão, e nada mais.

Foi atendendo a essa terrível realidade que longamente estudei, em 1949, na Câmara dos Deputados, quando Presidente e relator da Comissão Especial da Natalidade, que apresentei na legislatura passada projeto de lei, que não chegou a ser votado, nesta Casa, considerando atenuante o fato do delinquente haver sido menor abandonado.

Realmente, a sociedade desampara o menor. Na hora em que ele comparece perante o juiz não tem sequer atenuante de ter sido menor abandonado, de ter vivido a sua juventude e a sua infância ao léu, pelas ruas, sem um amparo, sem uma família, sem um estímulo. Pois essa atenuante não existe para aqueles que depois de 18 anos, fugindo, portanto, ao Código de Menores, chegam aos crimes dos mais bárbaros neste País. Acho que o ter sido menor abandonado é uma atenuante para aqueles que venham a delinquir no futuro.

O programa de ontem da TV-GLOBO foi terrivelmente forte, mostrando, em sua crueldade, o estado em que vivem crianças abandonadas em nossas metrópolis. Por todos os títulos elogiável, essa dramática reportagem deve ter conseguido emocionar todos aqueles que assistiram a tão doloroso espetáculo de nosso dia-a-dia.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que queria fazer, nesta oportunidade, prometendo voltar ao assunto mais largamente em outro ensejo. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretender ocultar a gravidade da crise que atinge, nesta hora, as mais profundas camadas da sociedade brasileira seria irresponsabilidade tão grande e criminosa quanto procurar agravar os condicionamentos que possam acaso potencializar os fatores dessa crise de molde a transformá-la em caldo de cultura de qualquer das formas e extremos do aventureirismo político ou ideológico.

Cumprido, pois, no instante decisivo que vivemos, manter a lucidez e a serenidade da análise e do raciocínio com que, ao examinarmos os acontecimentos de cada dia, possamos deles extrair, não só as lições de visão histórica que os abrange e unifica, mas igualmente, e sobretudo, os lineamentos de ação que a nós, homens públicos do País, compete descobrir e explorar a fundo, na busca dos caminhos de solução dos grandes problemas nacionais. Os problemas contingentes e os permanentes, os da circunstância e os da substância — isto é, os problemas da hora e os do século.

A hora é, sem dúvida, de agonia e perplexidade. A dívida externa e a dívida interna. A inflação e a recessão. A gangorra dos juros e dos preços, dos salários e dos custos. O desemprego. São estas as cores sombrias com que se desenha o quadro da hora grave que hoje vivemos. Uma triste hora racional que, na verdade, é, acima de tudo, um duro reflexo da tristíssima hora universal que o relógio da História assinala por todos os meridianos da Terra. Mas uma hora também muito nossa, de cuja geratriz de erros e males não podemos nem devemos excluir as nossas próprias responsabilidades, para que delas possamos extrair fecundas lições de conserto e acerto para as horas futuras.

Mas, se este é o sombrio quadro da hora presente, não há de ser necessariamente estas sombrias sombras que esboçarão as cores com que o quadro das horas atuais se expandirá no painel das horas futuras. Bastará, Sr. Presidente e Srs. Senadores — que tenhamos bem abertos os olhos da cara como os olhos da mente, voltados para a visão da realidade e a lição da História.

Volvamos um breve olhar retrospectivo para os últimos vinte anos da vida nacional. É um curto período, sem dúvida, se o tomarmos na sua dimensão histórica; mas é igualmente indubitável que constitui uma longa etapa na vida de cada geração dos brasileiros que habitam o Brasil nos dias de hoje: pouco menos, talvez, ou nada menos, um terço da vida útil e válida de cada um de nós. E neste terço de vida de nós todos, cidadãos do presente, vivemos um breve minuto da história nacional muito rico de ensinamentos de toda ordem para uso e proveito de toda a cidadania dos tempos vindouros, os tempos que ainda nos cabe viver e aqueles que não de viver nossos filhos e os filhos dos nossos filhos. A responsabilidade de extrair dos fatos, dos acontecimentos que, ao longo de cada dia, vivemos, nestas duas décadas de nossas vidas — que já começam a transitar da condição de vida vivida para a de vivência histórica —; a responsabilidade repito, de destes fatos extrair seu significado e o aprendizado que deles deve nascer; esta responsabilidade é toda nossa — dos cidadãos da nossa geração e, sobretudo, da nossa geração de homens públicos.

Vamos, pois, aos fatos. 1963. A inflação ameaçava atingir um tabu: a barreira dos três dígitos. A corrida vertical dos salários em perseguição à corrida dos preços punha fogo ao pódio do foguete dos custos, que disparavam os preços, que disparavam os salários, que disparavam os custos, que... A explosão demográfica gerava a explosão demagógica, que gerava demografia, que gerava demagogia, que... Graves e quebra-quebras explodiam por toda parte, numa sociedade explosiva. A explosão da sociedade implodia o governo, que explodia a sociedade, que implodia, que... Era uma simbiose explosiva-implosiva, que se auto-alimentava de sofrimento do povo e ausência de governo, e convivência de alguns governantes. Ao fim de algum tempo, não dava mais para viver aquela vida. E nem dava para saber, ou adivinhar,

que vida se viveria a partir do dia seguinte. Era preciso um basta àquilo tudo. E os jornais disseram "basta!". E a Igreja disse "basta!". E as mulheres disseram "basta!". E a Universidade disse "basta!". E os doutores e os incultos disseram "basta!". E o povo disse "basta!". E, então, por fim, as Forças Armadas disseram o seu "basta!", terminante e terminal.

Daí, foi preciso recomeçar tudo. Não foi uma operação indolor. Custou os três elementos com que Churchill ganhou, no princípio dos anos quarenta, a Batalha da Inglaterra; os mesmos com que a Revolução ganhou, no princípio dos anos sessenta, a batalha do Brasil. Sangue, suor e lágrimas. Mas, a verdade é que, enfim, contivemos a inflação, contivemos a subversão, contivemos a marcha para o desconhecido.

Aconteceram, porém, muitos acidentes de percurso. Como, aliás, é próprio de todas, ou quase todas, as cirurgias — sejam as que ferem o corpo do indivíduo como as que ferem o organismo social. As soluções de força — mesmo as mais incruentas e necessárias, como a nossa — acabam por desencadear um processo de ação e reação, que, prolongando-se no tempo, chegam a atingir uma dinâmica própria, autônoma em si mesma, que se re-alimenta, num círculo vicioso de dificuldade, e frequentemente penosa, interrupção. No nosso caso, o inconformismo dos que, desatinadamente, apostavam nos imprevisíveis resultados da simbiose explosão-implosão-social, somando-se, por contraposição, à obstinação dos que tinham por dever assegurar o êxito final da cirurgia político-militar realizada no combalido organismo institucional do País — levou-nos por caminhos nem sempre fáceis, nem sempre retos, nem sempre incruentos, embora muitas vezes necessários. E, assim, ao longo destas duas décadas, cámos, nós também, no círculo vicioso da desinstitucionalização do vero, e pleno, e puro regime republicano representativo. Difícil, sem dúvida, foi e tem sido, e por algum tempo ainda há de ser, o processo de interrupção deste nosso círculo vicioso. Felizmente, porém — e graças à longanimidade do temperamento do nosso povo — incruento tem sido também este processo de reinstitucionalização republicana, que se tem querido e feito "lenta, gradual e segura". Da descompressão que já o Presidente Médici prenunciava, ao preconizar que as pedras da destruição do regime anterior fossem usadas, não para ser atiradas contra o passado, mas para construir o futuro; passou-se à distensão com que o Presidente Geisel corroeu o seu final de governo na revogação dos Atos Institucionais e seus complementos desinstitucionalizadores; para, por fim, chegarmos à abertura que o Presidente Figueiredo iniciou com o gesto, eminentemente cristão, da anistia e da mão estendida, prosseguiu na ampla entrega das urnas ao sufrágio universal, e caminha hoje, e a cada dia, no reto caminho do obstinado juramento — que vem dizendo e cumprindo, desde a primeira hora de seu governo — de "fazer deste País uma Democracia".

E este é, afinal, o grande desafio da hora histórica que estamos vivendo. O desafio de, realmente, em tudo e por tudo, fazer deste País uma Democracia. Desafio que — e disso temos o dever de saber —, por maior que seja a generosa ambição pessoal do Presidente em cumpri-lo, por mais forte que possa ser sua já sabida e provada capacidade de querer e de fazer — jamais se poderá tornar realidade pelo simples ato de vontade de um só homem, ou de quantos e quão numerosos grupos de homens o queiram, senão que pela decisão e ação unânime da nacionalidade.

Enormes são, sem dúvida, os obstáculos e adversidades a vencer. E, na verdade, os nossos pés já começam a flagelar-se nas primeiras pedras do longo, duro caminho a percorrer. Mas, não tenhamos dúvida, um dia, que estou certo longe de nós não está, todas estas pedras, hoje diante de nós em nosso caminho, não mais serão que aquela "pedra no meio do caminho" de que nos fala nosso poeta maior: apenas uma lembrança perdida no passado. Uma dolorosa, orgulhosa, lembrança, para todos

nós, desta geração; para os nossos filhos, apenas um capítulo de história na perenidade da Pátria.

Duro, difícil capítulo, decerto, este que agora temos de viver e de vencer; pois que, nesta virada do meio ano de 83, eis que a inflação já ultrapassa o outrora tabu dos três dígitos, e a corrida vertical dos salários em perseguição à disparada dos preços põe fogo ao pódio do foguete dos custos, que dispararam os preços, que dispararam os salários, que dispararam os custos, que... E a explosão demográfica, que gera a demagogia, que gera, que... Temos, pois, e com urgência, que interromper esse eterno ritornelo de mais um círculo vicioso. Círculo vicioso em que o problema econômico, embricado no problema social, multiplica a problemática política. Cumprido, pois, enfrentar esta batalha nas três frentes de combate, simultaneamente. As dificuldades da economia, que agravam as penúrias do campo social, incam de acidentes o terreno da estrada real que vamos aos poucos limpando e reconstruindo, em demanda à reinstitucionalização republicana, que a Nação, unânime, deseja e reclama.

Na economia, não deve o fantasma de uma dívida externa, tão grande quanto superapregoadada, desviar nossa atenção prioritária da dura realidade de uma terrível dívida interna e das angústias, maiores ainda, de nossa dívida social. Uma tal dívida externa, que tem suas raízes enterradas numa atividade econômica voltada mais para fora do que para dentro do País, deveria, hoje, causar menos preocupação à sofrida Nação brasileira — vítima maior dessa distorção — do que à voracidade apátrida do insaciável capital financeiro internacional. Claro que o Brasil não poderá, nem há de fugir ao cumprimento das obrigações que, ao longo de tempo longuíssimo, tem assumido com a mal-apelidada "poupança externa" — eufemismo a ocultar o que na verdade se deve chamar de ganância externa, senão de agiotagem internacional. Devemos, porém, adotar, diante dessa dívida-monstro, diante desse monstro-credor, uma atitude tão firme quanto realista: havemos de pagar, sim, o que devemos — mas nunca a custo de sacrifícios ainda maiores, impostos a este nosso País, a este nosso povo, tão massacrado já pelo que de desumano caracteriza as relações de troca entre os países do hemisfério sul e os do hemisfério norte. Relações de comércio que se definem pela perversidade dessa fórmula infame: temos que exportar, sempre, cada vez mais para que possamos importar, sempre, cada vez menos; vender cada vez mais para ganhar cada vez menos. Daí, nascem todas as nossas dívidas. Dívidas que se multiplicam até por si mesmas, na bola-de-neve dos juros-de-agiota. Dívidas que geram dívidas para pagar dívidas, para apenas amortizar dívidas, quando não para amortizar juros de dívidas, juros de amortizações de dívidas não-amortizadas.

Eis o círculo vicioso de nossa dependência econômica. Dependência econômica que se eterniza na dependência tecnológica, filha da dependência científica, eternizadas, ambas, por sua vez, através das formas mais sutis de dependência cultural, de colonialismo cultural. Dependência econômica porque a indústria que as multinacionais implantam nas suas subsidiárias dos países do hemisfério sul, além de ser geralmente constituída à base de maquinário obsoleto em seu país de origem, e, portanto, potencialmente gravoso, aqui se instala, apenas, para extrair um sobrelucro baseado no aviltamento salarial dos povos "abaixo do Equador". Dependência econômica que se multiplica e pereniza através da dependência tecnológica, que não nos permite fabricar uma aspirina sequer sem o pagamento de royalties pelo know-how de sua fórmula, por mais simples e elementar que esta seja, e, geralmente, também até pela forçada importação de algum, ou alguns insumos obrigatórios. Dependência tecnológica porque não se cria nem renova tecnologia sem pesquisa tecnológica; e pesquisa tecnológica não há onde não existe a pesquisa básica, isto é, a pesquisa científica, pois dessa é que aquela nasce, e nenhuma das duas nasce por geração espontânea, senão que pela existência de uma Universidade essencialmente voltada para a permanente renovação do saber; saber que só se cria e renova

pela pesquisa, pela existência de uma Universidade existencialmente voltada para a busca de solução dos problemas nacionais, e não apenas para a simples repetição de um ensino técnico mais ou menos superior e a respectiva expedição de diplomas. (Entre parêntesis, aí está um dos problemas capitais do nosso País, a que este Senado cumpre estudar e buscar solução: a criação, no Brasil, da Universidade essencialmente criadora e renovadora do saber, existencialmente voltada para a busca de solução dos problemas nacionais.) E, por fim, fechando o cerco desse círculo vicioso de colonianismo — do qual nos cabe dar o grito de “independência ou morte” da nacionalidade — sobrepair por todo o processo, de subordinação e domínio, à colonização cultural, que domina não apenas a pesquisa da ciência e da tecnologia, mas atinge igualmente todas as camadas da população, através dos nossos cinemas, das nossas televisões, dos nossos discos musicais, e até da contaminação do vernáculo de nossa língua, hoje estropeada, em todos os níveis, pela enxurrada de palavras e expressões tão insólitas quanto desnecessárias ao idioma, como, aqui mesmo, neste discurso, se tem exemplo duplo, nas expressões *royalty* e *know-how*.

É de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores que precisamos, e com urgência, libertar-nos, pois nossa libertação econômica de outra coisa não carece que deste ato-de-vontade libertador. Se o tivermos — este ato-de-vontade — na medida da grandeza nacional, cedo nos libertaremos de toda dependência, isto é, de toda subordinação econômica, inclusive dessa angustiosa dívida externa que hoje nos asfixia e tenta mesmo, na medida da ousadia credora, invadir o território sagrado de nossa própria soberania.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com muita honra.

O Sr. Aderbal Jurema — Estamos ouvindo com toda a atenção o discurso que V. Ex^a pronuncia nesta tarde, cuja tônica, a meu ver, é o da ponderação, nas observações que V. Ex^a faz da conjuntura não apenas política, mas econômico-social brasileira. V. Ex^a tocou num ponto que é do meu particular agrado comentá-lo: é a função das Universidades em nosso processo de desenvolvimento. Nobre Senador Odacir Soares, eu disse certa vez que a Universidade da lei atual é uma farsa, porque ao invés de ela ser a mola propulsora do nosso desenvolvimento, ao invés dela olhar para as Universidades japonesas, norte-americanas, inglesas, a Universidade brasileira olha para si mesma, encastelada no seu narcisismo cultural, nada tem feito — de uma forma geral, porque há sempre as exceções para justificar as regras nada tem feito para apoiar o desenvolvimento brasileiro, para nos ajudar no combate, no bom combate, ao “royalties” que nós pagamos ao estrangeiro. E por quê? Porque a Universidade brasileira lembra, hoje, aqueles baronatos, aqueles condados, aqueles ducados da época medieval em que o Rei de França mandava apenas em Paris. A Universidade brasileira, sem ajudar ao desenvolvimento, se transformou em um Estado dentro dos nossos Estados da Federação.

O SR. ODACIR SOARES — Muito obrigado, nobre Senador Aderbal Jurema. O aparte de V. Ex^a vem abrihantar o meu discurso, exatamente na parte em que fala da Universidade brasileira.

Tivemos aqui na última sexta-feira, e temos a impressão de que ainda temos, hoje, os corredores do Congresso Nacional povoados por jovens estudantes dos Cursos de Bioquímica, de Farmácia e de Biomedicina. Eu dizia aqui, apartando o eminente Senador Benedito Ferreira, que a Universidade brasileira, notadamente a privada, se transformou numa verdadeira máfia. Porque nos contatos que mantivemos, na última sexta-feira, com esses jovens, verificamos que o grande argumento que eles utilizavam exatamente para pleitear uma modificação nos Cursos de Bioquímica e de Farmácia era o fato de terem

sido esses jovens enganados, quando se matricularam para fazer o vestibular. Eu dizia, inclusive, que a matéria aqui discutida e a presença desses jovens aqui em nossos corredores, em nada poderia modificar o quadro de ensino no Brasil; a matéria que se estava discutindo a nível de Senado Federal, a nível de Comissão de Constituição de Justiça, deveria ser remetida ao plenário do Conselho Federal de Educação, porque ou os cursos de Biomedicina, os cursos de Bioquímica estão capacitados para preparar profissionais para as duas atividades ou nós não os poderemos modificar, dar-lhes nova conceituação legal, sem correr o risco de prejudicar principalmente aqueles que vão ser beneficiados dos serviços desses profissionais.

Agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo ao meu discurso, porque está inteiramente pertinente com as colocações que acabo de fazer.

O Sr. Aderbal Jurema — Eu queria acrescentar...

O SR. ODACIR SOARES — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Aderbal Jurema — ...sugerido, aliás, pelas considerações últimas de V. Ex^a, quando V. Ex^a se refere à Universidade privada e à Universidade particular, ela tem se desenvolvido no Brasil como um balcão de ensino, pela insensibilidade da Universidade oficial. A Universidade oficial, a Universidade sustentada pelos nossos impostos, todos nós concorremos para a sua manutenção, ela continua a funcionar somente durante o dia. E à noite, os que trabalham, os que têm atividades diurnas têm que pagar para fazer o curso superior nas universidades pagas...

O SR. ODACIR SOARES — Com mensalidades altíssimas!

O Sr. Aderbal Jurema — ...nas universidades particulares. Já desta tribuna, mais de uma vez, pedi a atenção dos Ministros de Educação para o problema, e até agora o que sinto neste País é que os Ministros de Educação do Brasil têm os braços curtos, não conseguem chegar até este problema.

O SR. ODACIR SOARES — O aparte de V. Ex^a vem marcado por duas características: primeira por ser V. Ex^a, como legislador, um homem voltado para a causa da educação, a segunda de ser V. Ex^a um professor universitário. De modo que agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu discurso, porque é inteiramente pertinente e oportuno.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^a me permite, nobre Senador Odacir Soares?

O SR. ODACIR SOARES — Com prazer, Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Em primeiro lugar, Senador Odacir Soares, desejo congratular-me com V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. ODACIR SOARES — Muito obrigado.

O Sr. Hélio Gueiros — ...pela lucidez e brilhantismo do seu pronunciamento nesta Casa, agora de tarde. O que me faz dar o aparte a V. Ex^a é deixar, talvez, um reparo à observação cáustica, dura, do ilustre Senador Aderbal Jurema, quando S. Ex^a condena inapelavelmente a Universidade brasileira.

O Sr. Aderbal Jurema — Condene o sistema.

O Sr. Hélio Gueiros — Não digo que a Universidade brasileira não mereça críticas e restrições; mas é preciso, também, que se vá às causas desta situação atual da Universidade brasileira. Verifique V. Ex^a, pelas leis votadas depois de 64, que a Universidade, praticamente, perdeu a sua autonomia. Havia a exigência de uma lista tríplice para a nomeação do reitor. Esta lista tríplice foi aumen-

tada para sêxtupla e além do mais, ao invés de se dar prestígio àquelas autoridades eleitas pelos corpos docente e discente que seriam os diretores de centro e os chefes de departamento, se inventou a figura de um pró-reitor ou vários pró-reitores, que não têm a menor vinculação com a Universidade. Então, burocratizaram a Universidade; transformaram a Universidade numa simples repartição pública. Ela deixou de ser uma entidade para reflexão; mas se voltou toda para o problema de mercado de trabalho. Então, quando a profissão não é rendosa no mercado, se elimina os cursos, quando na verdade o papel da Universidade é muito mais alto, muito mais elevado do que essa simples satisfação de necessidade do mercado de trabalho. Eu sei que a Universidade é passível de muita crítica mas estranho que se lance em rosto assim, de uma maneira tão dura, as dificuldades da Universidade, tanto mais quando foi cantada em prosa e verso a reforma universitária feita no Brasil depois de 1964. Então, se hoje em dia o ilustre Senador Aderbal Jurema, a quem muito admiro e muito respeito pelo seu equilíbrio, serenidade e lucidez de suas opiniões, vem de uma maneira tão dura, tão cáustica e rude investir contra a Universidade é porque S. Ex^a está reconhecendo que o que se fez no Brasil de 64 para cá, com relação à Universidade, foi um fiasco ou foi um embuste. Era essa a observação que eu queria fazer ao discurso brilhante V. Ex^a, sem querer, absolutamente, entrar em polêmica, mas apenas defender também a situação das Universidades brasileiras que foram relegadas a segundo plano, pela atual estrutura administrativa do País. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ODACIR SOARES — Eu diria, inclusive fui universitário na década de 60 — fim da década de 50 e na década de 60 — eu diria que a grande reforma da Universidade brasileira ainda não se fez. Eu diria que os mesmos problemas que encontrávamos em 60, quando pregávamos a reforma universitária, eles persistem. Por isso disse em meu discurso que o Senado tem a grave responsabilidade, neste momento, de se debruçar sobre essa questão de repensar a própria universidade brasileira. Porque assim nós estaríamos, inclusive, prestando um serviço à própria manutenção da soberania e da nossa identidade nacional.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex^a me permite? É que eu fui chamado à colação.

O SR. ODACIR SOARES — Com muita honra, nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — O Senador Hélio Gueiros se engana apenas quanto ao tempo, hoje em dia não. Desde que vim para esta Casa em 1959 — quando eu digo esta Casa quero dizer para o Congresso —, que a minha palavra tem sido a de verbaror o ensino literário, apenas literário das Universidades brasileiras, a orientação filosófica da Universidade brasileira. Não foi a Revolução de 1964. Agravaram-se os problemas, mas eles já existiam desde 1827, quando o Imperador concedeu dois cursos jurídicos, um para São Paulo e outro para Olinda, em Pernambuco. Desde aquela época, que a Universidade brasileira tem tido uma orientação toda ela muito literária, não se preocupou em servir à comunidade...

O SR. ODACIR SOARES — Cartorária. Ela ainda é cartorária também.

O Sr. Aderbal Jurema — ...nem refletir os anseios da sociedade em que ela vive. De maneira que me permito dizer ao Senador Hélio Gueiros que o meu combate é antigo nesta Casa.

O SR. ODACIR SOARES — Mas, prossigo Sr. Presidente.

O que a nós, brasileiros, importa, sobretudo, é a nossa dívida interna. A dívida interna no mais amplo sentido da expressão. Não apenas a dívida interna que se expressa em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e nas múltiplas manipulações escriturais em que se acom-

dam e disfarçam os muitos déficits, confessados ou inconfessos; mas, sim, a dívida interna global, do Brasil consigo mesmo, do Brasil do seu povo, com a sua gente que vive em déficit permanente com a vida. Do Brasil que precisa criar riqueza para si mesmo e para o seu próprio consumo. Do Brasil que precisa, sem dúvida, produzir para o mercado externo, pois dessa produção depende sua capacidade de importar os bens que não produz; porém precisa, mais ainda, produzir para o mercado interno; aliás, mais do que isto, precisa criar seu próprio mercado interno, fazendo com que todos os brasileiros possam possuir e consumir os bens primários das necessidades básicas da vida. Do Brasil que precisa, depressa, dar a cada brasileiro a capacidade de morar, de comer, de vestir-se, de calçar-se; de ter saúde, e escola, e serviço público, e trabalho, e lazer. Do Brasil, enfim, que precisa, acima de tudo, resgatar — mais do que a dívida externa e a dívida interna avaliável em ORTNs — a sua grande dívida social. Do Brasil que não pode ter uma verdadeira economia de mercado sem criar seu próprio mercado.

Por aí, pelo resgate de todas estas dívidas é que poderemos atingir a plenitude do resgate de nossa dívida política, pela reinstitucionalização republicana, que o Presidente Figueiredo busca realizar e consolidar, com a firmeza de seu juramento democrático, o apoio das aspirações de todas as correntes políticas e o respaldo exemplar das nossas Forças Armadas. O respaldo das Forças Armadas na obra de institucionalização democrática é, na verdade, fator decisivo que cabe seja devidamente destacado e louvado. Com efeito, a mesma firmeza e determinação com que, em 1964, intervieram no processo político, interrompendo a continuidade do funcionamento das instituições republicanas, que então se transviavam e desfiguravam, estão as Forças Armadas agora pondo a serviço do disciplinado apoio ao paciente e delicado trabalho que seu comandante supremo, o Presidente da República, vem desenvolvendo na recomposição do tecido democrático das instituições republicanas.

É esta, pois, a hora de nos unirmos, todos os brasileiros, na tarefa maior da reconstrução nacional. Todas as premissas e pressupostos estão estabelecidos para que a Nação decida, soberanamente, de seu próprio destino. A ninguém, e muito menos a nenhum de nós, homens públicos, é lícito uma omissão ou uma recusa, em nome do que quer que seja, por filiação partidária ou ideológica. A causa maior exige a anulação de todos os motivos menores. O conagraamento de todas as forças vivas do País constitui o grande imperativo nacional, pois só assim lograremos vencer todos os obstáculos — econômicos, sociais e políticos — que estão aí, diante de nós, a desafiar a nossa inteligência e a nossa vontade, todo "o engenho e arte" que se precisa pôr neste delicado trabalho de equilíbrio, sensibilidade e sabedoria. A Nação tem o direito e até o dever de esperar de nós, seus homens públicos, que nos saibamos unir, acima das nossas divergências de partido ou ideologia, sob a liderança do juramento de João Figueiredo, para que possamos, afinal, construir, com as nossas mãos, a democracia política, a democracia econômica, a democracia social. Em uma palavra: a Democracia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Do alto desta tribuna, do alto de ambas estas tribunas das duas Casas do Congresso Nacional, cinco séculos nos contemplam. Cento e vinte milhões de brasileiros nos contemplam. O que eles esperam de nós — homens públicos em geral, senadores e deputados em particular — é que sejamos capazes de reconquistar as nossas prerrogativas parlamentares, e que sejamos dignos de bem exercer estas nossas prerrogativas, para que lhes possamos construir, para todos, as prerrogativas republicanas da Democracia. Do alto destas tribunas, cinco séculos nos contemplam, cento e vinte milhões de brasileiros nos contemplam. O que aqui fizemos há de merecer a consagração ou a condenação da História, o respeito ou o repúdio da Nação.

Só nos resta escolher. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Como Líder, concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Completam-se hoje 10 anos de golpe militar no Uruguai. Como se sabe, no dia 10 de junho de 1973, os militares daquele país fecharam o Parlamento e colocaram na ilegalidade os partidos políticos. Desde então o poder real está concentrado nas mãos de um Conselho de Segurança Nacional composto de oito generais, dois almirantes e dois brigadeiros, mais o presidente da república. É este conselho militar — o CONSENSA — que, além de "eleger" o Presidente da República, escolhe os 30 membros do Conselho de Estado que executa as funções de poder legislativo; que escolhe os membros do poder judiciário e ainda escolhe os quatro militares que compõem a Comissão de Assuntos Políticos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Somente três partidos políticos estão hoje na legalidade e são reconhecidos pela COMASPO. Mesmo assim, porque esses partidos estão quase em sua totalidade comprometidos com o projeto de institucionalização do golpe militar que culminou com as eleições populares para as direções partidárias em 1982. No entanto, os votos brancos comandados pela Convergência Democrática Uruguia — a CDU, criada na sede a ONU em abril de 1980 — obtiveram a esmagadora maioria de 82% do total de votos, como prova definitiva da rejeição pelo povo uruguiaio do projeto que lhe vem sendo imposto, de cima para baixo, pelos militares no poder.

É interessante observar, Senhor Presidente, Senhores Senadores, como os regimes autoritários se assemelham na América Latina. Nos últimos 10 anos, mas especialmente a partir de 1975, a economia uruguiaia vem sendo administrada dentro das conhecidas diretrizes da escola econômica monetarista de Chicago. Há uma prioridade absoluta para o grande capital financeiro internacional; uma liberação total para a importação de mercadorias estrangeiras e os juros bancários atingiram taxas inéditas na história daquele país. Paralelamente, os preços da carne — produto básico de exportação — caíram de forma assustadora no mercado internacional.

Simultaneamente à implantação deste "modelo" econômico, assiste-se no Uruguai a uma violenta repressão das liberdades públicas. Estima-se hoje em mais de 1.200 o número de presos políticos, dentre eles o líder Raul Sendic, dos Tupamaros, o líder Jaime Perez, do Partido Comunista e o general Liber Seregni, figura central da resistência democrática naquele país. Além disso mais de 10.000 pessoas já tiveram seus direitos políticos cassados nos últimos 10 anos.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muita honra.

O Sr. Nelson Carneiro — Na qualidade de Presidente do Parlamento Latino-Americano tenho acompanhado os acontecimentos no Uruguai, e no princípio deste ano ali estive. O Parlamento Latino-Americano, em todas as suas reuniões, tem manifestado o seu protesto contra os acontecimentos que marcam tristemente a outora democracia uruguiaia. Como V. Exª focaliza o aspecto com a gravidade que o reveste merece por isso o nosso aplauso e a nossa solidariedade. V. Exª fala, portanto, em nome de todos os parlamentos latino-americanos que têm assumido essa posição de repúdio à ditadura reinante há tantos anos naquela gloriosa ex-Suíça da América do Sul.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A intervenção de V. Exª, nobre Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB nesta Casa, engrandece e ilustra o pronunciamento que ora faço e que reflete, neste instante, o sentimento de todos os latino-americanos e brasileiros, porque nós que

somos povos amantes da liberdade e da democracia jamais compactuaríamos com a ditadura militar que se instalou no Uruguai.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recente encontro do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, realizado em São Paulo, reunindo juristas de 18 países — dentre eles o ex-diretor da Divisão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Theo Van Boven; o ex-Ministro da Justiça da Bélgica, Pierre Vermeulen; e o ex-diretor da Divisão de Direitos Humanos da UNESCO, Pierre de Senarclens — comparando a situação uruguiaia de hoje com aquela de 2 anos atrás quando se deu o último encontro do Secretariado, concluiu que "não houve nenhuma alteração substancial naquele país. Os presos (mais de mil), continuam presos, tratados em condições subumanas; não se deu respostas ao problema dos desaparecidos; se mantém as publicações políticas sob censura; a Justiça Civil continua apropriada pela Justiça Militar e há um deterioramento da ordem institucional, com o poder permanecendo em mãos absolutas das Forças Armadas."

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que ao se completarem 10 anos de golpe militar no Uruguai e compreendendo o drama que enfrentam os companheiros democratas daquele país, o PMDB se solidariza publicamente com a luta da Convergência Democrática Uruguiaia. Essa luta está hoje centrada na conquista dos seguintes pontos:

1. Anistia ampla, geral e irrestrita;
2. Legalização dos partidos políticos;
3. Liberdade de imprensa e de reunião;
4. Volta à Constituição de 1967 ou eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte; e
5. Mudança do modelo econômico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao terminar esse breve registro, faço daqui um apelo em nome do PMDB ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil para que interceda junto às autoridades uruguiaias em favor da imediata libertação dos líderes políticos atualmente presos naquele país, em especial, o General Liber Seregni, inspirador da Convergência Democrática Uruguiaia, grupo supra partidário que tem se destacado na luta pela redemocratização do país.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para uma comunicação.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de saudar o aniversário natalício, ao invés do falecimento, mas o destino não permitiu que o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco sobrevivesse por mais alguns anos. E por isso hoje estou relembrando a figura ímpar do militar, do cidadão honrado, do patriota, do político e enfim do estadista que soube esgrimir sua inteligência como esgrimiui sua espada nos campos de batalha da velha Itália onde também se destacou como emérito estrategista. Há 16 anos o Brasil foi sacudido com a notícia do seu brutal desaparecimento quando sorrindo visitava o interior do seu Estado natal — Ceará. Guindado a primeiro presidente da Revolução de 1964, soube conduzir-se com a maestria de um estadista. Sua conduta à frente do Governo impunha e inspirava respeitabilidade mesmo daqueles que dissentiam do seu ideal. Era um homem determinado e por isso aconselhava: "não adie decisões, ouça e medite, e tome a decisão. Não tema a reação, porque o tempo conspira sempre contra os dirigentes."

Bravo e corajoso nas atitudes, fazia-o sem demonstrar. Na chefia do Governo sabia ordenar e não foi sem razão que costumava dizer:

"Por se temer uma batalha, pode-se perder uma guerra. O condutor tem sempre de olhar a vitória e não se preocupar com as pequenas táticas, que podem envolver inclusive uma derrota."

Esse ilustre patricio engrandeceu-se com o passar dos anos e continua arraigado no pensamento dos brasileiros que viam nele o condutor exemplar e sereno. Basta lembrar sua posse no cargo de Presidente da República, perante o Congresso Nacional, quando traçou a sùmula das linhas gerais do seu governo. E pela sua importância vale a repetição de alguns trechos, porque refletem o seu acendrado patriotismo voltado para o bem-estar do Brasil. Eis:

"Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permaneceréi em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que, nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para qual é preciso convocar todos os brasileiros. De uma jornada para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos e esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País."

Referindo-se à política exterior, o saudoso homem público, com a franqueza peculiar à sua personalidade, foi explícito ao enfatizar que:

"A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os tratados e pactos celebrados. Todas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. Às históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas. Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito aos nossos negócios, que não admitam a mínima interferência, por discreta e sutil que venha a manifestar-se."

E concluiu seu histórico discurso afirmando:

"A mim, entretanto, proporciona nítida idéia da grandeza da tarefa que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade. Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro."

Rendendo nossa homenagem de reconhecimento a esse íncito brasileiro — padrão de dignidade — que soube, através do exemplo de sua insuperável energia e probidade, governar a nação brasileira, pressinto que o Brasil dos dias atuais, após gozar de anos bonancosos de prosperidade, está no momento experimentando as aguras resultantes da conjuntura internacional e por isso, como no início do Governo Castello Branco, reclama de todos nós prudência, pertinácia, tolerância e união em torno do honrado Presidente Figueiredo que, estou certo, saberá atravessar são e salvo o mar tempestuoso que nos aflige.

E concluo com as palavras do Ministro Gonçalves de Oliveira, quando o Presidente Castello Branco se despe-

dia da mais alta Corte, extraídas da obra O Governo Castello Branco, de Luiz Viana:

"A Nação e a História pertence o julgamento do seu Governo. O que posso dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, é que pelos tempos afora, em qualquer fase desse julgamento, ninguém negará jamais a Vossa Excelência as suas notáveis qualidades de cultura e inteligência, a fidalguia no trato, a inteireza moral, a dignidade, a honradez, o devotamento à causa pública, atributos que tanto ornaram e ostentam a sua personalidade inteiríssima."

Eram essas as minhas palavras de homenagem ao imortal Presidente que foi Humberto de Alencar Castello Branco, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — José Sarney — Alberto Silva — Virgílio Távora — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 580, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1979, (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da convenção sobre a proibição do uso militar ou hostil de técnicas de modificação ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9 de novembro de 1977.

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declarou encerrada a discussão.

Encerrada esta, a redação final é dada como aprovada, de acordo com o art. 359 do Regimento Interno. A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1979 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional, aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1983

Aprova o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo Brasileiro em Nova Iorque, em 9 de novembro de 1977.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção sobre Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9 de novembro de 1977.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 579, de 1983), do Projeto de Resolução nº 68, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Rocha, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 36.406.475,24 (trinta e seis milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos).

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, sendo a redação final dada como aprovada, de conformidade com o art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação Final do Projeto de Resolução nº 68, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____ DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Rocha, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 36.406.475,24 (trinta e seis milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos).

O Senado Federal decreta:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Barra do Rocha, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 36.406.475,24 (trinta e seis milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos), correspondentes a 16.241 ORTNs, considerando o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.241,64 (dois mil, duzentos e quarenta e um cruzeiros e sessenta e quatro centavos), vigente em setembro de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de um Mercado Público naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer nº 599, de 1983), do Projeto de Resolução nº 71, de 1983, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 747.290.796,00 (setecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros).

Em discussão a redação final, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Resolução nº 71, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 747.290.796,00 (setecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 747.290.796,00 (setecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros), correspondentes a 398.901,87 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.873,37 (um mil, oitocentos e setenta e três cruzeiros e trinta e sete centavos), vigente em junho/82, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção e equipamento de 90 (noventa) complexos policiais de pequeno porte, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1981 (nº 6/79, na casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 589, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça.

sobre a mesa, substitutivo que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Emenda nº 1
Substitutivo

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1981.

Dê-se ao Projeto a seguinte redação:

"Acrescenta parágrafo 3º ao art. 689 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — dispondo sobre arrematação de bens penhorados."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 686 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, fica acrescido do seguinte parágrafo 3º:

"Art. 686.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Quando o valor da execução e dos bens penhorados não exercer o correspondente a vinte vezes o maior salário mínimo (art. 275) será dispensada a publicação de editais, mas, neste caso, o preço de arrematação não poderá ser inferior ao da avaliação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A presente emenda substitutiva tem por fim melhor adequar a matéria constante do projeto aos objetivos a

que se propõe, ou seja, desburocratizar a justiça, além de aliviar o devedor executado por dívidas de pequeno valor.

Desta sorte, deve ser tomado, com parâmetro libatório da exigência relativa à publicação de edital, não apenas o valor dos bens penhorados, mas também o da execução dos bens objetos da penhora.

Assim sendo, afigura-se mais consentânea a modificação do art. 686 — e não do art. 687 — mediante adição de parágrafo 3º, consubstanciando a medida proposta.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1983. — Aloysio Chaves, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em discussão o projeto e o substitutivo, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria voltará à comissão competente, em virtude do recebimento de substitutivo em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1981 (nº 2.592/80, na casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de aviso prévio na despedida indireta, tendo

PARECERES, sob nºs 509 a 511, de 1983, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável;

— de Finanças, declarando que a matéria foge à sua competência regimental; e

— de Constituição e Justiça (exame solicitado pela Comissão de Finanças), contrário.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 127, DE 1981**

(Nº 2.592/80, na Casa de origem)

Acrescenta dispositivo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de aviso prévio na despedida indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido de mais um parágrafo, numerado como § 4º, com a seguinte redação:

"Art. 487.

§ 4º É devido o aviso prévio na despedida indireta."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, vai-se passar à apreciação do Requerimento nº 710/83, lido no Expediente, de urgência para a Mensagem nº 126, de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria, que foi despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

Solicito ao nobre Senador José Lins o parecer da Comissão de Economia.

O SR. JOSÉ LINS (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a Mensagem nº 126/83, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pleito do Governo do Estado da Paraíba, que objetiva registrar no Banco Central do Brasil uma emissão de 776.759 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba — Tipo Reajustáveis (ORTPB), cujos recursos serão destinados ao financiamento de Programa de investimentos a ser desenvolvido pelo referido Estado.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo acolhimento do pedido, por entendê-lo técnico e financeiramente viável, visto que o orçamento daquele Estado, para o ano em curso, mostra uma margem de poupança real (Cr\$ 15.617,6 milhões) superior ao maior dispendio (Cr\$ 9.870,7 milhões) que a sua dívida consolidada interna apresentará após a realização da operação ora pretendida.

No mérito, a emissão de títulos públicos é uma das formas danosas para os Estados conseguirem recursos, objetivando o desenvolvimento de programas de investimentos. Não obstante, tal política financeira pressionará ainda mais as taxas de juros para cima, dado a grande quantidade de papéis no mercado. A alternativa mais eficaz, tanto para reduzir o déficit público, como para reverter as expectativas inflacionárias, seria o governo remeter, com urgência, ao Congresso Nacional, uma proposta de Reforma Tributária.

Com a melhor repartição das receitas fiscais, teríamos uma reação substancial no serviço da dívida estadual, que compromete mais de 20% da receita orçamentária.

Ante o exposto, opinamos pelo acolhimento da Mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado da Paraíba autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III, do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, modificada pela de nº 93, de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa registrar uma emissão de 766.759 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba — Tipo Reajustável (ORTPB), equivalente a Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros de oitenta e sete centavos), considerado o valor nominal do título de Cr\$ 2.910,93 (dois mil, novecentos e dez cruzeiros e noventa e três centavos), vigente em janeiro/83, cujos recursos serão destinados ao financiamento de Programa de investimentos a ser desenvolvido pelo referido Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Senador Aderbal Jurema para proferir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADERBAL JUREMA (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem nº 126/83, do Senhor Presidente da República, autoriza o

Governo do Estado da Paraíba a registrar, no Banco Central do Brasil, uma emissão de 776.759 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba, cujos recursos serão destinados ao financiamento de Programas de investimentos, naquele Estado.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no art. 3º, da Resolução nº 62/75, assim expresso:

"Art. 3º Os Estados e Municípios poderão pleitear que os limites fixados no art. 2º desta Resolução sejam temporariamente elevados, a fim de realizarem operações de crédito especificamente vinculadas a empreendimentos financeiramente viáveis e compatíveis com os objetivos e planos nacionais de desenvolvimento, ou ainda, em casos de excepcional necessidade e urgência, apresentada, em qualquer hipótese, cabal e minuciosa fundamentação."

A fundamentação técnica do pedido foi apresentada ao Conselho Monetário Nacional, que se pronunciou pelo seu acolhimento.

O Regimento Interno estabelece, no art. 415, letra b, que, por proposta do Presidente da República, cabe ao Senado Federal "fixar limites globais para o montante de dívida consolidada dos Estados e Municípios (Constituição art. 42, VI)", e, no art. 415, "que tal matéria será objeto de Resolução do Senado, com tramitação própria aos projetos dessa natureza".

A Comissão de Economia da Casa, apreciando a matéria no âmbito de sua competência regimental, apresentou e aprovou o presente projeto de resolução, que ora é submetido ao estudo deste órgão técnico.

Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O parecer da Comissão de Economia conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 84, de 1983, concedendo a autorização solicitada; o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 84, de 1983, que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada

Em discussão o projeto. (Pausa.)
Não havendo oradores, declaro-a encerrada.
Em votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tenho que ser coerente com as minhas manifestações anteriores, quanto às autorizações do Governo do meu Estado para contrair novos empréstimos. É que a situação financeira da Paraíba é de absoluta calamidade, notadamente após o ano de 1982, de vez que a máquina administrativa do Estado foi utilizada como nunca para carrear apoio aos candidatos às eleições.

Não fora isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não teria nenhum constrangimento em votar favoravelmente mais um pedido de financiamento para o meu Estado. Sr. Pre-

sidente, Srs. Senadores, recentemente o Sr. Secretário da Fazenda do atual Governo foi à Assembléia Legislativa do Estado, devidamente convocado, e ali, da tribuna, disse, alto e bom som, em documento que tenho arquivado em meu gabinete, que a capacidade de endividamento do Estado estava totalmente esgotada. Não havia como se conseguir novos empréstimos. Tanto assim que o Senado já autorizou o Governo da Paraíba a contrair empréstimo externo no valor de vinte milhões de dólares e, ao que sei, até agora esse empréstimo não foi negociado, justamente em face das dificuldades em que se encontram as finanças públicas.

De outra parte, há poucos dias, quando tive oportunidade de tecer aqui algumas considerações sobre uma solicitação de autorização para um novo empréstimo de 10 milhões de marcos, salientei que o Estado estava em tal situação de precariedade financeira que já não tinha como oferecer como garantia os seus recursos próprios, isto é, os recursos provenientes do ICM ou do Fundo de Participação. O que se via naquele processo era o oferecimento do aval do Tesouro Nacional.

A única esperança que tenho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que nesse rolamento de dívidas — da dívida interna e da dívida externa da União — o Governo Federal venha, afinal, a encampar as dívidas dos Estados e dos Municípios, sobretudo do Nordeste porque, do contrário, nem os Estados nem os Municípios terão condições de honrar esses altos compromissos no mercado financeiro, externo ou interno.

Quanto à proposta que ora tenho em mãos, que visa a emissão de mais alguns milhões de cruzeiros em títulos da dívida pública estadual, leio para registro nos Anais, um parecer, que consta do avulso, que é significativo:

"Senhor Chefe da DIADI,

Tendo em vista que o endividamento consolidado interno intralimite do Estado da Paraíba já extrapola limite regulamentar, a emissão de que se trata somente poderá ser realizada mediante manifestação específica do Senado Federal.

2. Dessa forma, permitimo-nos anexar minuta de voto do Exmº Sr. Diretor da Área Bancária à Diretoria deste Órgão, propondo o encaminhamento da matéria ao Conselho Monetário Nacional e posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal, em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 62/75 da mencionada Casa do Congresso.

À consideração de V. Sª"

Aliás antes desse despacho, havia umas observações no mapa de controle das operações da dívida consolidada interna do Banco Central em relação ao Governo da Paraíba, a respeito desta operação, estabelecendo textualmente:

(1)= "Inclui as operações já contratadas + operações em tramitação;

(2)= a emissão ora proposta somente poderá ser realizada após a autorização específica do Senado Federal, uma vez que a dívida consolidada interna intralimite, contratada do Estado já ultrapassa, em 31-1-83, o parâmetro que lhe foi estabelecido, para o presente exercício, pelo item III do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, parcialmente modificado pelo artigo 1º da Resolução nº 93, de 11-10-76, ambas do Senado Federal;

(3)= a margem de poupança real do Estado da Paraíba (Cr\$ 15.617,6 milhões) mostra-se superior ao maior dispêndio (Cr\$ 9.870,7 milhões) que a sua dívida consolidada interna apresentará após a realização da operação sob exame."

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia, como Senador da Paraíba, votar favoravelmente à matéria. Entretanto, como das vezes anteriores, não pretendo assumir, neste momento, nenhuma atitude de caráter obstrucionista, pois se trata do início de um

novo Governo no meu Estado, Governo que realmente encontrou a situação financeira do Estado gravíssima, e não quero que amanhã me acusem na Paraíba de estar tentando dificultar a nova Administração.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em votação o projeto.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, é inegável que muitos Estados, principalmente os do Nordeste, passam por difícil situação financeira. Muitos deles estão precisando de ajuda do Governo Federal. O apelo que acaba de ser feito pelo nobre Líder da Oposição, Senador Humberto Lucena, tem um significado maior do que se poderia pensar. Da nossa parte, estamos de pleno acordo. Quanto ao mais, S. Exª está sendo coerente. Não obstrui, aliás, a aprovação. Ao contrário, contribui para ajudar a Paraíba. Tanto assim que S. Exª concordou conosco no pedido de urgência para a votação do empréstimo. Essa, Sr. Presidente, a justiça que eu desejava fazer. (Muito bem!)

O Sr. Alberto Silva — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, para encaminhar a votação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB — PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos votar esta autorização de empréstimo.

Se oportuno, solicitaria ao nobre Senador José Lins nos esclarecesse sobre um aspecto.

O nobre Líder Humberto Lucena acaba de ler, no parecer do Banco Central, que não há condições de se conceder a autorização para que sejam emitidas as ORTPB, porque já foi ultrapassado o limite de capacidade financeira do Estado, salvo se o Senado autorizar.

A pergunta: se o Senado tem poderes para autorizar algo que seja ilegal, porque não há possibilidade, dentro das normas legais, isto é, segundo meu entendimento, de o Estado da Paraíba de contrair o empréstimo. Sr. Presidente, desejo que o Estado da Paraíba possa contrair o empréstimo ou emitir as suas ORTPB para sair da situação de dificuldade em que se encontra. No entanto, a mim me pesa aqui, neste instante, este fato; está escrito que a capacidade de endividamento do Estado está tomada — e se diz: "salvo se houver uma autorização do Senado". Desta forma, pergunto: a autorização do Senado é para que a União dê um aval, e se responsabilize por aquilo que o Estado não pode arcar, ou estamos dando uma autorização a quem não podemos dar?

Esta, Sr. Presidente, é a pergunta.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — (PDS — CE. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com licença da Mesa, presto o esclarecimento solicitado pelo nobre Senador Alberto Silva.

Cabe ao Senado Federal autorizar os Estados, o Distrito Federal e Municípios a contrair empréstimos. Uma das limitações que o Senado impõe diz respeito ao nível de endividamento de cada uma dessas entidades. Esse nível de endividamento é analisado pelo Banco Central, que, no caso, funciona como assessoria do Senado Federal.

Toda vez que o Estado deseja ultrapassar o nível de endividamento estabelecido pelo Senado, ele terá que pedir autorização ao Senado Federal também. É por isso que, na primeira página da Mensagem, o Ministro da Fazenda faz referência a esse aspecto da emissão das obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba. Diz S. Ex^a na sua exposição de motivos ao Presidente da República:

O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 25-5-83, ao apreciar o anexo Voto, determinou fosse encaminhado a Vossa Excelência o pleito do Governo do Estado da Paraíba, no sentido de que seja temporariamente elevado o parâmetro estabelecido no item III do art. 2º da Resolução nº 62 de 28-10-75, modificada pela de nº 93, de 11-10-76, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 766.759 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba — Tipo Reajustável (ORTPB), equivalentes a Cr\$ 2.231.981.775,87 (considerado o valor nominal do título de Cr\$ 2.910,93, vigente em janeiro/83).

Como justificativa para atender a esse pedido, é dada a informação na página 3, item 6, da análise feita pelo Banco do Brasil, que diz o seguinte:

"6. Por outro lado, o orçamento daquele Estado, para o ano em curso, prevê a realização de receita de Cr\$ 81.156,3 milhões (deduzidas as operações de crédito) e a sua margem de poupança real (Cr\$ 15.617,6 milhões) mostra-se superior ao maior dispêndio (Cr\$ 9.870,7 milhões) que a sua dívida consolidada interna apresentará após a realização da operação ora pretendida.

Significa que embora atualmente o Estado, para emitir essas letras, portanto, contrair esse empréstimo junto ao público, tenha que ser autorizado pelo Senado a ultrapassar o nível normal de endividamento, o Estado poderá chegar ao fim do ano em condições de cobrir essa diferença.

Era a informação que eu podia dar.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Humberto Lucena.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 711/83, lido no Expediente, de urgência para a Mensagem nº 128, de 1983.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria, que distribuída às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

Solicito do nobre Senador Luiz Cavalcante o parecer da Comissão de Economia.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a presente Mensagem o Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal, pleito do Governo do Estado do Rio de Janeiro no sentido de que seja elevado temporariamente o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 3.869.730 Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalente a Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) — considerado o valor nominal do título de Cr\$ 3.085,59, vigente em fevereiro de 1983.

2. Pretendia o Governo do Estado do Rio de Janeiro o registro de 7.402.800 Obrigações do Tesouro, destinado a manter o giro de sua dívida consolidada interna intralimite mobiliária, vencível de maio a dezembro de 1983.

3. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ouvida a respeito, e após examinar o Plano de Aplicação dos recursos (§ 3º do art. 4º da Resolução nº 62/75), houve por bem reduzir a qualidade de títulos para 3.869.730 — ORTRJ, com as seguintes características:

"a) quantidade: 3.869.730 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalentes ao valor nominal reajustado para o mês de fev/83 (Cr\$ 3.085,59) a Cr\$ 11.940.400.190,70;

b) características dos títulos:

Prazo	Série	Taxa	Periodicidade de pagamento		Modalidades	Numeração dos Certificados
			Juros	Correção monetária		
5 anos	c	9%a.a.	semestral	mensal	P — NE(2)	010.684 a 040.000

(1) =idêntica à das Obrigações do Tesouro Nacional-Tipo Reajustável (ORTN);

(2) =P=ao portador

NE= Nominativa-endossável

c) cronograma de colocação e vencimentos:

Emissão	Vencimento	Quantidade
Jun/83	Mai/88	1.374.100 (*)
Jul/83	Jun/88	1.374.100 (*)
ago/83	Jul/88	974.200 (*)
ago/83	ago/88	147.330
Total		3.869.730

(*) a serem colocadas com prazo decorrido da data de emissão

d) Colocação: através de ofertas públicas, nos termos do item VII da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

e) autorização legislativa: Decreto-lei nº 22, de 15-3-75.

4. Face às disposições contidas no art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 93, de 1976, conforme os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a dívida consolidada interna intralimite daquela Entidade, de acordo com a receita líquida realizada em

1982, corrigida até fevereiro de 1983, deveria conter-se nos seguintes parâmetros:

- a) montante Global = Cr\$ 268.729,0 milhões
- b) crescimento real anual = Cr\$ 76.779,7 milhões
- c) dispêndio anual máximo = Cr\$ 57.584,8 milhões
- d) responsabilidade por títulos = Cr\$ 134.364,5 milhões

5. Para que possa ser efetivada a emissão de títulos proposta, haverá necessidade de autorização do Senado Federal, uma vez que, mesmo antes da operação em exame, o endividamento interno já ultrapassa o limite, que lhe foi fixado para 1983, pelo item III do art. 2º da resolução nº 62/75.

6. Com uma receita líquida superior a Cr\$ 723.013,6 milhões e com uma margem de poupança real superior a Cr\$ 219.125,7 milhões, esta última, bem superior ao maior dispêndio que a dívida consolidada interna (intra + extralimite) apresentará em 1985, com o dispêndio anual de Cr\$ 81.767,4 milhões, vemos que a operação em exame não irá acarretar pressões orçamentárias nos próximos exercícios. (períodos de 1983 a 1992.)

Comentário à margem deste relatório: esta margem de poupança superior a 219 bilhões depõe a favor do Governador Chagas Freitas.

7. A matéria é acompanhada com as seguintes informações:

- a) Exposição de Motivos (nº 047/83) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável;
- b) parecer da diretoria do Banco Central do Brasil, favorável;
- c) autorização legislativa, na forma do Decreto-lei nº 22, de 15 de março de 1975; e
- d) parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável.

8. Cumpridas as exigências legais e as normas adotadas pela Comissão de Economia, opinamos favoravelmente ao pleito, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85, DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa emitir 3.869.730 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta) Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalente a Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) — considerado o valor nominal do título de Cr\$ 3.085,59, vigente em fevereiro de 1983, destinada ao giro da dívida consolidada interna intralimite mobiliária daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o meu parecer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Moacyr Dalla) — A Comissão de Economia conclui seu parecer pela apresentação de projeto de resolução concedendo a autorização solicitada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto para proferir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PASSOS PÔRTO (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Pelo projeto de resolução da Comissão de Economia fica — art. 1º — "o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro

fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa emitir 3.869.730 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta) Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro Tipo Reajustável (ORTRJ), equivalente a Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) — considerado o valor nominal do título de Cr\$ 3.085,59, vigente em fevereiro de 1983, destinada ao giro da dívida consolidada interna intralimite mobiliária daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central, no respectivo processo”.

2. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Autorização legislativa, na forma do Decreto-lei nº 22, de 15 de março de 1975;

b) Exposição de Motivos (EM nº 47/83) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República, favorável;

c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

3. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106 item II).

4. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Comissão de Constituição e Justiça conclui seu parecer pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1983, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, redações finais que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

PARECER Nº 637, DE 1983

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1983.

Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1983, que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1983. — Saldanha Derzi, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Passos Pôrto — José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 637, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado da Paraíba autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III, do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, modificada pela de nº 93, de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa registrar uma emissão de 766.759 Obrigações do Tesouro do Estado da Paraíba — Tipo Reajustável (ORTPB), equivalente a Cr\$ 2.231.981.775,87 (dois bilhões, duzentos e trinta e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e sete centavos), considerado o valor nominal do título de Cr\$ 2.910,93 (dois mil, novecentos e dez cruzeiros e noventa e três centavos), vigente em janeiro/83, cujos recursos serão destinados ao financiamento de Programa de investimentos a ser desenvolvido pelo referido Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 638, DE 1983

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Resolução nº 85, de 1983.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 85, de 1983, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1983. — João Lobo, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Alberto Silva.

ANEXO AO PARECER Nº 638, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 85, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1983

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item III do art. 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1976, alterada pela de nº 93, de 11 de outubro

de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa emitir 3.869.730 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta) Obrigações do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — Tipo Reajustável — ORTRJ, equivalentes a Cr\$ 11.940.400.190,70 (onze bilhões, novecentos e quarenta milhões, quatrocentos mil, cento e noventa cruzeiros e setenta centavos), considerado o valor nominal do título de Cr\$ 3.085,59 (três mil, oitenta e cinco cruzeiros e cinquenta e nove centavos), vigente em fevereiro/83, destinada ao giro da dívida consolidada interna intralimite mobiliária daquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Achando-se em regime de urgência, as matérias cujas redações finais acabam de ser lidas, devem estas ser submetidas imediatamente à deliberação do Plenário.

Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 84, de 1983. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 85, de 1983. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tenho de confessar a V. Exª, Sr. Presidente, e também aos eminentes Senadores, que meu coração confrangeu, e mais do que o coração, a minha alma ficou confrangida, ao tomar conhecimento da angústia do Senhor Presidente da República, retratada nos jornais de Brasília, especialmente numa manchete de ontem, num jornal desta Capital, em que anuncia para o Brasil e para o mundo que “A crise angustia o Presidente”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois de me confranger o coração e a alma, também tive que ter certos temores e apreensões, porque a reportagem anuncia que os pacotes econômicos causam hipertensão; e, por uma cautela muito explicável, imediatamente resolvi, também, medir a minha pressão arterial, porque, como quase todos os brasileiros, estou também sendo paciente dos “pacotes econômicos”.

Logo em seguida, o mesmo jornal apavora-me ainda mais, ao dizer que “se a coisa está ruim agora, esperem um pouco, porque em setembro e outubro, ela será ainda muito pior”. E anuncia ainda mais que “o Governo não conseguiu cumprir a exigência do FMI e a negociação agora passa ao nível político de consultas na Capital norte-americana de Washington”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, como se isso não bastasse, no jornal de hoje vem o aviso tenebroso de que "esta semana vai ficar na História", e diz que o Presidente da República vai pedir licença até quinta-feira; diz que, com relação à dívida externa, os banqueiros chegam para acertar as contas; que quanto a situação das estatais, um controle rigoroso está pronto e vai doer. E quanto à desindexação da economia, o expurgo será levado ao Planalto, amanhã".

Verificam, portanto, V. Ex^{as}, Sr. Presidente e Srs. Senadores que, ao contrário do que pretendia tranquilizar-nos o nobre Senador José Lins, contrariando a fala do nobre Senador Pedro Simon, são os jornais que, refletindo uma inquietação e quase um pavor nacional, estão anunciando coisas tenebrosas para o Brasil.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Um momentinho, nobre Senador.

Mas, na hora em que eu estava me apavorando com essa catastrófica situação do Brasil, eis que tomo conhecimento de que o eminente Senhor Presidente João Figueiredo estava fazendo uma excursão por Mato Grosso e, lá — a televisão está aí, para não me deixar mentir — o Presidente aparecia com a cara mais tranqüila, mais pacífica, mais serena que se pode imaginar. E note-se que ele esteve visitando inclusive o Pantanal, que só pelo nome já é insalubre. Pois Sua Excelência, apesar da insalubridade do ambiente, se apresentava com a face risosa, tranqüila, viu cobras, viu jacarés e chegou até a apreciar as piranhas que lhe foram mostradas dentro de um saco ou coisa parecida.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, inicialmente o Pantanal — com licença do digno Representante do Mato Grosso, seu colega de Bancada, Senador Gastão Müller — não tem nada de insalubre, ao contrário...

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eu quero dizer a V. Ex^a que a palavra "pantanal", até vernacularmente, é insalubre. Ou não é?

O Sr. Virgílio Távora — Não existe isso.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte, com muita honra, para dissipar essas confusões geográficas e ambientais, ao nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Senador Hélio Gueiros, o Pantanal mato-grossense absolutamente não é insalubre. Uma das características principais do Pantanal é que absolutamente não dá malária, que já dá no Mato Grosso amazônico, do qual nós também participamos. Pantanal dá um sentido vocabular de pântano, mas o Pantanal mato-grossense não tem nada de pântano. No tempo da seca, ele é uma planície imensa onde até se pode morrer de sede, por falta ou total ausência de água. De modo que o Pantanal se confunde, pelo vocábulo, como pântano, mas lá não é pântano, é uma planície que durante certos períodos do ano fica alagada, e em outros períodos fica completamente seca. De modo que, concordando com tudo o que V. Ex^a está falando, como membro da Bancada do PMDB, no momento sob a sua Liderança, eu só ressalvo que o Pantanal não é insalubre e que o Presidente Figueiredo, ao estar satisfeito e alegre, é por estar vendo uma das coisas mais belas do mundo, que é o Pantanal mato-grossense.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato à oportuna explicação de V. Ex^a sobre a ecologia do Pantanal. Mas, o que quero dizer é que o ilustre Presidente da República teve que se deslocar de avião até Mato Grosso, de lá teve que apanhar um helicóptero e, depois, outros tipos de transporte meio inconvenientes. Mesmo assim, ele se mostrou guapo, lampeiro, muito alegre e satisfeito.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não dá para entender como é que o Presidente, com esta aparência física tão saudável, tão extraordinariamente agradável e gostosa, está sendo anunciado pelos jornais de todo o Brasil como um doente, um decrépito prestes a ter um colapso. Por quê? Por que se pintar agora, no Brasil, a figura do Senhor Presidente como na iminência de um colapso? E já os jornais começam a dizer que a Oposição tenha cuidado: "Não vamos comprometer o Presidente". E o próprio jornal diz: "Confiar no João. Vamos ajudar o João".

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero desconfiar — e vão me permitir os ilustres pares que eu desconfie — do mau estado de saúde do Senhor Presidente da República, tanto mais quanto ainda ontem, pela televisão da Rede Globo, assisti Sua Excelência, também com a cara mais alegre do mundo, confraternizar com o Governador Leonel Brizola, achando graça, rindo para S. Ex^a, o que me causou certa espécie porque, muitas vezes, quando o Senhor Presidente da República vai se encontrar, por exemplo, com o Governador "Totó" do Ceará ou com qualquer Governador do seu Partido, Sua Excelência se apresenta duro, impiedoso, prussiano, de uma maneira ríspida. No entanto, com o ilustre Governador Leonel Brizola, de quem se pensava que o Senhor Presidente guardava algumas restrições, alguns recalques, alguns ressentimentos, Sua Excelência, surpreendentemente, se apresentou muito alegre e satisfeito, rindo e, ao que parece, contando até pilhérias para o Governador Leonel Brizola.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, portanto eu me permito desconfiar desse famigerado estado de saúde do Senhor Presidente da República que alguns jornais querem apresentar, não digo como uma chantagem, mas como um motivo para que os Partidos de Oposição se acautelem, não mexam com o Presidente da República, tanto quanto o PDS, que também não deve incomodar e nem preocupar o Presidente da República, porque a situação da saúde de Sua Excelência é precária e a gente pode ser, no final, responsável por um mal maior.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte ao ilustre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Hélio Gueiros, o discurso de V. Ex^a evidentemente é uma caricatura. Mas tem dois méritos que eu julgo de grande importância: primeiro, V. Ex^a acaba de contestar a tese do nobre Senador Pedro Simon, de que há realmente uma crise. A crise não existe, V. Ex^a acaba de confirmar; e até acha que alguém está interessado em pintar um quadro de tal modo difícil que chegue a comover as Oposições. Nesse sentido, V. Ex^a presta, pelo menos, esse grande serviço ao País, contestando a tese do Senador Pedro Simon. A segunda contribuição de V. Ex^a é o seu testemunho pessoal de que a saúde do Presidente é boa. V. Ex^a o viu na televisão, satisfeito, tranqüilo, de modo que também o boato da aguda crise de saúde do Presidente da República fica desfeito. Com base nesses boatos nada se pode, portanto, construir. As teses que neles se baseiam perdem toda a sua consistência, o seu valor. Agradeço a V. Ex^a a contribuição que nos dá com esses esclarecimentos.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Senador José Lins, V. Ex^a não tem por que me agradecer, porque estou apenas comparando fatos. E o que eu me reservei o direito foi de achar suspeita essa especulação continuada a respeito do...

O Sr. José Lins — V. Ex^a diz bem: a especulação. Tem toda razão.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ... estado de saúde do Senhor Presidente da República.

Quanto ao fato de eu estar fazendo uma caricatura, quero dizer a V. Ex^a que se faço uma caricatura, é porque é caricato, na minha opinião, o momento político nacional.

O Sr. José Lins — De qualquer modo V. Ex^a tem os dois méritos que me referi.

O SR. HÉLIO GUEIROS — O Governo, através de seus meios de comunicação, tem procurado criar situações para encostar na parede, não só o partido de V. Ex^a como também os partidos de Oposição.

O Sr. José Lins — V. Ex^a se engana. Não é o Governo. O Governo todos os dias desmente esses boatos.

O SR. HÉLIO GUEIROS — E é isso que estou estranhando, que se tente fazer essa espécie de chantagem, tanto com o partido de V. Ex^a como com os partidos de Oposição.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a? V. Ex^a há de convir que o Governo desmente todos os dias esses boatos. Logo, se há chantagem não é do Governo.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Já que V. Ex^a quer o meu testemunho, eu vou dar. Eu, realmente, na semana passada, ou há uns 15 dias, achava que o Senhor Presidente da República estava meio tenso, meio preocupado, meio aflito, e eu só pude atribuir, como V. Ex^a também, ao fato daquela pesquisa que deu o Sr. Paulo Maluf como o candidato predileto e preferido do PDS.

O Sr. José Lins — V. Ex^a não me envolva nas suas interpretações.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Então, eu disse aqui que o PDS, que inicialmente era conhecido como um partido nordestino, estava agora tomando uma nova coloração, e era um partido malufista, ou malufento, ou malufonauta, ou coisa parecida. E notei que, naquela altura da pesquisa, que por sinal não foi publicada, mas apenas noticiada, o Senhor Presidente da República se mostrava realmente muito tenso. E, para acabar com essa tensão do Senhor Presidente da República, o nobre Senador Aloysio Chaves e o nobre Deputado Nelson Marchezan foram convidados a ir ao Planalto e, lá, receberam uma moção para ser assinada e subscrita por toda a Bancada do PDS. Depois que essa moção foi assinada por todos os Senadores e Deputados, o Presidente da República sentiu-se um pouco melhor e, através de uma pesquisa suplementar, àquela que, anteriormente, havia dado como vitorioso o Deputado Paulo Maluf, conseguiu-se já agora, a vitória do Sr. Mário David Andreazza como o candidato preferido pelo PDS. O PDS deixou de ser malufista, malufento ou malufonauta, e passou a ser um partido alado, criou asas, é Andreazza. Eu não posso saber qual é o adjetivo certo se é andreazático ou andreazado, mas o que é fato é que...

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, esses trocadilhos não fazem jus à sua inteligência.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ... depois dessa suplementar da pesquisa eleitoral, como por encanto o humor, ou a saúde do Presidente da República, se consertou e ele, ontem, já aparecia muito alegre e fagueiro junto ao Sr. Governador Leonel Brizola.

O Sr. Virgílio Távora — Oxalá, para a felicidade do País, seja tão fundada essa sua afirmativa, quando os fatos, depois, venham confirmar que Sua Excelência está muito bem de Saúde...

O SR. HÉLIO GUEIROS — Aliás, quero dizer a V. Ex^a...

O Sr. Virgílio Távora — Agora, acho que o problema de saúde de um mandatário, de uma pessoa humana, principalmente do mandatário da Nação não deve ser levado da maneira como V. Ex^a está tratando o assunto, eminente Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eu quero dizer a V. Ex^a que o Presidente da República tem-se mostrado rebelde

a toda insinuação de que ele está doente, ele tem até se atritado com ilustres colegas, camaradas e amigos dele, porque não admite que esteja doente.

Lembro-me, quando eu era menino, de que havia no rádio, e depois na televisão, uma novela muito famosa, chamada "O Direito de Nascer". Então, agora, com o Senhor Presidente da República...

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a não era tão menino assim não, permita-me, V. Ex^a tinha os seus cajus... (Risos.)

O SR. HÉLIO GUEIROS — Não, V. Ex^a está equivocado. Vou relembrar a V. Ex^a a primeira novela "O Direito de Nascer" se passou no rádio, e no tempo do rádio eu era menino, podia não ser tão menino quanto V. Ex^a, mas era ainda menino. V. Ex^a, talvez, esteja se referindo ao "Direito de Nascer" quando foi passado na televisão. Mas eu quero me referir ao "Direito de Nascer" nos tempos famosos do rádio — por sinal, há pouco lembrado numa reportagem da TV Globo. Pois bem, existia "O Direito de Nascer." Agora, o Presidente Figueiredo quer ter o direito de adoecer; S. Ex^a quer adoecer tranquilamente, sem que ninguém o aperreie; fica todo mundo mexendo com Sua Excelência, que quer ter o direito, como todo o mundo e como V. Ex^a E ele quer ter, também, o direito de não se operar...

O Sr. Virgílio Távora — Mas ninguém está desejando isso, eminente Senador...

O SR. HÉLIO GUEIROS — Querem, a pulso, operar o Senhor Presidente da República.

O Sr. Virgílio Távora — Querem é a terceira pessoa do plural. Quem é? Alguém do PDS quer operar Sua Excelência?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Querem, a pulso, operar o Senhor Presidente da República...

O Sr. Virgílio Távora — Não, Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS — O Presidente da República está resistindo, e já apareceram até alguns zelosos Ministros, dizendo que se ele porventura se operar, os Ministros da Casa vão ficar respondendo pelo expediente da Presidência da República, nos problemas institucionais. Quer dizer, Sr. Presidente, que vamos voltar tudo para trás, com licença do pleonasmo.

O Sr. José Lins — V. Ex^a, decerto, está brincando!

O SR. HÉLIO GUEIROS — Vamos voltar, e outra vez vai se repetir no Brasil aquela impostura de Ministros militares assumirem a Presidência da República, porque agora já zelosos e preocupados ministros, os chamados ministros da Casa, tranquilizaram o Senhor Presidente da República, que ele pode se submeter a qualquer operação, embora ele não queira, porque os assuntos serão cuidados.

O Sr. Virgílio Távora — O Senhor já viu alguém se submeter a uma operação sem querer, principalmente o Senhor Presidente da República, eminente Senador? Faça-me o favor, isso é muita paixão!

O SR. HÉLIO GUEIROS — Então os jornais inteiros do Brasil são mentirosos. V. Ex^a diz isso?

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a é quem está afirmando.

O SR. HÉLIO GUEIROS — V. Ex^a assume a responsabilidade de dizer que tudo quanto é jornal e televisão do Brasil é mentiroso?

O Sr. Virgílio Távora — Assumo a absoluta responsabilidade de dizer que ninguém se opera sem querer. Isso é elementar. Não há quem possa contestar, ninguém se

opera contra a vontade, principalmente o Presidente da República. Ora, Senador, faça justiça.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Estou fazendo justiça a V. Ex^a embora não seja médico, respeito o médico que está aqui a meu lado, mas ele não vai me contrariar. Quero dizer a V. Ex^a que, com relação a essa célebre operação de ponte de safena, há um desacordo muito grande entre os médicos. Saiba V. Ex^a...

O Sr. José Lins — V. Ex^a vai resolver esses desacordos, certamente?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Vou entrar na seara alheia.

O Sr. José Lins — É. V. Ex^a se propõe a resolver essas questões.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Vou entrar na seara alheia: quero dizer a V. Ex^a que existem nos Estados Unidos correntes contraditórias com relação à eficiência dessa operação chamada "ponte de safena" que em inglês — desculpe a presunção — chama-se *by pass*. Há quem entenda que essa operação é absolutamente inútil e inócua.

O Sr. José Lins — Então, V. Ex^a vota contra a safena.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Apenas... agora vou... um técnico pode me contestar. Mas V. Ex^a não é técnico.

O Sr. José Lins — Eu deduzi apenas que V. Ex^a vota contra a safena.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Há quem entenda que essa operação é consequência de um apressado cálculo sobre a eficiência das chamadas operações de transplante. Quando se fez operação de transplante e se pensava que ela ia dar certo, os hospitais e clínicas se equiparam com um equipamento altamente sofisticado; entretanto, com o fracasso das operações de transplante, esse equipamento ficou ocioso. Mas os médicos, hospitais e clínicas também sabem se virar...

O Sr. José Lins — V. Ex^a está fazendo uma acusação muito grave aos médicos do País.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Os proprietários de hospitais e clínicas, que estavam condicionados com esse equipamento altamente sofisticado, ficaram sem saber o que fazer com esse equipamento, porque ninguém mais se atrevia a ser cobaia de transplante. Então, se começou a aconselhar essa tal chamada operação de ponte de safena...

O Sr. José Lins — V. Ex^a faz uma grave acusação aos médicos e diretores de hospitais.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Então, a três por dois, passou-se a recomendar essa tal operação, que é uma operação caríssima. Nos Estados Unidos, custa 20 mil dólares, em Cleveland, onde o Senhor Presidente da República se hospeda.

Quero dizer a V. Ex^a que estou aqui repetindo, exclusivamente, o que dizem os periódicos norte-americanos sobre o assunto. Não posso inventar isso, mas tenho certeza de que qualquer médico que conheça o problema vai me confirmar, porque sabe que só em casos excepcionais é que a operação de ponte de safena é recomendada. Posso dar um exemplo muito prático: só se o cidadão, andando daqui para ali, ficar cansado a ponto de não poder continuar na sua marcha é que se recomenda a operação. Quanto ao mais, ela pouco vai valer, porque as mesmas precauções que um cidadão enfartado deve ter mesmo sem fazer a operação de safena, essas mesmas precauções são exigidas de quem faz a operação de ponte de safena.

O que se sabe a respeito da ponte de safena é que há uma sobrevida de treze anos, porque a primeira ope-

ração feita dura, até hoje, treze anos. Mas eu conheço, como V. Ex^as conhecem, muita gente enfartada há mais de vinte, vinte e cinco e trinta anos, que continua viva, sem ter feito a ponte de safena. De modo que, muito mais seguro do que a operação de ponte de safena é o tratamento clínico, recomendado por um grande número de médicos.

Verifica, portanto, V. Ex^a que eu, embora não seja doutor no assunto, conheço mais ou menos, até porque todos nós somos candidatos a uma eventual operação dessa, porque, hoje em dia, é o que está mais na moda.

O Sr. Nelson Carneiro — Deus nos livre! Deus nos livre!

O SR. HÉLIO GUEIROS — Então, é bom também sabermos o que de verdade existe sobre o assunto, porque não é pelo fato de um simples médico recomendar a operação de ponte de safena que se deve fazer essa operação. Por isso é que o Senhor Presidente da República, instintivamente, está sabendo que a operação de ponte de safena talvez seja o recomendado para a sua situação. Basta um tratamento clínico, umas cautelas, umas precauções e ele poderá sobreviver e não haverá necessidade de uma operação; porque o Ministro da Guerra fez uma operação, o Presidente da República também vai fazer uma? Ora, está certo isso? Se o Ministro do Planejamento fez operação de ponte de safena, o Presidente da República também vai fazer operação de ponte de safena...

Não tem nada disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Estou, neste caso, ao lado do Senhor Presidente da República quando resiste, impavidamente, à idéia de fazer a operação de ponte de safena, porque ela não é assim tão urgente e necessária, a não ser que altos especialistas a recomendem e não porque um colega, um camarada, fez essa operação e recomenda ao Senhor Presidente da República que vá fazer essa operação.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a me dá licença para um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte, ilustre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Eu estava ouvindo no gabinete, atendendo a várias outras pessoas, a oração de V. Ex^a e lembrava da frase tão repetida do meu saudoso chefe Octávio Mangabeira: "a democracia é uma plantinha tenra"; e no Brasil, muito tenra ainda. Seria injusta; qualquer que seja o nosso partido, e aqui estão muitos, V. Ex^a, o meu prezado e velho amigo Mário Maia, que podem atestar que o Presidente Figueiredo, fora de qualquer conotação partidária, tem procurado regar essa plantinha. Justo que não discutamos da saúde de Sua Excelência: façamos preces para que essa saúde seja tão boa que ele possa continuar o trabalho de redemocratização do País, para honrar a memória do seu pai, meu saudoso companheiro dos tempos da UDN, e também para cumprir aqueles deveres e compromissos assumidos perante a Nação. Compreendo a preocupação de V. Ex^a, que é a preocupação de todo brasileiro, para que não haja necessidade de qualquer operação e que Sua Excelência possa continuar à frente dos destinos do País até o término normal de seu mandato. E verifico que, já agora, não há, nesta Casa, Oposição nem Governo quando nós discutimos esse problema que é, acima de tudo, humano e, sobretudo, de interesse da Nação: evitar qualquer hiato na normalidade democrática. Eu felicito V. Ex^a por abordar o assunto, trazendo a contribuição do seu civismo e do seu espírito democrático a essa preocupação nacional. Nós todos fazemos preces a Deus para que não seja necessária essa operação e, se ela se tornar indispensável, que Deus ilumine os que têm a responsabilidade de realizá-la. Era o que eu tinha a dizer a V. Ex^a

O SR. HÉLIO GUEIROS — Acolho o aparte de V. Ex^a ao meu despretensioso discurso, e quero dizer a V. Ex^a que eu também faço os melhores votos pela saúde e

integridade física, mental, do Senhor Presidente da República, porque estes são os meus ardentes votos. Apenas, Sr. Senador Nelson Carneiro, no curso dessa minha palavra, eu quis apresentar uma suspeita de que essa doença do Senhor Presidente da República está sendo manipulada e apresentada para empurrar as Oposições, e até mesmo o PDS, no canto da parede, para não se contrariar o Senhor Presidente da República, porque isso faz um mal terrível ao tipo de doença que Sua Excelência, no momento, está enfrentando. Por quê? Eu estava dizendo que vi o Presidente tão alegre e sorridente no Pantanal mato-grossense. Ontem, eu o vi, com o Governador Leonel Brizola, tão fagueiro e lépido, tomando chá, fazendo graça, brincando, que eu, embora não seja médico, e as aparências às vezes enganam, eu quero dizer que não vi nada de anormal na saúde de Sua Excelência. Quando eu vejo, aqui, os jornais se concentrarem, maciçamente, na existência dessa doença do Senhor Presidente da República, mesmo o Presidente reagindo e fazendo até coisas que ele não deveria ou não poderia fazer por causa talvez da sua idade, e também porque já foi um homem enfartado, eu acho que tenho o direito de desconfiar que isso talvez, seja um plano, uma manobra para que pessoas interessadas apontem, inclusive, o sucessor de Sua Excelência, sem contestação de espécie alguma, sob o argumento de que, se houver contestação, o Presidente da República se zanga; ele, zangando-se, as coronárias trabalham mal e as coronárias, trabalhando mal, pode haver algum problema mais sério para Sua Excelência.

É esta, Sr. Presidente, Sr. Senador Nelson Carneiro, a minha preocupação, porque eu realmente fiquei impressionado com as manchetes dos jornais. Verifique V. Ex^a: "Crise angustia Presidente", num dia; no mesmo dia: "Confiar no João" e, no outro dia: "Uma semana para ficar na História", "Licença do Presidente", "Decisão final deve sair até quinta-feira" e assim por diante. Parece que se procura criar um ambiente para que então o Senhor Presidente da República escolha livremente o seu sucessor, sem dar confiança nem à Oposição, porque isso não é preocupação de Sua Excelência, nem também ao PDS; ele possa escolher o candidato da sua livre predileção.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, permite-me apenas um esclarecimento? (Assentimento do orador.) V. Ex^a dissertou longamente sobre Medicina, sobre as vantagens ou não da ponte de safena. Permita, então, que um homem cuja profissão é Engenharia, porém com alguma experiência, não na operação, mas justamente em doença coronariana, dizer a V. Ex^a que não há médico no mundo que faça uma operação dessa num paciente, sem antes fazer o exame da cineangiocoronariografia. Seu colega aqui, por exemplo, já fez dois, e em nenhum dos dois exames ficou constatado que se precisava fazer a operação. Não há, como V. Ex^a está pintando aqui, esse quadro. Devemos pedir a Deus, e fazemos nossas palavras as do eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, Líder do PTB, para que essas apreensões de V. Ex^a sejam todas como bolhas de ar que tocadas por uma vareta, tocadas por uma agulha, rapidamente se desfazem. É a agulha, a vareta da verdade. Não há nada disso. Se Sua Excelência houver por bem fazer esse exame, o exame é que vai dizer e não V. Ex^a, ou o conceito de algum jornal, da necessidade ou não da intervenção cirúrgica. O exame de cineangiocoronariografia é que dirá da necessidade ou não de se submeter o Presidente à ponte-safena. Permita-lhe dizer que estranhamos muitíssimo esses temores de V. Ex^a, principalmente, diremos assim, como que esse romance entre cartas encaixadas umas nas outras aparentar a V. Ex^a que a saúde do Presidente seria como o que o leit-motiv para termos imposições de soluções presidenciais ou volta a um passado, que já devia estar distante. Isso nós dizemos claramente, sem nenhuma paixão. Não há nada disso, eminentíssimo Senador. Agora, não podíamos deixar passar sem um reparo as afirmativas que V. Ex^a faz neste momento. Obrigado pelo aparte, que sabemos

foi grande, mas tinha de ser um pouco elucidativo, se é que o foi.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Grato a V. Ex^a pelo aparte.

Como eu não desfruto da intimidade do Senhor Presidente da República e, como eu, cento e dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa brasileiros também não desfrutam dessa intimidade, quero dizer a V. Ex^a que não temos outra maneira de saber o que acontece com o Senhor Presidente da República senão através dos jornais. E noto que é um jornal bem acreditado, por sinal favorito. Quando os órgãos do Governo têm alguma revelação sensacional para fazer, eles sempre usam o *Correio Braziliense*, que tem assim muita intimidade e fê para o Planalto, de modo que quando ele faz esse alarme todo, tenho de me preocupar, mas ao mesmo tempo em que me preocupo, passo a cotejar as informações dos jornais com outras fontes de que nós, pobres mortais, também dispomos e passo, aí, a fazer minhas conjunturas e levantar, audaciosamente, minhas suspeitas sobre o verdadeiro estado de saúde de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte o competente Médico e ilustre Senador Mário Maia.

O Sr. Virgílio Távora — Vai ter dificuldade para dar razão a S. Ex^a...

O Sr. Mário Maia — Não tão competente nem tão ilustre como V. Ex^a fala. Em verdade, V. Ex^a faz nesta tarde uma apreciação muito importante com respeito ao momento político, relacionando-o com a saúde de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Achamos que há um aqodamento por parte dos órgãos noticiosos com respeito à saúde do Presidente da República e às consequências que há de vir se for necessário Sua Excelência ausentar-se do País, como aconteceu há mais ou menos dois anos atrás. É de se admirar as insinuações que, em verdade, V. Ex^a coloca em evidência, dos jornais, de uma maneira geral, e de alguns em especial, como que parecendo procurar ser o porta-voz de certas tendências do momento instável e sem horizontes em que nos encontramos no momento. O que muito nos chamou a atenção, esta semana, foi ler nos jornais a preocupação dos Ministros da Casa em assumirem a responsabilidade ou a irresponsabilidade institucional e quase que diria até constitucional. Quando, há bem pouco, da ausência para tratamento de saúde do Senhor Presidente da República, naturalmente, a coisa se desenrolou com a ocupação temporária da Presidência da República, do seu substituto legal, o Vice-Presidente da República. Não sei porque, agora, não se comentam as coisas da mesma forma que há tão pouco, uma vez que existe o Vice-Presidente da República. Será por que o Senhor Vice-Presidente da República é um dos presidenciáveis, e estaria semi-impedido de assumir porque já estaria em campanha política? Então, fica a questão. Quanto à saúde do Senhor Presidente da República, realmente os jornais têm falado que Sua Excelência tem sentido dores precordiais, e que levado ao exame clínico, à presença de cardiologistas, sua pressão havia se mostrado alterada. Sua Excelência, assim, se incluía atualmente entre os 10 milhões de hipertensos, e essa hipertensão, segundo V. Ex^a acaba de exibir, seria efeito da crise política e dos pacotes que estão sendo prescritos por S. Ex^a o Sr. Ministro do Planejamento, provocando esse singular e inusitado efeito hipertensivo. Sabemos que a hipertensão é decorrência de um processo degenerativo que se opera no interior das artérias, traduzindo-se por uma falta de elasticidade das mesmas, com depósitos de gordura, de lipídios, no seu interior, provocando as chamadas placas de ateromas. Essas placas obstruem as artérias de uma maneira sistêmica, e não apenas no coração. Tivemos ocasião de ajudar a operar e a operar alguns casos de cirurgia vascu-

lar periférica, de obstrução aórtica, de obstrução femural, fazendo as intervenções de by-pass. O by-pass não se faz apenas sobre o coração, sobre as coronárias; faz-se também sobre as artérias periféricas. E como eram feitas as operações de by-pass, as chamadas pontes aorta-femural, ou ilíaco-femural com ponte, usando-se às vezes a safena, fazendo-se uma ponte sobre o obstáculo — é que essas placas de ateromas vão crescendo de tal maneira que obstruem a artéria e não deixam mais que o sangue passe adiante — tem-se, então, que fazer uma ponte sobre o obstáculo para melhorar adiante, à jusante, a irrigação do órgão. No caso do coração, realmente parece um modismo se fazer implante de safena, ou essas operações para melhorar a irrigação do coração. Inicialmente, usou-se a técnica da implantação da artéria mamária interna, que era implantada em pleno miocárdio; essa operação se fez com pouco resultado. Passou-se, então, a usar a safena como um plástico para fazer as operações de by-pass sobre o coração. Em verdade, parecendo modismo, não o é nos casos que estejam plenamente bem indicados. Um médico não vai operar — e aqui quero fazer uma colocação bem específica e técnica da nossa atividade médica — não vai submeter um paciente a uma operação desnecessária, quer dizer, o médico deve ter consciência perfeita do que deve ser feito, através dos exames clínicos e laboratoriais, e mesmo dos exames auxiliares. Atualmente, existe o exame de cateterismo, através da artéria braquial, para se verificar o grau de obstrução das coronárias, indo até às coronárias, fazendo, assim, o que o nosso colega falou, a cineangiocoronariografia.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Basta saber pronunciar o nome para se saber que já fez o exame.

O Sr. Mário Maia — Então, através desse exame físico-mecânico e também com o auxílio de raio, ver-se-á o grau de obstrução e a necessidade de se fazer a intervenção cirúrgica. Uma vez decidido, é dado o conhecimento aos familiares da gravidade da doença. Resta então ao paciente decidir se deve se submeter ou não àquela intervenção. Agora, em verdade, sentimos que nos meios de comunicação, naturalmente por se tratar de uma pessoa muito importante, o Presidente da República, há um verdadeiro aqodamento, há uma preocupação exagerada por parte dos selos palacianos, parece, ou de divulgação do pensamento objetivo ou subjetivo do Sistema para colocar o Presidente da República num estado delicado, diria até periclitante de saúde, tendo que se submeter à intervenção cirúrgica; do contrário, a toda hora, a qualquer contrariedade maior, poderá Sua Excelência ter um infarto do miocárdio e nós ficarmos sem Presidente da República e, conseqüentemente, cairmos numa nova crise. Eu interrompo aqui o meu aparte como uma contribuição ao discurso de V. Ex^a.

O Sr. José Fragelli — Não foi um aparte, foi uma lição.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito obrigado, nobre Senador Mário Maia, pela digressão de ordem anatômica, fisiológica e até terapêutica e cirúrgica, que fez a respeito da possível ameaça de saúde do nosso Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo que se pode concluir de todo o noticiário dos jornais, verifica-se que o Presidente da República tem essas alterações na saúde porque está preocupado. Além dos problemas de ordem econômica, social e financeira — e isso não nego — Sua Excelência está altamente preocupado com o problema do seu sucessor. E, ao que eu desconfio, Sua Excelência está levando muito em conta essas pesquisas de opinião pública, e até pesquisas do colégio eleitoral. Para mim, essas pesquisas são meio precárias. Posso dizer a V. Ex^a que na primeira pesquisa realizada depois que estou aqui nesta Casa, feita pela *Folha de S. Paulo*, quem ganhou foi o Vice-Presidente da República, o mineiro Aureliano Chaves, ficando Paulo Maluf nas vizinhanças. Na outra pesquisa, feita pelo Instituto Gallup, ou pelo IBOPE,

quem ganhou foi o Ministro Hélio Beltrão. Numa outra pesquisa, quem ganhou, e aí de maneira esmagadora, foi o ex-Governador Paulo Maluf, desta vez uma pesquisa localizada exclusivamente entre os convencionais do PDS ou, mais precisamente, entre os membros do PDS do Senado e da Câmara. Finalmente, agora, nessa suplementar realizada pelo *Jornal do Brasil*, quem ganhou, de uma maneira cômoda, foi o Ministro Mário David Andreazza. Verifica-se, portanto, que, em menos de três ou quatro meses, quatro vencedores diferentes de pesquisas eleitorais: uma vez Aureliano Chaves, outra vez Hélio Beltrão, outra vez Paulo Maluf, outra vez Mário Andreazza.

Verifica-se, assim, que o Senhor Presidente não deve estar muito preocupado com essas pesquisas, até porque acredito, Senador Mário Maia, se V. Ex^a fosse atrás de pesquisas, não estaria aqui, eu não estaria aqui, quem estaria seria outro. Se pesquisa, no Brasil, valesse alguma coisa eu não ganharia nem dentro do meu partido, nem contra o partido adversário.

Então, para mim, esse negócio de pesquisa é muito relativo. E eu até estava pensando, para sossego e tranquilidade do Senhor Presidente da República, e estava com vontade de apresentar um projeto de lei, proibindo a divulgação da pesquisa, para que o Senhor Presidente da República fique mais tranqüilo, mais calmo, mais sereno e possa, assim, com mais facilidade, sem maiores incômodos, escolher o seu sucessor.

Sr. Presidente, ao cabo de tudo, quero dizer que se o Senhor Presidente da República está preocupado com o seu sucessor, está preocupado com as pesquisas, ele pode ter uma saída que é a saída que todo o Brasil pretende. A saída é a eleição direta para Presidente da República. Não tem pesquisa, não tem predileção, não tem amigo, não tem inimigo, não tem adversário, não tem nada. Quem deve escolher o Presidente da República é o povo brasileiro. E se o Senhor Presidente João Figueiredo quer entrar para a História, não deve ficar na expectativa, talvez de um problema de um acidente vascular, ou de uma coisa mais grave, como aconteceu com o Sr. Getúlio Vargas, que sofreu gravemente para entrar na História, como ele dizia que "saía da vida para entrar na História".

Se o Sr. Presidente da República deseja, realmente, entrar na História basta, apenas, que ele promova no Brasil as eleições diretas para Presidente da República, porque esta é a maior aspiração do povo brasileiro. E a hora de se escolher Presidente da República é, a meu ver, a hora de crise, porque é nessa hora que o povo brasileiro poderá escolher entre as várias opções que lhe serão apresentadas.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vamos deixar de fazer muita onda e muita confusão em torno da saúde do Sr. Presidente da República, a quem desejamos muitos anos de vida e de felicidade. Não vamos usar a doença dele para pressionar o próprio Partido do Governo e as Oposições, no sentido de aliviá-lo de qualquer problema na escolha do seu sucessor. Mas vamos apelar para que o Senhor Presidente da República satisfaça os anseios e as aspirações do povo brasileiro, reimplantando no País a eleição direta para Presidente da República. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é relatar o resultado da convenção regional do meu Partido, em Pernambuco, que transcorreu num clima de absoluta tranqüilidade partidária, num clima de exemplar unidade da nossa agremiação. Realizamos, domingo, no Recife, no Palácio Joaquim Nabuco, onde funciona a Assembleia Legislativa do Estado, a Convenção Regional para eleger o novo diretório, os delegados e suplentes às convenções nacionais. Compareceram cerca de 190 convencionais dos 250 que deveriam lá estar. Mas, Sr. Presiden-

te, as convenções regionais, sempre realizadas nos domingos, por recomendação do Tribunal Superior Eleitoral, elas muitas vezes se chocam com a realidade sócio-econômica do Estado. Em Pernambuco, por exemplo, Sr. Presidente, grande número de cidades interioranas realizam, nos domingos, as suas feiras. Acontece até que o comércio não fecha as suas portas, e comerciantes, trabalhadores, rurícolas, fazendeiros, plantadores de cana, todos estão mobilizados pela feira dominical, e ficam impedidos de comparecer a eventos da natureza da convenção regional. Daí, a frequência não ter sido completa. Mas, dentro dessa frequência de 190 convencionais, com delegados de quase totalidade dos 167 municípios do Estado, com o comparecimento da maioria dos deputados estaduais, da maioria dos deputados federais e dos três senadores da República, obtivemos um resultado gratificante. Gratificante, Sr. Presidente, porque elegemos um Diretório e um Conselho de Delegados, sem nenhuma discrepância. As chapas foram votadas, por unanimidade, para o Diretório estadual e, em seguida, para a Comissão Executiva. Recebi, Sr. Presidente, do consenso do meu Partido, uma votação unânime para compor a Comissão Executiva.

Assim, para que fique nos Anais, foram eleitos para Presidente, o orador que vos fala; para 1^a-Vice-Presidente, o deputado Ricardo Ferreira Fiúza; para 2^a-Vice-Presidente o deputado estadual Joel de Holanda Cordeiro; para Secretário Geral, o deputado estadual Fernando Bezerra Coelho; para Secretário, Dr. Manoel Enildo Lins; para Tesoureiro, o deputado estadual Osvaldo Rabelo; para vogais, Augusto Lucena, ex-deputado federal, e o suplente de Senador Waldomiro Barros Costa.

Assim, Sr. Presidente, composta a Comissão Executiva, imediatamente entramos em ação e já na terça-feira reunia a Comissão Executiva do meu Partido, na sua sede, para organizarmos um programa de trabalho, primeiro, comparecermos em massa à Convenção Nacional a realizar-se aqui, em Brasília, a 10 de julho próximo vindouro; segundo, começarmos a realizar encontros no interior, nas Zona da Mata Sul, na Zona da Mata Norte, região metropolitana, agreste e sertão. Nesses encontros, como nosso Partido, em Pernambuco, é majoritário e tem no Governo um pedessista eleito pelo Partido e pelo povo, o Governador Roberto Magalhães, contaremos com a presença dos Secretários de Estado, para que eles ouçam as lideranças locais e para que haja uma sintonia entre o meu Partido e as necessidades municipais. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, na era da comunicação, não deixaremos à margem a necessidade de nos comunicarmos, não apenas com os Deputados Estaduais e Federais e, para isso, criamos um Departamento de Comunicações, com um jornal mensal, em mala direta para todo o Estado, a partir de agosto.

Vamos também, Sr. Presidente, aumentar a filiação partidária. E no mês de setembro ou outubro, iremos fazer um esforço incomum criando o mês da filiação partidária. Para isso, já estamos mobilizando o departamento feminino, a juventude pedessista para que, todos unidos, transformem a filiação partidária, em Pernambuco, numa festa cívica estadual.

Dizia Hélio Jaguaribe que, entre todas as formas de grandeza humana, nenhuma, para o pensador espanhol Ortega Gasset, é tão dependente da vitalidade como a grandeza política. É que o homem político não é apenas — nem mesmo principalmente — o que, na realidade ou na aparência, formule os melhores projetos coletivos para sua sociedade ou o que melhor saiba, ou pareça saber, implementar e administrar tais projetos. O homem político é o que dispõe, para a tarefa da mobilização política dos demais, de maiores reservas de energia, capaz de mover a si mesmo e aos outros num irresistível impulso. Mais do que idéias ou interesses com partidos, o político é um transmissor coletivo de motivação e dinamismo, a partir de seus próprios excedentes de vitalidade.

Por isso, Sr. Presidente, que Pernambuco pedessista não se encontra naquele estado de espírito do poeta luso José Régio:

"Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou,
Sei que não vou por aí."

Sabemos, nós pernambucanos, para onde vamos, unidos, Senadores Nilo Coelho, Marco Maciel, ex-Governadores, como Moura Cavalcanti; para onde devemos ir, para onde devemos ir sob o comando estadual do Governador Roberto Magalhães.

Esta é a temática da nossa missão democrática, ao assumirmos a Presidência do PDS em Pernambuco. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, um dos mais auspiciosos resultados do 4^o Encontro das Primeiras Damas, recentemente empossadas como Coordenadoras Estaduais do PRONAV — LBA, magno acontecimento sobre o qual já teci considerações em pronunciamento que fiz no último dia 23 — foi, incontestavelmente, o documento que subscreveram e encaminharam, conjuntamente, ao Ministro Hélio Beltrão, da Previdência e Assistência Social.

Através de uma expressiva exposição, as Primeiras Damas se dirigiram ao Ministro, solicitando a liberação de recursos do FINSOCIAL para os programas de creches-casulo e complementação alimentar que deverão beneficiar um milhão de gestantes e crianças até 6 anos de idade em todo o País. É o seguinte o texto do mencionado documento:

"Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social:

As Primeiras Damas Estaduais e Territoriais que, neste momento, assumem o honroso cargo de Coordenadoras do Programa Nacional do Voluntariado da LBA (PRONAV/LBA), comprometendo-se integralmente no esforço de mobilização de recursos voluntários para desenvolvimento de programas sociais em benefício da população brasileira carente, vem respeitosamente solicitar de V. Ex^a a seguinte providência que consideram essencial e prioritária para o trabalho de integração e participação social que realizarão em seus Estados e Territórios.

Que V. Ex^a, Senhor Ministro, com a sensibilidade e compreensão que lhe reconhecemos, desenvolva todos os esforços possíveis no sentido de ser imediatamente aprovado o Projeto Alimentação da LBA, apresentado por V. Ex^a ao FINSOCIAL, destinando recursos à expansão dos programas de Creches-Casulo e complementação alimentar a todo o País.

Com a aprovação do projeto da LBA e a conseqüente liberação dos recursos solicitados, V. Ex^a estará dando o que já se poderá considerar um passo decisivo e histórico na Assistência Social brasileira, na qual hoje, de modo afirmativo e consciente, todos nos engajamos através do PRONAV/LBA.

Brasília, DF, 22 de junho de 1983.
Darcy de Oliveira Rocha — Acre
Lúcia Bezerra Suruagy — Alagoas
Maria Cerqueira Barcellos — Amapá
Marisa Seroa da Mota Monteiro — Representante do Amazonas
Yeda Barradas Carneiro — Bahia
Miriam Porto Mota — Ceará
Zely Ornellas de Souza — Distrito Federal
Iris de Araújo Rezende Machado — Goiás
Rita Paste Camata — Espírito Santo
Izabel Coelho Pinto de Campos — Mato Grosso
Nelly Martins — Mato Grosso do Sul
Risoleta Tolentino Neves — Minas Gerais
Elcione Therezinha Zahltuth Barbalho — Pará
Lúcia Navarro Braga — Paraíba

Arlete Vilela Richa — Paraná
Jane Coelho Magalhães Melo — Pernambuco
Tania Luiza Mascarenhas Napoleão do Rego — Piauí
Edialda Salgado do Nascimento — Representante do Rio de Janeiro

Anita Louise Catalão Maia — Rio Grande do Norte
Dionéia Terezinha Jancowski Soares — Rio Grande do Sul

Aida Fibiger de Oliveira — Rondonia
Luci Pestana Montoro — São Paulo
Ângela Regina Heinzen Amin Helou — Santa Catarina

Maria do Carmo Nascimento Alves — Sergipe
Não poderia deixar de fazer um registro especial nos limites desta breve comunicação, sobre essa iniciativa do mais alto significado humanitário, patriótico e cristão, que proporcionou ao 4º Encontro recém findo dimensões de objetividade e acentuado relevo prático, gerador de benefícios incalculáveis para as gestantes e crianças que integram os segmentos mais necessitados e carentes da nossa população pobre, que foi patrocinado pela LBA, cuja Presidente, Léa Leal, tem sido uma incansável batalhadora em prol do bem-estar social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a crise brasileira, todos nós sabemos é séria e profunda.

Um lado visível dessa crise são os compromissos assumidos pelo País com o exterior, em razão dos quais somos devedores, ao que se diz, de um total superior a 83 bilhões de dólares, ou seja, a dívida externa brasileira registrada e não registrada no Banco Central do Brasil, no final de 1982.

Outros componentes dessa crise, igualmente verificáveis e quantificáveis, são, só para citar alguns, a inflação, o desemprego, a dívida interna pública, as taxas de juros, os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central e para encerrar a lista, a queda da produção industrial.

O parque industrial brasileiro, em 1982, segundo o Conselho de Desenvolvimento Industrial, "não conseguiu retomar sua histórica taxa de crescimento anual". No 2º quinquênio da década de 70, a indústria de transformação cresceu a uma taxa média anual de 7,39%. A partir de 1980 há uma inversão de tendência. A produção física da indústria é de -9,8, em 1981, e mantém o mesmo nível de produção do ano anterior em 1982.

Sigo nessa linha de raciocínio Sr. Presidente, para chegar ao caso da indústria farmacêutica, já outro dia aqui debatida pelo Senador Benedito Ferreira, e antes, num outro pronunciamento por nós mesmos.

Há um lado não tanto quanto perceptível da crise. A dívida externa gera pressões não só sobre o balanço de pagamentos. No plano interno, os compromissos financeiros com os bancos internacionais desatam medidas governamentais que por certo seriam contornadas em outras circunstâncias.

Por final de 1975, quando esse endividamento era quatro vezes menor que o atual, o general Geisel se dirigiu à Nação, por intermédio de cadeia de rádio e televisão. Em primeiro lugar, fez uma resenha do quadro de dificuldades então existente. Depois, afirmou não querer "o governo deixar aspecto algum do petróleo sem a devida consideração", tendo por isso se detido "na análise das novas opções que a PETROBRÁS, detentora legal do monopólio estatal de prospecção, produção e refino, poderiam, em princípio, ser proporcionadas". Por fim, o ex-presidente dessa empresa, embora aceitando não ser "realista esperar dessas novas opções, que permitem, de uma forma ou outra, o concurso de empresas estrangeiras", a solução no curto prazo do problema brasileiro do petróleo, colocou estar convicto no autorizar a PE-

TROBRÁS a firmar contratos de serviço com cláusula de risco para a prospecção de petróleo.

No dia seguinte, o MDB, em nota oficial observou o seguinte, a respeito da exposição do general Ernesto Geisel:

"Cotejados os fatos e os argumentos, salta aos olhos a evidência de que na origem da decisão governamental, há outras razões não declaradas."

A época era ainda do AI — 5, daí porque, ainda assim, a nota oposicionista não deixou de mencionar "o jogo de forças que atuou no episódio".

O aspecto mais manifesto, crescente, condicionou novas pressões. Desembocamos, afinal, no plano inclinado da depressão. Os bancos internacionais enviam ao País missões exigentes que pressionam sem rebuços.

Resultado disso tudo o enfraquecimento da economia brasileira e por via de consequência, a crise para a empresa produtiva genuinamente brasileira. A cada desvalorização do dólar, dentro do processo recessivo, mais barata se torna a aquisição da empresa brasileira sobrevivente pelo capital multinacional.

Se antes desnacionalizar era fácil, o que dizer agora?

Por outro lado essas desvalorizações continuadas encarecem as divisas para importação. Com isso, tendo em vista ademais a crise do balanço de pagamentos, abre-se o caminho para a substituição de importações.

Esse último aspecto reforça uma outra consideração, a de que existem condições, em determinadas áreas da economia, de serem realizados investimentos, especialmente onde a multinacional assume características negativas para o País.

É o caso da indústria farmacêutica. No grupo das cinquenta maiores, por faturamento, apenas cinco são nacionais. No total da indústria, embora haja um predomínio numérico de empresas nacionais, o capital estrangeiro detém 80% de todas as vendas.

O mercado brasileiro de medicamentos é o oitavo em termos de vendas, no mundo capitalista. No entanto, o investimento estrangeiro no ramo, registrado no Banco Central do Brasil, é insignificante.

Ao final de 1982, o registro de capitais estrangeiros no País apresentava um total de 21 bilhões, 176 milhões de dólares. O setor dinâmico, a indústria de transformação, detinha 73,2% desse total, ou seja, 15 bilhões, 494 milhões de dólares. Nesse último conjunto, o ramo dos produtos medicinais, farmacêuticos e veterinários, com 889 milhões de dólares, não ia além de 5,7%.

Especificamente o capital da indústria farmacêutica de per si é ainda menor do que esses 5,7%, uma vez que o dado oficial vem acompanhado de informações sobre o ramo de produção veterinário.

A indústria farmacêutica, embora eficiente na formulação e acondicionamento, bem assim na comercialização de produtos, é extremamente falha no que toca à produção interna de matérias-primas e intermediários e quanto à capacidade tecnológica, financeira e gerencial.

A produção interna de fármacos não alcança 10% do número de produtos farmacêuticos registrados e, praticamente, na totalidade, são produzidos pelos laboratórios das subsidiárias estrangeiras aqui instaladas, os quais colocam, acima de tudo, os seus interesses de mercado. E não poderia ser de outra maneira.

É grande a potencialidade do mercado brasileiro para a produção de medicamentos nas suas etapas básicas. A empresa multinacional, dominante no setor sob qualquer aspecto que se analise, não se interessa em realizar esforços de pesquisa e desenvolvimento no País, e é aí onde está a pedra de toque do problema.

Todas as tentativas de realizar um esforço interno no sentido de estabelecer um setor nacional forte, tecnológica, financeira e gerencialmente tem sido, de um modo ou de outro, eliminado pela ação do capital estrangeiro.

E a isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que tentamos chamar nesta hora, mais uma vez, a atenção do Senado da República, para o avanço das empresas multinacionais em relação à indústria farmacêutica brasileira.

Agora mesmo, temos condições industriais para a realização de uma iniciativa assim. No entanto o Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica, elaborado desde 1982, tem encontrado dificuldades para a sua implementação definitiva, que depende inicialmente da sua instituição pela via de um decreto do Poder Executivo.

As pressões contrárias são poderosas.

Três câmaras de comércio — americana, alemã e britânica — se posicionaram em relação ao Programa. Telex enviados a ministros do Governo alinham diversos argumentos sobre o assunto, os quais convém examinar.

E aqui, mais uma vez, se é possível, pedimos a atenção dos Srs. Senadores.

A Câmara de Comércio Americana para o Brasil, a 26 de maio último, dirigiu-se ao ministro Hélio Beltrão, observando que a implantação do programa, "com a atual concepção, constituir-se-á num constante obstáculo às relações econômicas internacionais, principalmente com os Estados Unidos da América".

Esse foi o telex enviado pela Câmara de Comércio Americana, Sr. Presidente.

A advertência contida não se restringe portanto apenas à questão da indústria farmacêutica. A ameaça alcança o conjunto das relações econômicas internacionais, em especial com os Estados Unidos. Na sua sequência, o telex prevê "um clima de grandes desconfianças e dúvidas para novos investimentos" (evidente que não só no ramo farmacêutico), bem assim que "os diversos mecanismos do Programa causariam uma desapropriação pura e simples, inclusive desapropriação dos investimentos já feitos pelas empresas estrangeiras do setor".

Por incrível que possa parecer, a iniciativa brasileira no ramo farmacêutico, tendo em vista a produção de medicamentos de forma verticalizada, pelo domínio da tecnologia, é entendida pela multinacional como desapropriação de seus investimentos aqui realizados.

A linha de argumentação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, dirigido no dia 27 de maio ao Ministro Camilo Penna, é a mesma, sendo semelhante até o próprio texto.

A Câmara Britânica de Comércio no Brasil, a 25 de maio, dirigiu-se igualmente ao Ministro Camilo Penna, onde expressa as suas "sérias preocupações" com o Programa. Considera-o fortemente prejudicial e discriminatório às empresas estrangeiras e assevera ser o projeto "desnecessário e até contrário aos interesses do País". Do mesmo modo que as demais, menciona o aumento das incertezas atualmente enfrentadas pelas empresas estrangeiras e lembra a contribuição que essas ainda podem oferecer às "reais necessidades do País", em termos de investimentos e produtos.

Sem dúvida, são grandes as pressões, mas não irresistíveis. Nesse momento de crise do balanço de pagamentos é que se abre a oportunidade para que a concorrência no setor farmacêutico seja encaminhada para a base dessa indústria. Há condições internas, para a produção e de mercado, ao lado de um problema social grave de saúde e pobreza. Parcelas ponderáveis da nossa população estão fora do mercado de remédios e outras nele ingressaram, ainda que não detenham poder de compra. É esse mercado nacional que cabe proteger antes de tudo, secundando a ação social pela econômica, em benefício dessas camadas populacionais e do País.

Veja, Sr. Presidente, que pela própria voz do Senador Benedito Ferreira, e pela nossa, nós já demonstramos, aqui, o absurdo dos preços dos medicamentos, neste País. E nós não entendemos, Sr. Presidente, como o Governo brasileiro permite esses aumentos!

Eu mesmo tenho um projeto de lei tramitando no Senado estabelecendo limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos. Não sei a razão da demora de análise desse projeto. Esse projeto foi apresentado em 1981; tive que pedir, novamente, o seu desarquivamento, e submetê-lo à apreciação das Comissões Permanentes do Senado da República.

É incrível, Srs. Senadores, a insensibilidade do Governo, para o mercado de medicamentos. Veja, Sr. Presidente, que ainda hoje, não só em relação aos produtos farmacêuticos, quando eu me dirigia ao Senado, para nossa Sessão da tarde, fui abordado por um pobre contribuinte, um pobre cidadão, que me perguntava: "Sr. Senador, aonde vamos parar, já pagando o pequeno pão, hoje, a 25 cruzeiros?"

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Congresso Nacional tem que reagir, e reagir de uma maneira rápida; porque se ele não pode reagir Sr. Presidente — e já nem quero discutir, neste momento, este aspecto — se ele não pode reagir às imposições do Fundo Monetário Internacional, não é possível que a sociedade brasileira possa assistir o avanço indiscriminado das empresas multinacionais.

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Fábio Lucena — O *Jornal do Brasil*, edição de sábado, informa que a CEME, Central de Medicamentos, deixou de produzir a insulina. E, como se sabe, é ela uma substância indispensável à sobrevivência do diabético. Naturalmente, para dar vez às multinacionais de ocuparem esse ramo no mercado, outrora, em poder da indústria nacional. Apenas uma informação para o importante pronunciamento de V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — A intervenção de V. Ex^a, Senador Fábio Lucena, sempre nos causa muita alegria, não só pela sua preocupação, nesse avanço indiscriminado das empresas multinacionais, mas, particularmente, pela atenção que V. Ex^a demonstra para com o seu companheiro de Partido.

Veja, Senador Fábio Lucena, que nesse projeto que apresento, e que V. Ex^a me traz à lembrança, e permita V. Ex^a que eu diga exatamente o seguinte:

"Quando a empresa desejar cessar a fabricação de qualquer medicamento ou produto farmacêutico, comunicará a sua intenção com antecedência mínima de 2 anos à Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde."

E nesse projeto estou demonstrando quais seriam as causas determinantes, mas sobretudo de que seria necessário que, pelo menos com antecedência de dois anos, a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde tivesse conhecimento.

Portanto, o aparte de V. Ex^a foi de grande oportunidade, e exatamente me permite a lembrança do art. 2º desse projeto que apresentei ao Senado da República e que se encontra, aí, Sr. Senador Fábio Lucena, possivelmente para uma análise mais apurada.

Mas o que me lembra, Srs. Senadores, e Sr. Senador Fábio Lucena me permita, mais uma vez, dialogar e chamar a atenção de V. Ex^a. Quando eu vejo o avanço das empresas multinacionais, no setor farmacêutico, foi com um certo grau de estupefação que vi, no sábado, S. Ex^a o Ministro da Indústria e Comércio, ilustre mineiro, por quem temos o maior respeito, dizer que nós poderíamos vender algumas empresas estatais para pagar a dívida. S. Ex^a usou até a seguinte expressão, em inglês: *sale leasing back*, dizendo que poderíamos, inclusive, ou alugar essas empresas, vendê-las, ou poderíamos, no futuro, ter o direito de recompra dessas empresas. E S. Ex^a o Ministro da Indústria e do Comércio foi mais além, ao dizer que poderíamos vender; bastaria aparecer aqueles que se interessassem, a própria Companhia Vale do Rio Doce, vender algumas empresas siderúrgicas, o Metrô do Rio de Janeiro e o Metrô de São Paulo. Mas, Sr. Senador Fábio Lucena, nesta hora de crise, quem vai comprar essas empresas estatais? Evidentemente, não é empresa privada, não é empresa nacional; evidentemente que são os grupos multinacionais.

É por isso que a declaração do Sr. Ministro, Sr. Presidente, ela é por demais chocante; ela nos leva realmente a uma meditação muito séria, que deve ser feita pelo Senado da República. E quando eu digo, e dizia há pouco ao Senador José Lins, nesta intimidade que S. Ex^a nos permite, e dizia que, às vezes, há uma distorção por que nós não queremos o recesso do Congresso Nacional, neste momento; é porque há coisas muito sérias, Sr. Presidente, que vão acontecer nesses próximos trinta dias; e a Nação brasileira está numa expectativa do que pode acontecer, nessa parada técnica com o Fundo Monetário Internacional, que nós gostaríamos que fosse uma parada definitiva, com a presença de subcomitê de bancos internacionais, hoje, aqui no nosso Brasil.

Quando o Ministro fala na venda das empresas estatais, para pagar dívidas, tudo isso, Sr. Presidente, é que leva a nós parlamentares, já com uma certa experiência de pelo menos 8 anos, aqui, no Senado da República, a pensar.

Imagine, Sr. Presidente, esse pobre cidadão que hoje me abordou para reclamar, com justa razão, o preço de Cr\$ 25,00 o pão, e o preço do medicamento! E ele me perguntava: o que fazem os Srs. parlamentares? O que faz o Congresso Nacional? E ele ainda completou, dentro da sua simplicidade, da sua sinceridade de cidadão do povo, do homem que sente de perto esses conflitos que aí estão: e é verdade que os Srs. ainda vão entrar de férias, agora, a partir do dia 1º de julho? Porque, evidentemente, também não conhece o mecanismo de funcionamento do Congresso Nacional.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou ouvir V. Ex^a, com muito prazer, mas o Senador José Lins já havia pedido e, sem querer dar preferência a S. Ex^a, ouvirei logo em seguida V. Ex^a, Senador Hélio Gueiros, com muita alegria.

O Sr. José Lins — Volto a dizer, Senador Itamar Franco, que a contribuição que o Parlamento pode dar, à análise dos problemas nacionais, independe do recesso em que vamos entrar agora. Mesmo porque nós tivemos todo este primeiro semestre e teremos o segundo. Para mim o problema, como colocou o nobre Senador Pedro Simon, de uma Comissão, o Senado não vive de comissões. Mas é da livre e espontânea vontade dos Srs. líderes se unirem para analisar problemas. E acho que nós não podemos fugir a essa responsabilidade, até a essa determinação da crise atual. De modo que eu não ligo o problema da necessidade da contribuição parlamentar, à solução dos problemas nacionais, à questão do recesso, que poderia até dar a entender que há uma crise em marcha, da qual não vamos poder nos livrar, a não ser que os vigilantes permaneçam aqui nesta Casa. Mas a minha idéia não era falar sobre esse problema, que já temos discutido; é comentar o discurso de V. Ex^a no que tange à parte substantiva, e que diz respeito ao problema da indústria farmacêutica. V. Ex^a tem toda razão. A única coisa que realmente me preocupa é que, na realidade, a nossa infra-estrutura, ou melhor, o nosso grau de desenvolvimento tecnológico, no que tange ao domínio das fórmulas farmacêuticas, ou da pesquisa, ainda é muito pequeno. Mas, apesar disso, tem havido um bom esforço da parte nacional para, de qualquer modo, proteger um pouco mais a indústria brasileira no campo farmacêutico. Vou dar um exemplo a V. Ex^a, que diz respeito ao aparte dado pelo nobre Senador Fábio Lucena. O exemplo é na sua terra, em Montes Claros, onde V. Ex^a sabe que temos uma fábrica de insulina e, com grande esforço, apesar de todas as dificuldades impostas até por alguns setores interessados estrangeiros, ela tem sido um sucesso e, hoje, fabrica a insulina que nós precisamos no Brasil, e pode até exportar. Este é um exemplo que pode ser tomado em consideração, mostrando — como bem diz V. Ex^a — que as dificuldades são grandes, mas não são intransponíveis.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador José Lins, eu sinceramente gostaria que V. Ex^a fosse bem mais enfático, porque eu o conheço e sei dos seus propósitos.

Mas, na verdade, se há um avanço multinacional neste País, cada vez mais acelerado, é o da indústria farmacêutica. E citei um dado que é irrefutável, Sr. Presidente, quando disse que no grupo das cinquenta maiores, por faturamento, apenas cinco são nacionais.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Já vou dar o aparte a V. Ex^a. Só quero recordar isso ao nobre Senador José Lins: no total da indústria, embora haja um predomínio numérico de empresas nacionais, o capital estrangeiro detém 80% de todas as vendas. E nós da Oposição perguntamos — e temos esse direito de perguntar, porque não somos Governo — E a ação do Governo?

Ouçõ V. Ex^a, nobre Senador Hélio Gueiros, com prazer.

O Sr. Hélio Gueiros — Senador Itamar Franco, V. Ex^a, como sempre, aborda um tema da mais alta relevância e importância para o povo brasileiro. Nessa questão de medicamentos, é um problema que atinge e aflige o brasileiro, a partir do instante que ele nasce, e vai até o fim da sua vida. V. Ex^a, portanto, está tratando de um problema que atinge diretamente a 120 milhões de brasileiros, que estão sendo escorchados e explorados pelas multinacionais. V. Ex^a aborda o tema com muita propriedade nesta ocasião. Mas, quero referir-me também, eminente Senador Itamar Franco, às críticas que faz sobre o recesso forçado do Congresso Nacional. Tem toda a razão ao estranhar que o Congresso Nacional se bitole como uma escola primária, em que há necessidade de férias escolares, no meio do ano, como também no fim do ano, mais outras férias. Isto, realmente, é muito estranhável. Agora, V. Ex^a citou um cidadão mineiro que, aflito pela situação atual do Brasil, indagou — não se sabe se por ironia, ou até por simplicidade — se era verdade que o Congresso Nacional ia fechar em julho. Quero dizer a V. Ex^a que quando eu vim tomar posse, no dia 1º de fevereiro, um cidadão me perguntou como era o funcionamento do Congresso Nacional. Eu respondi: "Vou tomar posse no dia 1º de fevereiro mas o trabalho só vai começar no dia 1º de março". Ele disse: "Ah! Vocês têm férias antes de começar a trabalhar?" "Eu não pude dizer nada, Senador Itamar Franco, porque realmente é uma situação gaiata: o Congresso Nacional, ao tomar posse, a primeira coisa que faz é entrar de férias.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Hélio Gueiros, é difícil realmente tentar explicar esse mecanismo de funcionamento. Nós hoje abordamos um assunto — e V. Ex^a concordou conosco — da maior importância, da maior seriedade, e V. Ex^a foi muito feliz quando disse que isso é desde que nós nascemos. O pior é quando a gente vê o Ministro da Indústria e Comércio, que deve ter maiores dados que nós, da Oposição — V. Ex^a sabe que não é fácil a obtenção de dados para essa pesquisa — o ilustre Ministro venha dizer que é preciso vender as empresas estatais para pagar a dívida externa brasileira.

Agora, quanto ao recesso — e é claro que não é o núcleo do meu pronunciamento —, o Senador José Lins se posiciona contra ele de uma maneira até bastante rebelde, porque o Senador Virgílio Távora, mais lúcido, pelo menos nesse aspecto, dá a sua plena concordância de que não há necessidade de nós entrarmos em férias nesse período; é um absurdo.

O Sr. Virgílio Távora — Não podíamos concordar em tudo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, Senador Hélio Gueiros, quando o Senador José Lins fala assim timidamente, que é possível romper com a empresa multinacional que avança, não só sobre a indústria farmacêutica, hoje, sobre a indústria da madeira, sobre a indústria de material elétrico, sobre a indústria de telecomunicação,

nós estamos assistindo quase que passivamente à desnacionalização da economia brasileira.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer nesta tarde, lembrando a importância do debate, recordando a existência, nas comissões permanentes, do nosso projeto que não permite o aumento de preço dos produtos farmacêuticos, pelo menos num interregno, no mínimo, de 6 de meses e particularmente mostrando, na intervenção do Senador Fábio Lucena, que nenhum produto pode cessar a sua fabricação sem a devida comunicação à Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Esta, a nossa contribuição, Sr. Presidente, e a esperança de que — V. Ex., que sempre nos preside aí com muita simpatia — ...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — ...o Congresso Nacional possa sacudir esta poeira e reagir de uma forma mais forte contra as empresas multinacionais que avançam no nosso País. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 1981

Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho Interministerial de Preços não autorizará reajuste no preço de qualquer medicamento ou produto farmacêutico em percentual superior à variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ocorrida entre a data do último aumento e a da solicitação.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, só será permitido o aumento de preço decorrido um interregno mínimo de seis meses.

Art. 2º Quando a empresa desejar cessar a fabricação de qualquer medicamento ou produto farmacêutico, comunicará sua intenção, com a antecedência mínima de 2 (dois) anos, à Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

§ 1º Sendo a causa determinante da cessação do fabrico a descoberta científica de efeitos danosos à saúde, a indisponibilidade de matéria-prima ou outro motivo de força maior, poderá ser solicitada a dispensa do pré-aviso no prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º Caberá a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde julgar a idoneidade dos motivos apresentados pela empresa interessada, autorizando ou não a imediata cessação do fabrico do medicamento.

Art. 3º Recebida a comunicação a que se refere o artigo anterior, avaliará o Ministério da Saúde a conveniência de ser o medicamento mantido à disposição do mercado consumidor.

Parágrafo único. Concluindo o estudo pela necessidade da permanência do medicamento no mercado, serão adotadas medidas administrativas no sentido de assegurar sua produção através de empresas estatais ou particulares.

Art. 4º A empresa que desrespeitar o disposto nesta lei fica sujeita às seguintes penalidades:

a) multa de 1.000 (mil) a 5.000 (cinco mil) vezes o maior salário mínimo vigente no País;

b) Requisição dos respectivos laboratórios, equipamentos, dependências e estoques a fim de que seja assegurada a produção do medicamento pelo prazo de 2 (dois) anos.

Art. 5º Constitui crime contra a economia popular:

a) Cobrar, direta ou indiretamente, preço superior ao legalmente autorizado para medicamento.

Penal: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 500 (quinhentas) vezes o maior salário mínimo vigente.

b) Sonegar a venda de medicamento por qualquer motivo:

Penal: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa de 100 (cem) a 500 (quinhentas) vezes o maior salário mínimo vigente.

c) Deixar o responsável por empresa farmacêutica de fazer a comunicação a que se refere o artigo 2º desta Lei.

Penal: reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa de 500 (quinhentas) a 750 (setecentas e cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente.

d) Criar embaraço à imissão na posse de laboratório, equipamentos, dependências ou estoques que tenham sido legalmente requisitados à empresa proprietária.

Penal: detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa de 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

No final do primeiro semestre do corrente ano eclodiu séria crise entre as autoridades sanitárias e diversas empresas que atuam na área de medicamentos. Os laboratórios, por não encontrarem guarida para os abusivos e injustificáveis aumentos de preço que reiteradamente solicitam, ameaçaram retirar do mercado diversos produtos vitais para o tratamento de moléstias graves. Assim é que o próprio Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, órgão do Ministério da Saúde, Sr. Antônio Carlos Zanini anunciou que os medicamentos Fenobarbital, Penicilina A G, Clorafenicol, Soro antiofídico e Diamox, considerados como indispensáveis por não terem substitutos no mercado, estavam prestando a ter o fornecimento interrompido. Fácil é compreender os motivos que tornam possível aos fabricantes adotar tal comportamento. Sabedores que determina droga é essencial na terapia de moléstia aguda (caso do Fenobarbital para os portadores de epilepsia) acenam o Governo no sentido de obter vantagens exorbitantes, ainda quando o produto é de custo relativamente baixo. No caso da Penicilina A G, por exemplo, eficaz e pouco onerosa para o tratamento de amigdalites, o próprio Sindicato da Indústria Farmacêutica vem a público alegar "que os preços de venda não compensam a manutenção do remédio no mercado" (Jornal "O Globo" edição de 10-6-81 e 19-6-81 respectivamente).

Fossem as alegações deduzidas pelos conglomerados industriais, ao menos razoáveis, poderíamos levá-las em consideração tentando harmonizar os pleitos às reivindicações da maioria da população. Entretanto, os fatos que vêm à tona denotam encontrar-se o setor dominado por pequenos grupos que monopolizam este campo de atividade econômica com manifesto prejuízo para o bem-estar geral. Em recente pronunciamento cujo teor foi levado ao conhecimento das autoridades executivas, o Presidente da Sociedade de Pediatria de Brasília, Dr. Antônio Luiz Ramalho, denunciou a fabulosa disparidade que existe entre os preços cobrados ao público, "no balcão das farmácias", e aqueles pagos pela CEME (Central de Medicamentos), órgão que evidentemente tem condições de manter uma certa vigilância nos critérios de aquisição. Cita o exemplo do colírio de Dexametazona que custa no varejo Cr\$ 107,00 enquanto na CEME "sai apenas por Cr\$ 7,35". A Eritromicina, que é uma suspensão, vendida no comércio por Cr\$ 233,00 vale tão-somente Cr\$ 41,80 para a CEME. O Hidróxido de Alumínio que o consumidor paga Cr\$ 41,80 nas farmácias, é vendido pela CEME a Cr\$ 8,20. Acusa o referido médico a existência, "de outros exemplos cuja variação no preço chega a mais de mil por cento". (Correio Braziliense, edição 28-6-81). Queixa-se ainda o profissio-

nal da, "liberdade de entrada e retirada de remédios no mercado" e menciona "... o caso de Diamox, de produção exclusiva do Laboratório Lederle, retirada recentemente das farmácias não se sabe o porque..." sendo de acrescentar que, "... larga faixa da população vinha usando-o no controle do glaucoma".

QUADRO DEMONSTRATIVO APRESENTADO PELO ESPECIALISTA

Produto	Preço	Preço	Variação
	Comércio	CEME	
Ácido Acetilsalicílico	1,44	0,17	847%
Dexametazona colírio	107,00	7,35	1.455%
Eritromicina suspensão ...	233,00	41,80	557%
Furosemida 40 mg	7,00	0,61	1.147%
Hidróxido de Alum. susp ..	60,00	8,27	725%
Mebendazol 100 mg	20,00	1,31	1.526%
Penicilina G. Proc. + P	17,00	6,40	262%
Sulfametoxanol + trimet. ..	18,0	3,60	500%
Tetraciclina 250 mg	8,50	1,43	594%

A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída na Câmara dos Deputados para investigar as atividades ligadas à indústria farmacêutica no território nacional, após inúmeros meses de aprofundados estudos e sindicâncias concluiu:

"Aqui instalados, os grandes laboratórios estrangeiros começaram a absorver os nacionais, prática também seguida por outras empresas forâneas para aqui montarem as suas subsidiárias. E assim foi que, de 1957 a 1979, 32 laboratórios nacionais passaram ao controle do capital estrangeiro..."

Tal situação nos permite afirmar que, em termos econômicos, a indústria farmacêutica brasileira é uma pseudo-indústria, uma ficção, totalmente dominada pelo capital estrangeiro, marcadamente pelas chamadas empresas transnacionais ou, como é mais aceito, multinacionais.

"Se em matéria de faturamento as multinacionais controlam 80% das vendas, em um mercado de mais de 1,5 bilhões de dólares, o 6º do mundo capitalista, em termos de matérias-primas a nossa dependência não é menor pois importamos cerca de 80% das fórmulas utilizadas na fabricação de remédios." (Relatório Final da CPI da Câmara dos Deputados sobre as atividades ligadas à indústria Farmacêutica — págs. 18/19 — Edição da Câmara dos Deputados — Brasília 1980.)

A ordem econômica e social do País tem por fim programático, "realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social" com base na livre iniciativa. Esta última, entretanto, deve, por um lado, ter sua atuação condicionada em função dos reclamos da maioria, e por outro ser coibida quanto à tentativa "de domínio de mercado, eliminação de concorrência e aumento arbitrário de lucros" (art. 160 da Constituição). Neste passo, se desejamos realmente dar cumprimento ao texto da Lei Maior e atender às prementes necessidades nacionais, devemos adotar medidas legislativas capazes de assegurar uma eficaz atuação administrativa.

O Projeto de Lei que ora apresentamos tem como primeiro escopo estabelecer um limite ao aumento arbitrário dos preços dos remédios. Conquanto de certa forma limitados pela atuação fiscalizadora do Conselho Interministerial de Preços, quase sempre têm os laboratórios conseguido obter reajustes desmesurados nos valores dos seus produtos, quer por meios diretos quer por meios indiretos. Quando não logram êxito no pretendido, simplesmente deixam de fabricar o medicamento sob determinado nome comercial para reintroduzi-lo, pouco

depois, sob forma ligeiramente modificada mas apresentada como se fora absoluta inovação. Fixamos como teto para o reajuste o percentual da variação da ORTN no período. É um critério que vêm sendo adotado como fórmula capaz de remunerar adequadamente o capital e nada justifica que as aplicações financeiras realizadas neste setor devam fugir à regra.

Com o intuito de evitar burlas ou fraudes, impede-se que o fabricante deixe de produzir o medicamento, "ex abrupto". Passa a se exigir um pré-aviso de dois anos, salvo motivo de força maior, durante cujo prazo poderão as autoridades competentes adotar medidas capazes de sanar eventuais deficiências e mesmo assegurar a produção recorrendo a outras instituições públicas ou privadas.

São previstas sanções administrativas e penais severas para os infratores por entendermos que a saúde pública não pode nem deve ficar à mercê de mesquinhos interesses comerciais. As leis da mercância devem ceder passo às necessidades vitais da comunidade, e a esta se reconhece o direito de auto-defesa instituindo preceitos rígidos para os atentados que o corpo social julga altamente danosos à integridade do todo. Neste caso se enquadram aqueles que desejam especular com a saúde de um grande número de cidadãos.

Encarecemos o Congresso Nacional a necessidade de se colocar um freio na alta imoderada do custo de vida, mormente quando atinge necessidades vitais do ser humano como a aquisição de medicamentos. Todo o esforço desenvolvido pelos serviços previdenciários oficiais no campo da saúde serão de pouca valia enquanto não forem introduzidos mecanismos capazes de assegurar ao trabalhador o efetivo direito à terapia indicada.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 1981. — *Itamar Franco.*

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Economia e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna para fazer uma breve comunicação em defesa do meu Estado. Acredito que nós fomos eleitos pelo povo, não apenas para representar no Congresso Nacional a sua vontade, como expresso está na Constituição que nós representamos, no Senado da República, os Estados da Federação. O Senador da República é, portanto, um porta-voz, um procurador do Estado que lhe deu origem. E é nesta qualidade, Sr. Presidente, que venho trazer, através da tribuna do Senado, o meu mais veemente protesto à maneira discriminatória como os órgãos do Governo Federal vêm tratando o Estado do Acre, no que diz respeito aos convênios que aquele Estado, através de várias Secretarias, tem com os órgãos federais.

Quero me referir, Sr. Presidente, nesta oportunidade, especificamente à SUDHEVEA, que nega recuos e diz ao Secretário de Saúde que o "pouco que ela dá, é pegar, senão, não tem o que levar."

Tenho aqui, através da *Folha do Acre* de domingo, 26 de junho de 1983, uma notícia sob o título, "SUDHEVEA nega recursos" e diz que "é pegar ou largar". E quero, Sr. Presidente, para deixar documentado nos Anais do Senado da República a minha reclamação, ler a transcrição deste periódico diário do meu Estado, a *Folha do Acre*:

Na renovação do convênio para o ano de 1983 a Secretaria da Saúde pediu à Sudhevea um reajuste nos Cr\$ 75 milhões fornecidos em 1982, levando em conta a desvalorização na moeda ocasionada pela inflação. O montante pedido alcançou a cifra dos Cr\$ 221.380.000,00, de acordo com o documento que a FOLHA transcreve a seguir. O órgão federal, no entanto, ofereceu apenas Cr\$ 75 milhões.

O coordenador de atividades de saúde da Superintendência da Borracha, na época, o Dr. Merson, justificou de modo enfático — digo também antipático — "a participação, para o Secretário de Saúde do Estado do Acre, que viajara a Brasília para negociar a verba da União" em convênio com aquela Secretaria.

"O dinheiro é esse aí. E se não quiser, fica sem nada. É pegar ou largar".

Veja, Sr. Presidente, como o meu Estado é tratado nos escalões dos Ministérios, dos sistemas e da federação. E o pior, Sr. Presidente, é que temos notícia de que há alguma força por trás dessa má vontade dos escalões secundários e terciários, recomendando que façam "operação tartaruga" no sentido de que arraste a celebração ou renovação dos convênios que o Estado tem com os órgãos da Federação.

E aqui eu faço um apelo aos nobres Líderes do PDS, principalmente aos nobres companheiros, Senador José Lins e Virgílio Távora, que hoje estão aqui respondendo pela Liderança, faço um apelo a S. Ex^a e aos meus colegas, para que recomendem aos órgãos dos Ministérios, que façam ouvidos moucos às recomendações de políticos dos Estados, com o sentido de dificultar a administração do nosso companheiro Nabor Telles da Rocha Júnior, que encontrou o Acre num verdadeiro estado de dificuldades financeiras.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Concedo a aparte ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Senador Mário Maia, verifica-se, pela sua exposição, que, com os Estados Brasileiros, ocorre o mesmo que acontece com as flores; "há diferença de sorte; umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte". Veja V. Ex^a que, há pouco, aqui, nós aprovávamos, em regime de urgência, um pleito do Governador Leonel Brizola, dando-lhe autorização para negociar 11 bilhões de cruzeiros para o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto se faz isso para o Governador Leonel Brizola, sem a presença sequer até do nobre Senador Roberto Saturnino, que é o seu representante nessa Casa, nega-se para o Acre o que o Acre tem direito. E, veja V. Ex^a, que se pensava que, para o regime, para o sistema, o Governador Nabor fosse considerado menos perigoso ou mais afeiçoado ao sistema do que o Governador Leonel Brizola. No entanto, o Governador Leonel Brizola vem aqui e consegue um processo, entrado em março ou abril, na Presidência da República...

O SR. MÁRIO MAIA — E foi aprovado em regime de urgência.

O Sr. Hélio Gueiros — ...mas o processo entrou nas repartições executivas do Governo Federal em março e abril: correu tudo celeremente, com parecer favorável do Banco Central, Leitão de Abreu, todo mundo e, hoje, em urgência urgentíssima, foram aprovados 11 bilhões de cruzeiros para o antigo grande adversário e inimigo do regime. No entanto, aqueles que não foram nem grandes inimigos...

O Sr. Virgílio Távora — Para V. Ex^a ver como se age imparcialmente!

O Sr. José Lins — Exato.

O Sr. Hélio Gueiros — ...nem renitentes inimigos do sistema, sofrem essas restrições que V. Ex^a está aqui expondo a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Senador Mário Maia, V. Ex^a tem 3 minutos para encerrar o seu pronunciamento, eis que o Congresso Nacional está convocado para às 18 horas e trinta minutos.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, farei o possível para encerrar o meu pronunciamento, apenas estou recebendo aqui...

O Sr. Hélio Gueiros — É como eu digo, portanto, terminando o meu aparte, nobre Senador, é só para não interromper o fio da meada e o meu pensamento...

O SR. MÁRIO MAIA — Eu agradeço a V. Ex^a o aparte que vem elucidar os meus argumentos. Enquanto acontece isso, nobre Senador, o meu Estado, nobres Líderes do PDS, é discriminado numa quantia, — vejamos bem — em 1982, o convênio com a SUDHEVEA e a Secretaria de Saúde era de 75 milhões. O Sr. José Cesário, que participou, ativamente, da campanha do PDS, no meu Estado, usando avião da SUDHEVEA, gastando a gasolina da SUDHEVEA, do Governo, para promover a campanha do PDS em favor do nosso ilustre companheiro Jorge Kalume, que não conseguiu vencer, em favor do recomendado e afilhado, também, do Senhor João Figueiredo, o ex-Ministro das Comunicações, que todos conhecem, — e eu assisti várias vezes de camarote, das cercanias, aos comícios do PDS com a presença dessa ilustre comitiva — gastando dinheiro e ameaçando que se o PMDB vencesse as eleições o Governo não teria facilidade em conseguir as verbas que lhe seriam dotadas, através das leis naturais dos convênios... E agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós estamos, para tristeza nossa, verificando que aquelas ameaças que se faziam, aliás em nome do Presidente da República, e eu as contestava dizendo que o Presidente da República não seria capaz de tomar uma atitude revanchista dessa natureza e que eram injúrias que se faziam ao Presidente da República...

O Sr. José Fragelli — E o PDS tem palavra?

O SR. MÁRIO MAIA — E agora, verificamos o que está acontecendo, porque S. Ex^a, ao renovar o convênio, disse pela boca dos seus auxiliares: "O dinheiro é esse aí; e se não quiser, fica sem nada. É pegar ou largar". Veja só como nós estamos sendo discriminados!

Então, Sr. Presidente, em consequência disso, está sendo desativado o programa da assistência itinerante nos rios. Os barcos foram desativados, os médicos estão sendo demitidos, e o pessoal auxiliar também está sendo demitido, por falta de verba que a Secretaria de Saúde não tem e o Estado, pobre, não tem meios de tocar para a frente o convênio.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Para terminar, Sr. Presidente, concedo o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora. Só um minutinho para eu não ser indelicado com a liderança adversária.

O Sr. Virgílio Távora — Gostaria de dizer a V. Ex^a que tanto nós, como o Senador José Lins, naturalmente levaremos ao conhecimento das autoridades competentes, em escalão superior, o caso que V. Ex^a aqui relatou. E vamos ver se o engenho e a arte conseguem aquilo que parece que é uma observação, muito pouco, pelo que V. Ex^a lê, condizente com tudo que João Baptista Figueiredo faz e tem dado provas disso.

O SR. MÁRIO MAIA — Exatamente! Nós acreditamos e defendíamos o Presidente, dizendo que ele seria incapaz de tomar uma atitude revanchista desta natureza.

Nós já fazíamos a defesa prévia mas, infelizmente, os seus auxiliares estão se comportando de uma maneira não condizente com aquilo que esperamos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

O Sr. Virgílio Távora — Tenho certeza que Sua Excelência não é sabedor disso.

O SR. MÁRIO MAIA — Por isso que fazemos o apelo aos órgãos competentes, através da Liderança do Partido de quem tenho a honra de ser opositor.

Muito agradecido pelo aparte do eminente Senador Virgílio Távora e quero agradecer também à tolerância do Sr. Presidente, neste meu pronunciamento.

Éra o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Respondendo a uma pesquisa de opinião pública da Fundação Getúlio Vargas, sobre a necessidade ou não da manutenção, no processo legislativo brasileiro, da aprovação por decurso de prazo, de projetos de lei do Executivo, manifestei o meu ponto de vista favorável a um dispositivo deste tipo.

No meu entender, os exemplos da lentidão do passado mostram a necessidade deste expediente, mas impõe-se também a criação de mecanismos que obriguem a manifestação das duas Casas do Congresso sobre as proposições de iniciativa de parlamentares, em prazos curtos e rígidos, cuja expiração possibilitaria que as matérias fossem submetidas, imediatamente, à deliberação do Plenário.

Na verdade, é motivo de frustração para um parlamentar ver que se acumulam, sem apreciação de seus pares, os projetos de lei de sua autoria, com os quais desejou dar a sua contribuição à reformulação da ordem jurídica nacional.

Entendo que é preferível a rejeição de uma idéia pelo plenário do que o seu engavetamento nas Comissões Técnicas, onde sofrem todos os efeitos da lentidão e do esquecimento.

Em quatro anos de atividade senatorial, pude apresentar uma série de propostas de emendas constitucionais e de projetos de lei, que, todavia, ou jamais chegaram a ser objeto de discussão no Congresso Nacional, ou o foram em dias em que este estava bastante desfalcado de parlamentares, fato que impedia o *quorum* necessário ao sucesso de qualquer deles.

Gostaria de rememorar algumas das medidas por mim propostas para justificar o caráter social ou de utilidade pública de todas elas.

Começarei pelas propostas de emenda constitucional, que foram em número de cinco:

1) Uma delas visava a alterar o art. 25, *caput*, da Constituição, já modificado pela Emenda Constitucional nº 5, de 1975, no sentido de atender às necessidades de Estados e Municípios, através de uma maior distribuição dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, numa proporção de 30%.

2) Outra pretendia restabelecer eleições diretas dos prefeitos dos municípios considerados estâncias mineiras, imbuída da idéia de que ela contribuía para o aperfeiçoamento democrático no país.

3) Também desejei dar nova redação ao § 4º do art. 75 da Constituição Federal ao incluir a velhice, ao lado da maternidade, da infância, da adolescência e da educação dos excepcionais, como beneficiária de um regime de assistência através de lei especial. Com isso entendia suprir uma lamentável omissão do legislador constituinte de 1967 e possibilitar uma futura uniformização de textos legislativos sobre este período difícil da vida.

4) Postulei, através de outra proposta de emenda constitucional, que a aquisição da propriedade rural, pela via da usucapião especial, voltasse a ser no Brasil, como o foi em 1934 e 1937, privativa de brasileiro, tendo em vista que a Lei 6.969/81 deu nova conformação jurídica ao instituto e o fez incidir sobre terras particulares e também públicas, inclusive em áreas de segurança nacional.

5) Enfim, pela proposta de emenda constitucional nº 54/82, o meu objetivo foi o de instalar, em nossa Lei Magna, o direito à moradia digna em benefício dos indivíduos carentes. Nesta via caminham muitas constituições modernas e o Brasil não pode ficar alheio a este dever inadiável do Estado Moderno.

Meus projetos de lei outros visaram diferentes posicionamentos de ordem social ou política, a saber:

1) o estabelecimento de uma jornada de trabalho de seis horas para o profissional do Direito, quando contratado pelo regime da legislação trabalhista para o exercí-

cio de atividades das categorias profissionais de advogado, assessor, consultor jurídico e correlatas.

2) a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização de algumas entidades, tais como empresas públicas e sociedades de economia mista, no âmbito da União.

Estas entidades deveriam ter em sua Diretoria e Conselho Fiscal pelo menos um diretor e um conselheiro eleitos pela assembleia geral, dentre seus servidores efetivos ou contratados com, no mínimo cinco anos de serviço, que teriam mandato igual ao dos demais diretores e conselheiros, de idêntica categoria, da respectiva entidade.

3) a alteração de dispositivos da lei nº 5.107/66.

Pela redação proposta:

“Art. 6º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a pagar diretamente ao empregado optante os valores relativos aos depósitos referentes ao mês de rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido ao Banco Depositário, além de importância igual a 20% (vinte por cento) desses valores e ao montante dos depósitos, da correção monetária e dos juros capitalizados na sua conta vinculada, correspondentes ao período de trabalho na empresa.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecidos pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata este artigo será de 10% (dez por cento) obrigada a empresa aos demais pagamentos nele previstos”.

O problema que motivou o projeto foi a angustiante e preocupante rotatividade de mão-de-obra brasileira que possibilita a demissão em massa e a conseqüente substituição de trabalhadores, em geral, contratados com salários inferiores aos que eram pagos aos empregados demitidos.

Meu projeto, neste sentido, não chegou a ser apreciado no Senado Federal, mas tive o prazer de ver que idéia semelhante a que o inspirou está também presente no Projeto de Lei nº 2.024 pelo qual se pretende alterar a CLT e marcar, de maneira concreta, o acordo do PTB com o PDS para fins de obtenção de maioria parlamentar na Câmara dos Deputados.

4) a introdução do reajuste salarial trimestral nos casos em que a inflação atingir um percentual superior a 15%.

Sou de opinião que o efeito corrosivo que tem a inflação sobre os créditos em dinheiro exige mudança na periodicidade da correção monetária dos salários, sempre que, num trimestre, ela ultrapassar a casa dos 15%, de molde a possibilitar, com maior brevidade, a recomposição do poder aquisitivo do salário.

5) a preferência a posseiros na alienação de terras da União.

Entendo que a União, ao alienar terras de sua propriedade, deve preferir, na compra, os posseiros que as explorem e nela residam e que esta preferência poderá exercer-se mediante permuta por outra área idêntica em superfície ou valor, indenizadas as benfeitorias produzidas pelo posseiro na terra permutada.

6) a alteração de redação do § 2º do art. nº 589 do Código Civil no sentido de diminuir os prazos, então vigentes, para que o imóvel abandonado seja arrecadado como bem vago e passe ao domínio do poder público.

Optei pelo prazo de 10 anos, para o caso de imóvel localizado na área urbana e de dois anos para os imóveis rurais.

Meu projeto não foi discutido, mas no que tange aos imóveis rurais a diminuição do prazo para dois anos passou a constar da Lei nº 6.969/81, sobre a usucapião especial, tendo em vista que o referido diploma legal é fruto de emenda substitutiva de minha autoria ao projeto originário do Executivo.

7) a arrecadação dos bens vagos para fins de reforma agrária.

Julgo indispensável a adoção de medidas no sentido de se implementar o Estatuto da Terra e fazer da arrecada-

ção dos bens vagos um meio eficaz de distribuição de terras aos que dela carecem, como o fizeram com sucesso outros povos.

8) a licença de funcionamento, pelo Ministério da Saúde, das clínicas especializadas em emagrecimento e no trato da obesidade.

A autorização seria temporária e renovável a cada três anos, após fiscalização pela autoridade, que deveria exigir o preenchimento de condições mínimas de idoneidade e capacitação profissionais para o exercício da atividade.

9) o acréscimo de dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, no sentido de se considerar como crime de responsabilidade dos Prefeitos o fato de se deixar de pagar, mensalmente, o subsídio dos vereadores.

10) a alteração do Código Eleitoral no sentido de suprimir de seu artigo 176, o inciso V que possibilita contar o voto, apenas para a legenda, nas eleições do sistema proporcional, quando o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número do candidato de outro partido.

O objetivo foi atingido através mensagem governamental.

11) a alteração do Código Eleitoral, em seu art. 92, *caput*, para que nas eleições sob o sistema proporcional cada partido possa registrar um número de candidatos igual ao dobro do número de cadeiras efetivas na respectiva Câmara.

Foi objeto, também, de apreciação através mensagem do executivo que alterou a norma anterior.

12) o acréscimo de um parágrafo ao art. 73 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O objetivo foi o de deixar claro que, quando se tratar de disciplina de voto sobre qualquer matéria com fechamento de questão, somente se considerará legitimamente estabelecida a diretriz quando houver o pronunciamento favorável da maioria absoluta das respectivas Bancadas, obtido em reunião destas.

O projeto não desconhece que, em certos casos, devem ser estabelecidas diretrizes gerais e rígidas de obediência a orientação superior, fixadas pelas Convenções ou Diretórios partidários.

Mas parte da idéia de que, em algumas hipóteses, tratando-se de diretriz específica para a ação parlamentar, como ocorre com a figura do fechamento de questão, será bastante ou, ao menos indispensável, o pronunciamento favorável das Bancadas, obtido por maioria absoluta. Em meu entender, a decisão da Bancada compromete e obriga, tanto quanto uma decisão de órgão partidário superior, com a vantagem de abranger a participação de todos, ou da maior parte, na decisão.

Eis, Srs. Senadores, o fruto de minha contribuição, sem dúvida modesta, à causa de um direito melhor.

Sei que o momento não é oportuno para o lançamento de idéias novas, na linha do discurso social ou do discurso político, tendo em vista que nossa preocupação presente e constante é a política econômica do País.

Mas, talvez não seja descabido solicitar a reflexão de parlamentares, neste momento de pouca atividade legislativa criadora, sobre as razões que levam à indiferença, ao esquecimento ou ao insucesso a maioria dos projetos de lei que chegam a esta Casa por via outra, que não a iniciativa governamental.

Talvez ela nos leve à conclusão que, também para os projetos de nossa autoria, necessário seria idealizar meios, mais urgentes e menos protelatórios, de apreciação pelos plenários das Casas legislativas de nosso Congresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É sempre necessário vir à tribuna, desta Casa, quando representando o povo de Mato Grosso, tenho o dever de

transmitir ao povo brasileiro e mato-grossense, os sentimentos que norteiam em determinado momento, uma parcela da comunidade do Estado e de Cuiabá. Ainda agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Associação Médica de Mato Grosso lançou, para conhecimento público e dos poderes constituídos, uma Nota Oficial, esta, da "Assembléia Geral Extraordinária" daquela respeitável Associação.

Diz a nota, num dos seus trechos:

"No momento em que o País vive a "abertura", nos deparamos com um quadro nitidamente antidemocrático, retornando ao passado recente. Será que a liberdade expressa em todos os pronunciamentos do Sr. Presidente da República não chegou aos ouvidos da cúpula que atualmente governa o povo mato-grossense? As demissões na área médica (e outras) vêm corroborar o espírito de perseguição e de arbitrariedade de nossas autoridades."

Mais adiante afirmam os médicos:

"É preciso dizer à opinião pública que em seu nome estão se cometendo violências e pois solicitar o apoio à luta de nossa classe e de outras que sofreram os mesmos atos discricionários."

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nota Oficial da Associação Médica de Mato Grosso diz, referindo-se ao Sr. Presidente da República, os médicos têm a seguinte manifestação:

"Pensamos que o Sr. Presidente da República, "pai da abertura", jamais estaria de acordo com demissões e transferências claramente motivadas por posicionamentos políticos. Queremos um basta, um retorno à paz de classe e, para isto, só com o fim destas medidas e a revogação dos atos arbitrários já cometidos.)

O pior, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o que o Governador "entre aspas" de Mato Grosso, produto gerado pela corrupção e pela fraude, friamente e demagogicamente quer vender a imagem de um Executivo tranquilo e de paz para os mato-grossenses, o que não é a verdade, pois, ao contrário, vive-se em nosso Estado, uma era de intranquilidade, estribada no terrorismo político, implantado pelo desgoverno que infelicitou Mato Grosso.

Perseguições puras e simples, de todos os calibres trazem a inquietação às famílias mato-grossenses. Peço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que faça parte do meu pronunciamento para que conste dos Anais, desta Casa, a Nota Oficial da Assembléia Geral Extraordinária da Associação Médica de Mato Grosso, pois, trata-se de uma Entidade insuspeita.

Ela espelha, perfeitamente, a situação calamitosa e lamentável que vive Mato Grosso, neste período, que muito desmerece o conceito do nosso Estado de ser civilizado e gerador de notáveis homens públicos. Houve na eleição de 15 de novembro de 1982, graças à fraude e à corrupção ascensão ao Governo de uma pessoa, sem nenhuma condição moral, social e intelectual para chegar a tal posição. O resultado é o que se está notando.

Eis o que dizem os médicos, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

NOTA OFICIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE MATO GROSSO:

"No momento em que o País vive a "abertura", nos deparamos com um quadro nitidamente antidemocrático, retornando ao passado recente. Será que a liberdade expressa em todos os pronunciamentos do Sr. Presidente da República não chegou aos ouvidos da cúpula que atualmente governa o povo mato-grossense? As demissões na área médica (e outras) vêm corroborar o espírito de perseguição e de arbitrariedades de nossas autoridades. "Pensamos que a tentativa de justificar algumas dessas demissões como devidas a acúmulo de vínculos empre-

gáticos atinge apenas a alguns membros da classe que supostamente se posicionaram contra o atual governador no período eleitoral. "Onde está a liberdade de pensamento? Onde está a democracia? A classe médica, em seu nome, vem perante as pessoas de bom senso, situacionistas ou oposicionistas, demonstrar repúdio contra as arbitrariedades administrativas, não que se refere às demissões. "É preciso dizer à opinião pública que em seu nome estão cometendo violências e pois solicitar o apoio à luta de nossa classe e de outras que sofreram os mesmos atos discricionários. "Pensamos que o Sr. Presidente da República, "pai da abertura", jamais estaria de acordo com demissões e transferências claramente motivadas por posicionamentos políticos. Queremos um basta, um retorno à paz de classe e, para isto, só com o fim destas medidas e a revogação dos atos arbitrários já cometidos."

Queremos colaborar com o Governo na solução dos problemas na área médica do Estado e sob este aspecto nunca nos furtaremos a sentar à mesa e discutirmos estas questões. Estamos certos também de que estes atos arbitrários do Estado vêm lamentavelmente ferir a classe.

Queremos levar ao conhecimento de todos que leiam esta nota que os médicos individualmente tiveram liberdade no período eleitoral de escolher a corrente política que a consciência lhes indicasse. Só nos resta a alternativa de continuarmos lutando pelos ideais democráticos e de liberdade de expressão. É o que estamos fazendo.

Cuiabá, 9 de junho de 1983. — Assembléia Geral Extraordinária — Associação Médica de Mato Grosso."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em Regime de Urgência — Art. 371, "c" do Regimento Interno)

Apreciação da Mensagem nº 110, de 1983 (nº 192/83, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que o Governo do Distrito Federal possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.304.089.820,00 (oito bilhões, trezentos e quatro milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e vinte cruzeiros), para os fins que especifica (despachada às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e do Distrito Federal).

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 712, de 1983, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos dos arts. 75, "c", 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, integrada por 7 Senadores e 7 Deputados, para, no prazo de 360 dias, programar comemoração pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País.

(Dependendo de parecer oral da Comissão de Educação e Cultura, a ser proferido em plenário — art. 76, § 2º, do Regimento Interno).

3

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 600, de 1983), do Projeto de Resolução nº 72, de 1983, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a

contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 34.279.000,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros).

4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1983, de autoria do Senador Aloysio Chaves, atribuindo às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais, o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho, tendo
PARECERES, sob nºs 629 e 630, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

— de Legislação Social, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 24-6-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE) — Para uma breve comunicação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agradeço a V. Exª, porque de fato é uma brevíssima comunicação.

Segunda-feira, dia 20 de junho, estive no Rio de Janeiro e compareci à posse do Vice-Almirante cearense Ernani Aboim na Presidência da Academia Brasileira de Medicina Militar.

O evento ocorreu, Sr. Presidente, no auditório da Academia Brasileira de Letras, sendo presidida a solenidade por S. Exª o Sr. Ministro da Marinha Maximiano da Fonseca. Compareceu a ele uma alentada representação da elite cultural e social do Rio de Janeiro; lá estavam presentes o Presidente da Academia Brasileira de Letras, o Sr. Austregésio de Athayde, o Presidente da Academia Nacional de Medicina, Professor Deolindo Couto, oficiais-generais e superiores das 3 armas além de outras autoridades digníssimas autoridades do mundo político e Social do Rio de Janeiro, do Brasil, direi melhor. O Vice-Almirante Ernani Aboim recebeu a presidência de um seu colega também da Marinha, o Vice-Almirante Braz Itapaci o que, durante dois mandatos, dirigiu, com muito acerto, a Academia Brasileira de Medicina Militar.

Quero, neste registro, Sr. Presidente, pedir a V. Exª seja anexado a estas minhas palavras o importante discurso que o atual titular da presidência da Academia Brasileira de Medicina Militar pronunciou no ato de sua posse. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALMIR PINTO EM SEU DISCURSO:

Exmº Sr. Ministro Maximiano da Fonseca, Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras; Digníssimas Autoridades; minhas senhoras e meus senhores:

Há 19 anos, num evento festivo como este, assumíamos a Cadeira nº 26 de Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar. Dizíamos, então, palavras que gostaríamos de repetir agora, quando pela generosidade de nossos pares ascendemos à Presidência desta Instituição. Aqui chegamos, graças a Deus, ao exemplo de dedicação ao trabalho de meus avós, meus pais, meus mestres e ao estímulo sempre recebido por parte de minha esposa, minha família, colegas e amigos. Mencionamos, agradecidos, também, com ativa lembrança, os que se antepuseram aos nossos desejos ou que fizeram a

nossa escalada mais árdua, mas, por isto mesmo, mais autêntica e mais digna.

Meus Senhores, solidariamente aos meus ilustres colegas de Diretoria, interpreto a função que iremos desempenhar, importante missão a cumprir, com objetivos bem definidos e metas já configuradas no Programa que tentaremos executar em benefício da Medicina, Odontologia e Farmácia, Militares e Cíveis. Somos conscientes do momento crítico que nosso País atravessa sob os pontos de vista político, social e econômico e não fugiremos a colaborar na busca de proposições e de soluções aos magnos problemas do Brasil, já que o momento deve ser mais construtivo do que de crítica, mais criativo do que de expectativa, mais de produtividade do que de promessa, mais de renúncia do que de reivindicação, de trabalho com honestidade e competência em benefício da causa comum que é o bem-estar dos conchadãos.

Vemos a Academia no presente, seguindo o exemplo marcante de suas congêneres e procurando imitar o espírito pretérito de suas origens, que remontam a Platão no Bosque de Academos situado a 4 quilômetros de Atenas. Então, o Mestre conhecedor das ciências de sua época, discutia com seus discípulos os problemas da era em que viviam. Eram eles das ciências físicas e naturais, da dialética, da matemática e da política. Mudaram os tempos, mas continua imutável a problemática do homem em busca de soluções para seus problemas, de dimensões hodiernamente apenas maiores, porque as responsabilidades cresceram em quantidade. Hoje a nossa luta será no campo biomédico, na busca de soluções que procuraremos encontrar nas áreas da profilaxia das enfermidades que afetam as nossas populações, da terapêutica clínica ou da farmácia industrial para cura de nossos males, do aprimoramento profissional através da educação continuada, da pesquisa pura e aplicada que nos levará à verdade científica e a fronteiras mais avançadas do conhecimento de onde deslumbraremos, graças ao avanço tecnológico, o porvir que esperamos possa concretizar as aspirações maiores que se sintetizam na definição atual de saúde, qual seja, o bem-estar físico, mental e social do homem. Decerto um programa como este, definido em suas linhas gerais é ambicioso e difícil de atingir. Sabemos disto, mas, iremos persegui-lo pois neste triênio devemos ter quatro atividades científicas mensais em nossos hospitais, odontoclínicas e laboratórios farmacêuticos, assim como, um significativo evento de interesse nacional. Estes trabalhos serão feitos em Simpósios, Jornadas, Congressos, Painéis, etc. O programa para este ano já está pronto. Serão realizadas sessões semanais nos hospitais: Central do Exército, Central da Aeronáutica, Central da Marinha, Marcílio Dias, Nossa Senhora da Glória, Diretoria de Saúde da Marinha, Hospital das Forças Armadas em Brasília, Odontoclínica Central da Marinha, Laboratório Farmacêutico Naval, Fundação Ataulfo de Paiva, Instituto de Endocrinologia do Rio de Janeiro; Policlínica Central do Exército, Academia Brasileira de Odontologia Militar, Policlínica do Rio de Janeiro. Far-se-ão simpósios sobre Medicamentos e Saúde, Farmacodinâmica dos Medicamentos, Cirurgia da Hipertensão Portal na Esquistossomose Mansonii. Cursos sobre Fundamentos e Métodos de Pesquisa em Clínica Médica, Cirurgia e Administração Hospitalar, Fórum de Análise Crítica, ao Internato, Residência e Mestrado como forma de avaliação da graduação e pós-graduação em Medicina, Odontologia e Farmácia, recentes avanços em Gastroenterologia, soluções alternativas no problema sócio-biológico do planejamento familiar no Brasil. Mencionamos este programa imbuídos da proposição de ocuparmos o nosso espaço no mundo acadêmico mercê da expressão de trabalho de três mil profissionais militares da área de saúde espalhados pelo Brasil, em todos seus quadrantes, além de numerosos e eminentes companheiros civis que honram a nossa organização com as suas competências e operosidades. Nossa presença se fará sentir não apenas no Rio de Janeiro. Temos hoje o privilégio de já a sabermos atuante no Ceará graças ao trabalho de Gerardo Magella Pinto e termos asseguradas

suas atividades em Brasília pela determinação já assumida pelo nosso eminente colega Almirante Eimar Dely de Araújo, Diretor do Hospital das Forças Armadas e pela colaboração do eminente Diretor de Saúde do Exército, nosso ilustre colega General Guilherme.

Meus senhores, após a definição do que somos e aquilo a que nos propomos, poderíamos concluir. Contudo, por uma circunstância feliz, abrigamo-nos hoje nesta casa de cultura sob a Presidência do eminente Jornalista e excelso cidadão, notável pelo seu trabalho, suas realizações e conhecimentos, o Acadêmico Austregésilo de Athayde. Imperativo é estender por um instante mais esta oração, para exaltar o encontro da Academia Brasileira de Medicina Militar com a Casa de Machado de Assis, na qual em somando as forças da mente poderemos potencializar as energias que hão de nos impulsionar à realização dos propósitos anteriormente referidos. Senta-se, também, à esta mesa, para nosso gáudio, o gigante inextinguível da inteligência médica o eminente Prof. Deolindo Couto, presidente da veneranda Academia Nacional de Medicina, foco de luz que ilumina os caminhos da arte e ciência hipocrática em nosso País.

Circunstância feliz esta, de congraçarmos as instituições que representam, sem dúvida, o berço das culturas, artística e médica do País.

Conosco, igualmente, S. Ex^a o Senador Almir Pinto, Presidente da Comissão de Saúde do Senado da República, eminente figura do cenário médico e político do País, Membro Titular da Academia Brasileira de Medicina Militar, que nos honra com sua presença. Mencionamos, também o eminente Professor Aluísio Sales, Presidente do INAMPS e condutor da política de assistência médica à maior parcela da população brasileira. Também à mesa S. Ex^a o Professor Guillard Martins Alves, Diretor da tradicional e respeitada Casa de Oswaldo Cruz, a FIOCRUZ, assim como, nossos eminentes colegas diretores de Saúde do Exército e da Aeronáutica.

Preside a esta cerimônia o nosso estimado, respeitado e insigne Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca. Graças a sua exemplar administração na Marinha do Brasil e ao seu incomum e notório respeito ao homem, como razão maior de todos os investimentos, o Quadro de Saúde da Marinha atingiu ao seu mais alto nível de eficiência em toda sua história. A presença de S. Ex^a entre nós, traz a lembrança a Marinha e as origens da Medicina neste País, pois é oportuno lembrar que a primeira prática médica no Brasil se fez com Mestre Johanes, aqui aportada com a Esquadra de Cabral e a primeira cirurgia foi realizada pelo cirurgião naval Ambrósio Fernandes, nesta cidade do Rio de Janeiro, em sítio não distante desta Casa, no ano remoto de 1567, sendo Estácio de Sá o paciente.

Meus senhores, desta tribuna vislumbro os uniformes de nossos colegas do Exército, da Aeronáutica, da Polícia Militar, dos Bombeiros. Vislumbro também, nossos colegas civis, eminentes professores, entre os quais exalto como homenagem a todos o ex-Presidente da Academia Nacional de Medicina, Professor Neves Manta. Destaco os nossos amigos, os nossos familiares que nos trazem, neste momento, o estímulo, a amizade, a solidariedade, a crença na nova Diretoria da Academia Brasileira de Medicina Militar, confiança que não iremos desmerecer. Na coesão de forças animadas pelo idealismo e pela dedicação haveremos de contribuir com o nosso trabalho para a grandeza de nossa instituição e para o aperfeiçoamento de nossas profissões em benefício da Pátria comum.

ATA DA 90ª SESSÃO, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1983

(Publicada no DCN — Seção II — de 11-6-83)

Retificação

No Projeto de Lei do Senado nº 128/83, publicado no DCN — Seção II — de 11-6-83, página 2349, 2ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.426,...

Leia-se:

Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.423,...

ATA DA 3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20-6-83

(Publicada no DCN (Seção II) de 21-6-83)

Retificações

No Parecer nº 587/83, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79/81 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos critérios e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais:

Na página nº 2.557, 1ª coluna, na numeração dos pareceres,

Onde se lê:

PARECERES NºS 585, 586 e 687, DE 1983

Leia-se:

PARECERES NºS 585, 586 e 587, DE 1983

Na página nº 2.558, 3ª coluna, no discurso pronunciado pelo Sr. José Lins na Sessão de 16-6-83 e que, entregue à revisão do orador, seria publicado posteriormente,

Onde se lê:

O SR. JOSÉ RICHÁ (PDS) — CE,...

Leia-se:

O SR. JOSÉ LINS (PDS) — CE,...

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Portaria nº 01/83 — CMO

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º, no artigo 10, do Regimento Comum, designo o funcionário José Pinto Carneiro Lacerda, Diretor da Subsecretaria de Orçamento da Assessoria do Senado Federal, para Assessor-Geral da Comissão, na apreciação do Orçamento da União para 1984 e no Orçamento Plurianual de Investimentos 1984/1986.

Congresso Nacional, 16 de junho de 1983. — Deputado João Alves, Vice-Presidente.

Portaria nº 02/83 — CMO

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º, no artigo 10, do Regimento Comum, designo funcionário Luiz Vasconcelos, Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, para Coordenador da Comissão na Câmara dos Deputados, na apreciação do Orçamento da União para 1984 e no Orçamento Plurianual de Investimentos 1984/1986.

Congresso Nacional, 16 de junho de 1983. — Deputado João Alves, Vice-Presidente.

Portaria nº 03/83 — CMO.

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento e nos termos do § 2º, no artigo 10, do Regimento Comum, designo para Secretário a Comissão os seguintes funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal:

Assistentes: Daniel Reis de Souza — Carlos Guilherme Fonseca.

Auxiliares: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Sérgio da Fonseca Braga — Mauro Lopes da Sá.

Congresso Nacional, 16 de junho de 1983. — Deputado João Alves, Vice-Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7ª Reunião, realizada em 16 de junho de 1983

Às dez horas do dia dezesseis de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Presidente, Gastão Müller, Eunice Michiles, Fernando Henrique Cardoso e Álvaro Dias, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Octávio Cardoso, Luiz Viana e Aderbal Jurema. Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1983 — que “complementa normas gerais sobre desportos e dá outras providências”.

Relator: Senador Gastão Müller.

Parecer: Favorável.

Conclusão: Aprovação do Parecer.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1982 — que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali, concluído em Brasília, a 7 de outubro de 1981”.

Relator: Senadora Eunice Michiles.

Parecer: Favorável.

Conclusão: Aprovação do Parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 285, de 1981 — que “cria o Conselho para a promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais do homem”.

Relator: Senador Álvaro Dias.

Parecer: Favorável.

Conclusão: Aprovação do Parecer.

Em seguida, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Senador Gastão Müller que assuma a Presidência para que possa relatar as seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1979 — que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, em Brasília, a 10 de janeiro de 1979”.

Parecer: Favorável.

Conclusão: Aprovação do Parecer.

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1982 — que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, assinado em Brasília, a 12 de maio de 1981”.

Parecer: Favorável.

Conclusão: Aprovação do Parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

1ª Reunião (Instalação) realizada em 16 de junho de 1983

Às dezesseis horas do dia dezesseis de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores José Lins, Lourival Baptista, João Castelo, Jutahy Magalhães, Almir Pinto, Guilherme Palmeira, Gabriel Hermes, Itamar Franco, Gastão Müller, Mário Maia, Enéas Faria, José Fragelli, Hélio Gueiros e os Srs. Deputados Antônio Gomes, João Alves, Manoel Ribeiro, Mauro Sampaio, Milton Brandão, Nilson Gibson, Osvaldo Melo, Fernando Collor, José Carlos Fagundes, Carlos Virgílio, Wilson Falcão, Amadeu Geara, Antônio Câmara, Harry Amorim, João Agripino, Jorge Uequed, Moisés Pimen-

tel, Renato Viana, Randolpho Bittencourt, Siegfried Heuser, Nilton Alves, Sérgio Lomba, Eduardo Matarazzo Suplicy, Angelo Magalhães, Celso Carvalho, Jairo Magalhães, Wildy Vianna, Vicente Guabiroba, Wanderley Mariz e Ciro Nogueira, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento.

Verificada a existência de número regimental, o Sr. Senador Almir Pinto, na forma regimental, assume a presidência e declara abertos os trabalhos da Comissão e comunica que irá proceder a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, é feita a apuração dos votos pelos escrutinadores, Senador Gastão Müller e o Deputado Nilson Gibson. Verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

— Senador Saldanha Derzi 42 votos

Para Vice-Presidente:

— Deputado João Alves 42 votos

São declarados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Sr. Senador Saldanha Derzi e o Sr. Deputado João Alves.

Assumindo a presidência, o Deputado João Alves agradece em seu nome e em nome do Senador Saldanha Derzi, que se encontra em missão no exterior, a quem faz elogiosas considerações à sua atuação no Congresso Nacional, a honra com que os distinguiram os seus ilustres pares, prometendo não poupar esforços para o bom andamento desta importante Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Presidente submete à deliberação da Comissão as Normas e Instruções que nortearão os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento durante o corrente ano. Por unanimidade é aprovada a proposta, que irá à publicação em anexo a presente ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes e vai à publicação.

A Comissão Mista de Orçamento, tendo em vista o disposto no art. 95 da Resolução nº 1, de 1970, do Congresso Nacional, resolve baixar as seguintes Normas:

Art. 1º A tramitação, na Comissão Mista, do Projeto de Orçamento é regulada pelas normas abaixo estabelecidas.

Art. 2º Recebido pela Comissão o Projeto, o Presidente, na forma do art. 91 da Resolução nº 1/70 (CN), o distribuirá entre Relatores por ele escolhidos, obedecendo os seguintes princípios:

I — O projeto será desdobrado em Anexo, Órgão ou Parte de Órgão, sendo a distribuição feita equitativamente entre Senadores e Deputados.

II — O Anexo, Órgão, ou Parte, relatado por Deputado, num ano, o será, por Senador, no outro e vice-versa.

Art. 3º O Presidente poderá designar dois membros da Comissão, respectivamente, do Senado e da Câmara, para coordenação dos Relatórios referentes a Anexo, Órgãos ou Partes deferidas a cada uma das Casas.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão só podem ser abertos com a presença de, no mínimo, 20 membros.

Das Emendas

Art. 5º As emendas serão recebidas pela Comissão, dentro de 20 dias a contar da distribuição dos avulsos, e, ao fim deste prazo, despachadas pelo Presidente.

Parágrafo único. Do despacho que inadmitir emenda, poderá haver recurso do autor, para a Comissão, dentro de 24 horas.

Art. 6º Findo o prazo previsto no art. 5º, o Presidente da Comissão providenciará a publicação das emendas admitidas devidamente ordenadas e numeradas seqüencialmente.

§ 1º Não serão publicadas as justificativas das emendas, devendo, entretanto, serem presentes ao Relator como Subsídio.

§ 2º As emendas não admitidas serão oportunamente publicadas em avulso especial.

§ 3º As emendas serão numeradas segundo a ordem dos Anexos, dos Órgãos e da classificação orçamentária

adotada no projeto e sempre que necessário, por ordem alfabética do Estado do autor e por seu nome Parlamentar.

Art. 7º As emendas serão obrigatoriamente datilografadas em formulários próprios, distribuídos pela Comissão e devidamente classificadas e assinadas em todas as vias.

Parágrafo único. As emendas deverão estar rigorosamente classificadas por projeto ou por atividade, segundo o esquema adotado no projeto.

Art. 8º Não será aceita pelo Presidente da Comissão emenda que:

I — Contrarie o disposto no artigo 65, § 1º da Constituição Federal, verbis: “Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objeto”.

II — contrarie o disposto no artigo 33 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, verbis: “Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que visem a:

a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexistência de proposta;

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

c) Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções”.

III — seja constituída de várias partes que devam ser redigidas em emendas distintas.

IV — contrarie o disposto nestas Normas.

Art. 9º As emendas se referirão sempre a um projeto ou a uma atividade.

§ 1º Cada emenda só conterá um item, assunto ou localidade relativa a apenas um projeto ou a uma atividade.

§ 2º Quando se tratar de emenda de interligação de localidade ou que façam referência a um trecho, só serão mencionadas, além do projeto ou atividade, as localidades onde se inicie e termine a interligação ou o trecho.

§ 3º Quando se tratar de emenda à programação de uma Entidade Supervisionada, ela deverá sempre se referir ao projeto ou a atividade classificada, ela deverá sempre se referir ao projeto ou a atividade classificada no Anexo III da Proposta Orçamentária — Programação a cargo das Entidades Supervisionadas (À Conta de Recursos do Tesouro).

Art. 10. Nas dotações globais, sujeitas a regime de quotas, os Relatores apresentarão emendas substitutivas que reúnam as relações apresentadas pelos Congressistas.

Art. 11. Não poderão figurar nos Boletins de Subvenções Sociais as entidades que não estejam devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, ou averbadas, no caso das mantidas, exceto as do Poder Público.

Art. 12. Somente poderão ser vinculadas destinações para:

I — Assistência Social;

II — Assistência Educacional.

§ 1º As dotações destinadas às entidades educacionais deverão ser preferencialmente destinadas a Bolsas de Estudo.

§ 2º As dotações destinadas às Prefeituras Municipais deverão ser obrigatoriamente vinculadas.

§ 3º Só serão atribuídas cotas de subvenções sociais a Parlamentares no exercício pleno do mandato.

§ 4º O acesso às informações sobre Subvenções Sociais distribuídas pelos Parlamentares só será permitido ao próprio autor da destinação, ou mediante sua autorização expressa.

Art. 13. A Presidência deliberará sobre:

- a) Prazo para entrega dos boletins de Subvenções e emendas;
- b) fixação da cota de Subvenções Sociais dos parlamentares;
- c) fixação de quantitativos mínimos das Subvenções Sociais; e
- d) fixação de cotas para entidades do DF.

Parágrafo Único. A Presidência remanejará, no todo ou em parte, as cotas de parlamentares que não atenderem os prazos e valores estabelecidos de acordo com o disposto nos incisos deste artigo.

Art. 14. A Presidência, na distribuição dos relatórios, poderá avocar total ou parte do Projeto.

Art. 15. O Relator apresentará seu parecer por escrito, até 24 horas antes da hora marcada para a reunião da Comissão destinada a apreciá-lo.

§ 1º A não-observância do prazo de que trata este artigo importará na designação de um Relator Substituto, que, dentro de 3 (três) dias, apresentará o parecer.

§ 2º O parecer do Relator deverá estar à disposição dos membros, antes da Comissão apreciá-lo.

Art. 16. O parecer do Relator constará de:

- a) Relatório expositivo da matéria em exame;
- b) voto conclusivo sobre a conveniência de aprovação ou rejeição total ou parcial, das proposições, sob exame, ou sobre a necessidade de se lhes dar Substitutivo.

Parágrafo único. As emendas que tiverem o mesmo objetivo serão reunidas em ordem numérica e terão um só parecer.

Art. 17. As emendas serão submetidas à discussão e votação em bloco, conforme tenham: parecer favorável; favorável parcialmente; favorável nos termos de Substitutivos; e finalmente, as de parecer contrário.

Da Discussão e Votação

Art. 18. Lido o parecer do Relator, iniciar-se-á a discussão da matéria, obedecidos os seguintes princípios:

I — nenhum dos membros da Comissão poderá falar mais de cinco minutos, prerrogáveis por mais cinco, sobre as emendas, salvo o Relator, que falará por último, podendo fazê-lo pelo dobro do prazo;

II — o autor da emenda, se não for membro da Comissão, poderá falar pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

III — não serão admitidos apartes em qualquer fase da discussão.

Art. 19. Não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda.

Art. 20. A critério do Presidente da Comissão, faltando três dias ou menos para o término do prazo de apresentação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciadas pela Comissão, sem discussão ou encaminhamento.

Art. 21. Encerrada a discussão, passar-se-á à votação.

Art. 22. As deliberações da Comissão Mista iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará na rejeição da matéria.

Parágrafo único. O Presidente terá somente o voto de desempate.

Art. 23. As emendas poderão ser destacadas para discussão e votação em separado, na Comissão.

§ 1º O destaque só poderá ser requerido com apoio de, pelo menos, 1/3 dos representantes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, na Comissão Mista.

§ 2º Somente poderão falar sobre os destaques, e pelo prazo de cinco minutos improrrogáveis; o autor do destaque e o Relator da matéria.

Art. 24. Os pedidos de verificação, durante a votação na Comissão, somente poderão ser feitos com o apoio de 1/3 dos representantes do Senado Federal, na Comissão Mista.

Art. 25. Os pareceres da Comissão sobre o projeto deverão estar definitivamente votados até 20 dias após o encerramento do prazo para a apresentação das emendas.

Art. 26. Rejeitado o parecer do Relator, o Presidente da Comissão designará um novo Relator para redigir o vencido.

Da Participação das Comissões Permanentes

Art. 27. A participação das Comissões Permanentes, no estudo da matéria orçamentária, obedecerá as normas estabelecidas no art. 90 do Regimento Comum (Res. 2/73 — CN).

Parágrafo único. A Comissão Permanente que apresentar parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária ou parte dele, deverá encaminhá-lo à Presidência da Comissão, dentro do prazo fixado no caput do art. 94 do Regimento Comum.

Da Redação Final

Art. 28. A Comissão terá 10 dias para a redação final do projeto que nesta ocasião, será tratado como um todo.

Disposições Gerais

Art. 29. Os atos da Comissão Mista e de seu Presidente serão publicados no Diário do Congresso Nacional, Seções I e II.

Art. 30. As reuniões da Comissão Mista realizar-se-ão, preferencialmente no Senado Federal.

Art. 31. A Presidência da Comissão Mista designará um Assessor Geral, pertencente ao quadro de funcionários de uma das Casas do Congresso Nacional, em sistema de rodízio, para a direção dos trabalhos administrativos e um Coordenador-Geral da Assessoria da Comissão na outra Casa. A Presidência designará, também, funcionários para secretariar a Comissão.

Art. 32. A Comissão será assessorada por funcionários da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e da Subsecretaria de Orçamento da Assessoria do Senado Federal e Secretariada por funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal, nos termos do art. 145 do Regimento Comum.

Art. 33. A Assessoria-Geral será subdividida em duas Assessorias; uma no Senado Federal e outra localizada na Câmara dos Deputados.

Art. 34. A Assessoria-Geral comunicará à Secretaria da Comissão, com o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, as matérias em condições de serem apreciadas.

Art. 35. As presentes Normas terão aplicação, no que couber, nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos.

Art. 36. Os casos omissos nas presentes Normas e Instruções serão decididos pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Art. 37. As presentes Normas vigoram até que a Comissão Mista de Orçamento resolva alterá-las ou revogá-las, por decisão de sua maioria.

Congresso Nacional, 16 de junho de 1983. — Deputado João Alves, Vice-Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

36ª Reunião, realizada em
1º de dezembro de 1982

Às nove horas e trinta minutos do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Srs. Senadores Aloysio Chaves, Presidente, Moacyr Dalla, Martins Filho, Raimundo Parente, Bernardino Viana, Lázaro Barboza e José Fragelli, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Aderbal Jurema, Lenoir Vargas, Murilo Badaró, Amaral Furlan, Dirceu Cardoso, Franco Montoro, Mendes Canale, Leite Chaves, Orestes Quercia e Tancredo Neves.

O Sr. Presidente declara aberta a reunião e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constatada a presença de apenas 7 senhores Senadores, o Sr. Presidente comunica que não há número para deliberação e determina o adiamento da apreciação de todas as matérias constantes da pauta.

Em seguida, o Sr. Presidente agradece aos Srs. Senadores que integram a Comissão de Constituição e Justiça do Senado a valiosa colaboração que prestaram ao órgão técnico que preside, no exame das proposições que lhe foram submetidas durante a presente sessão legislativa. O Sr. Presidente faz um breve retrospecto sobre a atividade do parlamentar no exercício do seu mandato; sobre o momento político por que passa o País; aborda a realização das eleições de 15 de novembro; discorre sobre o volume de trabalho realizado pela comissão e conclui as suas palavras dispensando uma atenção especial, a dois ilustres membros da Comissão que por força do resultado das eleições não mais voltarão à Casa, São eles: O Sr. Senador Lázaro Barboza e o Sr. Bernardino Viana.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra, pela ordem, aos seguintes Srs. Senadores: Lázaro Barboza — que exalta a importância da Comissão de Constituição e Justiça e agradece a honra da distinção que lhe foi conferida pela liderança do seu partido de ter sido seu integrante; Bernardino Viana — que fala do seu ingresso na Casa, quando foi chamado a ocupar a cadeira deixada pelo ex-Ministro Petrônio Portella; e dos caminhos que enveredou, segundo a sua formação acadêmica visando colaborar com a Comissão e com o Senado; Moacyr Dalla — que exalta o trabalho realizado pelo eminente Senador Aloysio Chaves como Presidente da Comissão; e, registrou a oportunidade de ter tido como companheiros de trabalho os dois ilustres membros que se despedem da Casa: O Sr. Lázaro Barboza e o Sr. Bernardino Viana; José Fragelli — que faz um ligeiro retrospecto da sua saída da chefia do Governo do Estado do Mato Grosso, fato que considera semelhante à saída dos Senadores Lázaro Barboza e Bernardino Viana pelo vazio que fica pela perda de tão excelentes companheiros.

Com a palavra, o Sr. Presidente exalta a figura exemplar do Sr. Senador José Fragelli, e agradece sensibilizado as palavras elogiosas que lhe foram dirigidas por Sua Excelência nesta reunião, oportunidade em que teceu considerações à maneira digna e elevada com que se houve na condução dos trabalhos da Comissão.

Antes de dar por encerrado os trabalhos, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas desta reunião, logo que forem traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Anexo à ata da 36ª reunião da Comissão de Constituição e Justiça, realizada em 1º de dezembro de 1982, relativo aos discursos de despedida do Srs. Senadores Lázaro Barboza e Bernardino Viana, que se publica, devidamente autorizada pelo Sr. Presidente.

Presidente: Senador Aloysio Chaves

1º-Vice-Presidente: Senador José Fragelli

2º-Vice-Presidente: Senador Leonir Vargas

Íntegra do apanhamento
taquigráfico da reunião

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Está aberta a reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

Estão presentes 7 Srs. Senadores.

Não há expediente a ser lido. Nem número para votação da matéria constante da pauta desta reunião. Como, entretanto, esta será a última reunião desta Comissão na presente legislatura, quero agradecer aos eminentes Srs. Senadores, que integram a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a valiosa colaboração que deram aos seus trabalhos. Esta é, realmente, uma comissão técnica do mais alto nível, chamada a opinar obrigatoriamente a respeito de todos os projetos que tramitam pelo Senado, no que diz respeito à constitucionalidade e à juridicidade e, ainda, por força do Regimento Interno, quanto ao mérito de muitas matérias que passam por aqui.

Tivemos um ano eleitoral difícil. Os Srs. Senadores têm compromissos permanentes com as suas bases políticas, em seus Estados, e devem atendê-los. O atendimento desses encargos políticos faz parte do trabalho parlamentar, integra o trabalho parlamentar. O Senador não está exercendo seu mandato apenas quando tem assento nesta Comissão, em outras Comissões ou no plenário do Senado Federal, mas o exerce, plena e eficazmente, quando está no seu Estado, em contato com as suas bases políticas, para sentir os seus problemas, os seus anseios, procurando trazer para o Congresso Nacional as aspirações legítimas das suas comunidades. Se este fato é verdadeiro, ele o é de uma maneira mais enfática num ano eleitoral, como o é de nós acabamos de atravessar, num período também excepcional, de redemocratização deste País.

As eleições de 15 de novembro, todos nós percebemos claramente delinear uma nova fisionomia política para o Brasil. A abertura política há de se completar com outras medidas de ordem institucional, para que se tenha instaurado plenamente um regime democrático no País, baseado numa sociedade aberta e pluralista, que busca o progresso dentro da liberdade.

Não obstante as dificuldades notórias que eu acabo de apontar, a Comissão teve um movimento apreciável de processos, pareceres, examinados e aprovados. O relatório, que será elaborado a seguir pela secretaria da Comissão e a esta oportunamente apresentado, vai atestar que, não obstante este ano eleitoral, a Comissão deu um grande desempenho às suas mais importantes tarefas.

Esses resultados auspiciosos não teriam sido obtidos, seguramente, sem a contribuição de todos os membros desta Comissão, sem a dedicação dos Srs. Senadores, a maneira como examinaram as matérias que lhes foram distribuídas e o nível e a excelência dos debates travados nesta Casa. Tudo já está incorporado aos anais da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas quero ter uma palavra especial com relação ao nosso ilustre colega, Senador Lázaro Barboza, e ao nosso eminente colega, Senador Bernardino Viana, ambos, por força do resultado eleitoral, não voltarão a esta Casa.

A vida pública, sobretudo a atividade política, é baseada numa disputa eleitoral por um mandato, que pode ser coroada de êxito ou não. Mas isto, por ser um fato normal na atividade política, também engrandece o homem público. Pela coerência de seus ideais, pela sua pertinácia, pela maneira como exerce o seu mandato, pela forma como se conduz e se apresenta perante o seu eleitorado, ele marca a sua posição. Muitas vezes, embora derrotado, ele sai engrandecido da luta, da campanha política. Como os partidos políticos se organizam, se estruturam para lutar pelo poder — esta é a razão de ser deles em todas as sociedades organizadas — é claro que esses nossos eminentes colegas terão ainda de frente de si um campo muito grande, um horizonte muito amplo, muito vasto. E, sem dúvida, nós esperamos que eles retornem, dentro de quatro anos, a esta Casa, para continuarem a representar, como representaram, com sobrançeria, com dignidade, com competência, com lealdade, os seus dois Estados — Goiás e o Piauí. A ambos, como Presidente, interpretando os sentimentos desta Comissão, quero tributar esta homenagem, assim como apresentar os meus agradecimentos, aos funcionários da Co-

missão, dedicados servidores do Senado pela colaboração prestada.

Neste ensejo, já às portas do recesso parlamentar e também as vésperas das festas do Natal e ao Ano Novo, desejo a todos as maiores felicidades possíveis. Que essas benesses se estendam sobre suas famílias, sobre os seus lares e possamos, unidos, com saúde, com o mesmo ideal, com a mesma dedicação, com o mesmo objetivo, continuar, dentro ou fora desta Casa, trabalhando pelo engrandecimento deste País.

Aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, os meus melhores agradecimentos pela colaboração que me deram, desejo-lhes um Feliz Natal, um Santo Natal e todas as venturas e sucessos no ano de 1983.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Permite-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Tem a palavra o nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu eminente colega do Nordeste, Bernardino Viana, dentro de poucos dias, como acentuou V. Ex^a, deixa esta Casa.

Sr. Presidente, ao longo dos 8 anos que me foi dada a honra de representar Goiás no Senado da República, quer no plenário, quer nas comissões técnicas, quer junto às bases eleitorais, onde também o mandato parlamentar, como acentuou V. Ex^a, é cumprido, quer nas missões externas que me foram confiadas pelo Senado, sem dúvida alguma, de todas essas funções importantes, a que mais me encheu de orgulho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi poder integrar a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. De todas as comissões técnicas da Casa, esta é, sem dúvida alguma, a mais privilegiada, porque nela têm assento as figuras luminares do Direito desta Casa. Nela têm assento os parlamentares indicados pelas suas bancadas, que assumem a responsabilidade maior pelo exame técnico e jurídico de todas as matérias que tramitam no Senado da República.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a V. Ex^a, que, à frente desta Comissão, conseguiu dar-lhe o brilho e o equilíbrio que a Nação inteira e o Senado, como instituição, sempre esperou que a Comissão de Constituição e Justiça pudesse dar. Agradecemos aos eminentes pares a tolerância que tiveram para comigo, porque esta Comissão, para mim, Sr. Presidente, foi uma extensão do meu aprendizado da universidade. Aqui, no convívio com V. Ex^as, eu pude, sem dúvida alguma, ampliar os meus conhecimentos, os meus horizontes no campo de Direito, sobretudo o Direito Constitucional.

Como tenho a felicidade, Sr. Presidente, de deixar esta Casa ainda com 43 anos de idade, eu não digo adeus, digo até breve. Espero que um dia possa ao Senado voltar para continuar a ter o privilégio de prestar serviços ao meu Estado e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Tem a palavra o nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA — Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu vim para o Senado quando o Ministro Petrônio Portella foi convocado para o Ministério da Justiça. E eu não tive, desde o início, a veleidade de querer substituí-lo no campo que principalmente ele atuava, ou seja, no campo político e a tribuna. Eu procurei enveredar por outros caminhos, de acordo com minha formação acadêmica, e dar tudo de mim para que pudesse colaborar com esta Comissão e com meus companheiros de Senado. Aprendi muito durante este período, não só sob a presidência do saudoso Henrique de La Rocque, como também, depois, sob a presidência de V. Ex^a, nobre Senador Aloysio Chaves.

Quero, nesta oportunidade, agradecer a atenção carinhosa e até o desvelo que os companheiros tiveram para comigo, principalmente, encaminhando-me nas dificuldades que eu encontrei. Acho, porém, que cumpri com o meu dever a altura dos meus conhecimentos, esforcei-me para isso, principalmente pela assiduidade de não faltar

às reuniões. Agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Lázaro Barboza, as palavras carinhosas que me dirigiram, e aos funcionários desta Comissão a atenção carinhosa. Um feliz Natal para todos.

O SR. MOACYR DALLA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MOACYR DALLA — Sr. Presidente, eu, por formação, sou avesso às despedidas. Nesta reunião, em que nós deveríamos julgar, analisar projetos, mas que infelizmente não deu número, V. Ex^a houve por bem manifestar a grande lacuna, a falta que dois companheiros farão a esta Casa, pois não voltarão mais a esta Comissão na próxima legislatura.

Sou avesso, por formação, repito, Sr. Presidente, às despedidas, mas é mister que se diga duas palavras: a primeira, exaltar o trabalho magnífico de V. Ex^a à frente desta Comissão. Firme, inteligente, conhecedor profundo das coisas de Direito, deu V. Ex^a a esta Comissão a grandiosidade que efetivamente ela merece. Receba, pois, V. Ex^a os nossos aplausos pela magnífica atuação à frente desta Comissão. Agora, a segunda palavra é para Lázaro Barboza e Bernardino Viana. Bernardino se entrosou comigo, como se fôssemos irmãos, num sentimento fraterno, muito querido. Temos tido a mais sadia amizade. Aprendemos a admirar a inteligência, a vocação parlamentar do eminente Senador Lázaro Barboza. Resta-nos a nós registrar, Sr. Presidente, com tinta nanquim, no nosso currículo, para dizer aos nossos filhos, amanhã, para dizer aos nossos coestaduanos que na Comissão de Constituição e Justiça tivemos um presidente do gabarito de V. Ex^a, e que, sem falsa modéstia, fomos colegas de Lázaro Barboza e Bernardino Viana, a quem desejamos tudo de bom e de melhor deste mundo. Que a festa de Natal, que o menino Jesus abençoe a todos nós, as nossas famílias, as frentes de trabalho e dê a esses companheiros tudo aquilo que nós desejamos para nós e as nossas famílias.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Tem a palavra o nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sr. Presidente, eu sou de formação contrária, neste particular, à do nobre Senador Moacyr Dalla, eu gosto das despedidas.

Acho que num momento como este, quando houve um trabalho em comum durante muito tempo, durante anos, podemos confraternizar-nos com aqueles que participaram nesse período de todas as tribulações decorrentes das responsabilidades políticas e administrativas do desempenho de um mandato.

Quando governador, deixando o posto, eu fiz questão de visitar todas as repartições públicas da capital do meu Estado, Mato Grosso, à época íntegro ainda, e senti nisso um prazer muito grande. E pude também verificar aquela corrente sentimental que se comunicava com aqueles funcionários de todas as categorias que tinham participado da minha modesta administração.

Num trabalho como este, aqui nesta Comissão, ocorre, parece-me, fato semelhante. Nós não podemos separar-nos de companheiros como, por exemplo, Lázaro Barboza e Bernardino Viana sem esta palavra de saudade, sem manifestarmos o sentimento de um vazio que vai ficar em cada um de nós por perder tão excelentes companheiros. A bravura de Lázaro Barboza, meu companheiro de bancada, para não realçar as demais qualidades que nele são notórias, a dedicação de sempre do Senador Bernardino Viana em todas as Comissões em que trabalhamos juntos foram evidentes. Agora mesmo dizia a S. Ex^a, sobretudo na Comissão de Finanças, que ele vai fazer uma falta muito grande, pela competência especial dos seus conhecimentos demonstrados nos pareceres minuciosos, muito bem estudados, e que tantas vezes serviram de lição para a Comissão. Nós temos que manifestar o nosso sentimento quando perdemos um companheiro como esse. Sempre admirei o Senador Lá-

zaro Barboza não só nesta Comissão, mas no plenário, pela facilidade da sua palavra e pela bravura de suas atitudes em alguns momentos difíceis.

Portanto, também é difícil esquecermos um companheiro como ele, sobretudo sendo correligionário e membro da mesma bancada aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, nestes dois anos em que tive a honra de participar dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, passei a admirar V. Ex^a. Nem sempre concordamos, o que é natural. Algumas vezes divergimos, mas todos nós temos que defender os nossos pontos de vista e os interesses das agremiações a que pertencemos. Mas V. Ex^a sempre agiu com elevação, com dignidade, e não vamos falar em competência e capacidade, porque isso de sobejo sobra em V. Ex^a e por todos é reconhecido. V. Ex^a é um grande presidente da Comissão de Constituição e Justiça e merece ascender sempre aos postos em que, com essa consciência profunda das suas responsabilidades, tem sabido desempenhar.

Aqui fica, portanto, de minha parte, o meu preito de respeito e admiração pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Aos funcionários, todos eles tão delicados, gentis, atenciosos, companheiros de trabalho também, ficam aqui as minhas saudades. E ficam naturalmente para todos os meus votos de um Feliz Natal, sobretudo de um 1983 com saúde para todos, desejando sucesso a todos naquilo que almejam conquistar.

Então, ficam aqui as minhas despedidas, esperando que nós, que ficamos, possamos reencontrar-nos nos próximos anos. E mais uma vez me referindo aos companheiros que saem, espero também que eles possam retornar ao Senado Federal, de uma ou de outra maneira, para matarmos as nossas saudades e para novamente confraternizarmos num trabalho comum em prol do bom nome do Senado Federal e do País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Srs. Senadores, ouvi com muita atenção o pronunciamento dos eminentes colegas, Lázaro Barboza, Bernardino Viana, Moacyr Dalla e José Fragelli. Os conceitos que emiti a respeito dos preclaros colegas, cujos mandatos não são renovados, em nome da Comissão, foram mais uma vez ratificados nos pronunciamentos dos eminentes Senadores Moacyr Dalla e José Fragelli.

A política, evidentemente, não forma o caráter das pessoas, ela revela o caráter das pessoas. Para mim, foi uma honra e um privilégio conhecer pessoalmente o Senador José Fragelli. Sabia da sua tradição na vida pública, do admirável governo que fez no Estado de Mato Grosso — foi o depoimento de todos os seus conterrâneos — mas sobretudo da sua competência, do seu saber jurídico, da sua cultura humanista, do equilíbrio e da ponderação com que sempre se conduziu nesta Comissão e no plenário, mesmo defendendo intransigentemente, como fez Lázaro Barboza, os pontos sustentados pelo seu Partido, como é natural.

Honra-me esse conhecimento, essa amizade estreita. Agradeço, sensibilizado a V. Ex^a as palavras que me dirigiu.

Procurei imprimir nesta Comissão uma orientação segura, firme, isenta, não obstante a natureza polêmica de algumas questões que vieram à Comissão, mas sempre procurando situá-la num plano superior, como órgão técnico de deliberação, de assessoramento do Plenário do Senado Federal e também do Congresso Nacional, como órgão consultivo que o é.

Ao encerrar esta reunião e ao reiterar os meus agradecimentos a todos, esperamos poder reencontrar-nos dentro ou fora desta Casa, sempre com o mesmo sentimento de amizade e, sobretudo, com o mesmo amor profundo a este País.

Declaro encerrada a reunião.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

5ª Reunião (Extraordinária), realizada em 27 de abril de 1983

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de abril de mil novecentos e oitenta e três, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Gabriel Hermes, Presidente, reúne-se a Comissão de Minas e Energia, com a presença dos Senhores Senadores Hélio Gueiros, Mauro Borges, Alberto Silva, Affonso Camargo e Carlos Lyra e o Senhor Deputado Saulo Queiroz. Comparecem, também, o Doutor Douglas Souza Luz, Presidente da ELETRONORTE, Doutor Nestor Jost, Secretário Executivo do Programa Grande Carajás e representantes do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, José Lins, Dinarte Mariz e Odacir Soares.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente Declara abertas os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião se destina a ouvir exposição que farão o Senhor Presidente da ELETRONORTE, Doutor Douglas Souza Luz e o Senhor Secretário Executivo do Programa Grande Carajás, Doutor Nestor Jost, sobre a Hidrelétrica Tucuruí e a produção de minério de ferro, respectivamente. Em seguida, Sua Excelência concede a palavra ao ilustre convidado Doutor Douglas Souza Luz, que inicialmente cumprimenta os Senhores Parlamentares e demais autoridades presentes, para, em seguida, dar início a sua exposição, começando por dar ênfase especial ao esforço que a ELETRONORTE vem desenvolvendo na construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Esse trabalho vem sendo feito em duas etapas, com vistas, esta última, ao suprimento de energia para o Nordeste, que depende apenas da instalação de uma nova usina geradora, com doze outras unidades turbo-geradoras, viabilizando, dessa forma, grandes projetos de irrigação. Encerrada a exposição, usam da palavra, pela ordem, para interpelar o expositor, os Senhores Senadores Mauro Borges e Alberto Silva. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Secretário Executivo do Programa Grande Carajás, Doutor Nestor Jost, que, inicialmente, agradece o convite recebido para fazer exposição sobre a produção de minério de ferro. O Senhor Nestor Jost aborda o assunto ressaltando o papel desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce, que comprou de sua associada, a United States Steel, a sua parte acionária na empresa. As duas empresas, em consórcio, participavam da pesquisa e exploração das minas de ferro, e tendo em vista a grande oferta de minério de ferro no mercado, já não era interessante, do ponto de vista empresarial, a sociedade. Em virtude dessa compra, que custou à Companhia Vale do Rio Doce, cerca de 50 (cinqüenta) milhões de dólares, a empresa tornou-se detentora exclusiva do direito de lavra da mina de ferro de Carajás, e, juntamente com outras empresas de iniciativa privada, foi possível, através desse esforço a criação de dois grandes projetos: a ALBRÁS e a ALUNORTE. Encerrada a exposição, usa da palavra o Senhor Senador Alberto Silva para dizer que aguarda os documentos relativos a esta reunião. O Senhor Presidente agradece a presença de todos e determina que as notas taquigráficas desta reunião, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Anexo à ata da quinta reunião da Comissão de Minas e Energia, realizada em 27 de abril de 1983, referente às palestras proferidas pelo Senhor Presidente da ELETRONORTE, Doutor Douglas Souza Luz e o Senhor Secretário Executivo do Programa Grande Carajás, Doutor Nestor Jost, sobre a atuação da ELETRONORTE e do Programa Grande Carajás, que se publica, devidamente autorizada pelo Senhor Presidente Senador Gabriel Hermes.

Presidente: Senador Gabriel Hermes
Vice-Presidente: Senador Odacir Soares

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está aberta a nossa reunião, simultaneamente com 9 reuniões, que ocorrem na mesma hora, sendo que 3 políticas, que convocam realmente Deputados e Senadores, e as outras de Comissões Técnicas, e mais 2 Congressos, hoje aqui, que estão reunindo, inclusive, numerosos parlamentares estaduais, vindos de todo o Brasil.

Vejam os Senhores como está o nosso dia. Temos aqui a presença do Dr. Nestor Jost, que tem, sobre os ombros, a responsabilidade de um dos empreendimentos mais corajosos e que eu reputo dos mais importantes para o Brasil. Mais importante porque é a primeira obra, realmente em conjunto com Tucuruí, que irá permitir trabalhos definitivamente capazes de dar posse à região amazônica, porque sem energia não se faria nada, e sem um projeto do tamanho de Carajás tampouco. Se não tivesse muito ferro debaixo do chão, muita bauxita e todos os outros minérios, que não há necessidade de se citar e quase todos eles estão no meu Estado, mas todos eles irão ficar a serviço do Brasil, inclusive as águas de Tucuruí, no Pará.

Vamos ouvir uma exposição do nosso representante da Hidroelétrica de Tucuruí, seguida depois da do nosso amigo Nestor Jost. Há uma série de indagações que, possivelmente, teremos que fazer.

Passo a palavra ao nosso amigo.

O SR. DOUGLAS LUZ — Senador Gabriel Hermes, Presidente da Comissão de Minas e Energia, inicialmente agradecemos o convite para fazermos esta pequena palestra. Dr. Nestor Jost, Srs. Senadores, Srs. Convidados e Srs. da Imprensa: Estamos aqui para dar uma pequena palavra sobre a Usina de Tucuruí e sua importância na realidade brasileira, dentro da atual conjuntura. Temos aqui um pequeno extrato do que seja a Usina de Tucuruí, e posteriormente teremos ocasião de entregar uma cópia aos presentes.

A finalidade é trazeremos ao conhecimento do povo o que está se fazendo nesta região, em plena floresta amazônica: uma usina de grande porte, como alguns de nós aqui sabemos, da importância dessa usina em suas diversas facetas, no uso múltiplo do Rio Tocantins, na sua ligação com o programa do Grande Carajás, e assim por diante.

Vou passar, de acordo com o que já havia citado, alguns dados sobre a usina e, posteriormente, estaremos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Ela se localiza a 300 Km ao sul de Belém, e tem um acesso pelo Rio Tocantins, acesso esse que está sendo utilizado, uma via fluvial, utilizada fortemente, obedecendo a política de contenção do uso de derivados de petróleo. Essa usina, na sua primeira fase, terá 4 mil Mw instalados e, dentro das obras civis que estão praticamente prontas, será duplicado com a conclusão de sua segunda fase ou seja a potência final da Usina será de 8 milhões de KW. Para termos uma idéia do porte da usina, dentro as hidroelétricas exclusivamente brasileiras construídas ou em construção, essa é a de maior vulto e a terceira de maior vulto do mundo, somente superada por ITAIPU e por GURI na Venezuela. Não obstante essa importância, as características especiais e as extraordinárias dimensões de um empreendimento de tão grande

vulto, esses elementos são muito pouco conhecidos dos brasileiros em geral. Trata-se do primeiro grande aproveitamento do grande potencial energético da bacia amazônica. Esta bacia está avaliada em 100 milhões de KW, sem contar o leito principal do próprio Rio Amazonas. Esse potencial já está inventariado, parte dele com alguns projetos de viabilidade, e com estudos bastante sérios neste sentido.

Esse potencial será aproveitado progressivamente, de acordo com os requisitos de demanda de energia do País. Como referência podemos citar, comparando esses 100 MW mil de potencial, que hoje em dia nós temos instalados no País, aproximadamente 33 mil MW. Passamos depois a alguns dados de dimensões físicas da obra, e passamos a falar do Lago que tem uma dimensão bastante grande, cerca de 216 mil hectares, representando, porém, menos de 0,3% somente das bacias dos Rios Tocantins e Araguaia. É uma área bastante pequena comparada com a área da bacia e com a área da região Amazônica. Para termos uma idéia, a ELETRONORTE tem a seu cargo cerca de 5 milhões de Km² de extensão, que representa quase 60% da área do País.

O Tocantins tem uma descarga média de 11 mil metros cúbicos por segundo, descarga essa que aumenta consideravelmente na época das cheias. Já tivemos uma descarga máxima registrada de 68 mil m³, ocorrida em março de 1980, que chegou a colocar em risco a execução das obras. Nós temos um vertedouro projetado, por exemplo, para um escoamento de até 110 mil m³ por segundo, isso é o dobro da descarga máxima considerada para o vertedouro de ITAIPU.

A construção de uma obra desse porte, nessas condições, e sem qualquer apoio logístico inicial, situada a milhões de quilômetros de distância dos principais centros industriais fornecedores, representa uma façanha tecnológica sem precedentes, em termos de construção no País.

Foi implantado um canteiro industrial de grandes proporções no local da obra, incluindo centrais de concreto, britagem, ar comprimido, pátios de armações, de preparo de formas, instalações de beneficiamento de areia e cascalho, sistema de correias transportadoras, fabricação de pré-moldados, fábricas de gelos, galeria de refrigeração de agregados. Isso para que se possa obter concreto a baixas temperaturas, de maneira a garantir as produções requeridas pelo cronograma de execução das obras.

A par do deslocamento de canteiro, de mais 200 milhões de dólares, em máquinas, construção e equipamento industrial, bem como de todo equipamento elétrico mecânico permanente na usina, o abastecimento da obra exigiu a implementação de um eficiente sistema de aquisição e transporte de grandes toneladas de materiais básicos, como cimento; 900 mil toneladas, pozolana; 130 mil toneladas, ferro de construção; 150 mil toneladas, uma outra enorme variedade de materiais. Materiais como todos, citados anteriormente, transportados por via fluvial, de Belém até o canteiro de obras. Esse acesso foi melhorado mediante a construção de dois portos junto ao canteiro de obras. Um cais flutuante para a carga geral, que chega a 50 mil toneladas, por mês, de movimento de cargas, e um para cargas especiais, unitárias, ou seja, as cargas indivisíveis, que compõem o equipamento permanente da usina, que tem capacidade de até 250 toneladas. Ainda recentemente recebemos da França o primeiro rotor da turbina, há dois meses atrás, que já está no canteiro de obras e fará parte da primeira unidade a ser operada em dezembro de 1984.

A rede rodoviária regional foi melhorada, e temos lá também um aeroporto com a pista de 2 mil metros, e que operam jatos de linhas comerciais regulares. Na parte de atendimento dos trabalhadores na obra bem como ao pessoal técnico e administrativo, foi necessário construir, praticamente, uma cidade provida de uma infraestrutura completa assim como todos os serviços necessários, tais como: educação, saúde, abastecimento, lazer e os demais requisitos para o funcionamento de uma comunidade desse tipo.

Hoje em dia, temos mais de 70 mil pessoas, entre operários e seus dependentes, têm sido beneficiados diretamente não só com oportunidades de trabalho, mas também como padrões de assistência médica, formação profissional e educação para seus filhos, antes inexistentes na área. Todos esses benefícios, inconcebíveis nessa região, há menos de uma década, alcançam dezenas e milhares de brasileiros para formação e melhoria de mão-de-obra, mostrando a antevisão de uma nova realidade na Amazônia, ou seja, a Amazônia impulsionada pela energia, explorando suas incontáveis riquezas minerais e promovendo a integração ao processo econômico produtivo de populações brasileiras aptas, assim, a desfrutarem de padrões condignos de qualidade de vida.

Os benefícios indiretos, a nível regional, já podem ser medidos de duas maneiras: o surgimento acelerado de projetos industriais, comerciais e agropecuária. E por outro lado, a economia em petróleo, noticiada pela interligação dos sistemas Norte e Nordeste, conforme planejamento efetuado pela ELETROBRÁS, através de orientação do Ministério das Minas e Energia, com energia oriunda da CHESF. Hoje em dia Belém é abastecida com a energia vinda de Sobradinho, 1.800 Km de distância, ligado por uma linha de 500 kw e essa energia é distribuída a Belém, Tucuí, Marabá e Imperatriz. Com isso economizou, somente em 1982, perto de US\$ 130 milhões em petróleo que seriam gastos nas térmicas de Belém.

Voltando a falar na usina de Tucuí o cronograma original previa que essa usina estivesse pronta em dezembro de 1983. Devido a escassez de recursos, a vinculação com os programas e com a demanda de energia, de comum acordo, esse início foi postergado para dezembro de 1984, reduzindo-se o ritmo da obra. Isso em meados de agosto de 1982, mais ou menos. Nessa ocasião foram, inclusive, desmobilizados cerca de 1 mil trabalhadores, permanecendo até agora cerca de 17 mil empregados com suas famílias que chegam a 70 mil, o número de pessoas diretamente ligadas com a obra.

Atualmente o estado das obras é o seguinte: na parte civil já lançamos 5 milhões m³ de concreto, faltando apenas cerca de 700 mil para o término da obra. Um outro dado de relevo, relativo a uma obra desse tipo, é o volume de rochas cavadas e o volume de argila compactada que já ultrapassa 80 e 90% dos seus respectivos totais.

Falando em custos, temos um total previsto, dessa primeira etapa, de US\$ 4,6 bilhões o que significa um custo, por kw instalado, de US\$ 1.150 mil. O que é um custo bastante razoável dentro das usinas executadas ou em execução no País. Cerca de 90% desses recursos vêm sendo aplicados em salários, tecnologias, equipamentos, materiais e insumos diversos de procedência nacional.

Com relação à segunda etapa dessa usina, grande parte das obras civis, ou praticamente quase todas as obras civis, elas já estão realizadas, inclusive a escavação do local da segunda usina, da segunda casa de força, hoje em dia está sendo feita e aproveitada como pedreira para a execução de barragem de rocamento e agregados para concreto. Quando tivermos também essa segunda etapa também realizada, essa complementação da usina permitirá que o custo calculado para 8 milhões de kw se reduza de 1.150, para US\$ 750 por kw instalado.

Essa barragem formará um lago que se estenderá praticamente até a cidade de Marabá, numa extensão de 200 Km, mais ou menos. Para ligarmos esse lago ao trecho, rio abaixo, que já é navegável até Belém, perfaremos uma extensão de 550 Km navegáveis entre Belém e Marabá. Para isso foram projetados e estão sendo construídas as estruturas de transposição do desnível da barragem. É um arranjo que consta de duas eclusas de 210 metros de comprimento por 33 de largura e um canal intermediário, ligando essas duas eclusas, com cerca de 5 mil e 500 metros de extensão. Atualmente, estamos executando apenas uma parte da eclusa de montante que se agrega à própria barragem cuja construção teve prioridade por estar embutida na barragem da margem esquerda.

Essas obras são realizadas com recursos da PORTOBRÁS e a programação de sua continuação depende, logicamente, da definição de recursos por parte do Ministério dos Transportes. Esses recursos deverão ser alocados durante a atual etapa das obras, pois, caso contrário, haverá um risco de que essas permaneçam incompletas e sem possibilidade de utilização para o transporte regional. Por conseguinte, uma obra irremediável, ou então que venha a se tornar onerosa, caso venham a ser retomadas somente após a conclusão da atual fase das obras e conseqüente desmobilização do canteiro de serviços.

Com relação à interligação dessa usina com o sistema de transmissão, a usina está associada a um importante sistema de transmissão em 500 quilowatts, ligando a usina às subestações de Vila do Conde, próxima a Belém, as cidades de Marabá, Imperatriz, numa extensão de 750 quilômetros, além de linhas de 230 quilowatts, que ligam as subestações de Vila do Conde, Utinga e Miramar, circulando a cidade de Belém. Por outro lado, existe uma interligação entre os sistemas elétricos Norte-Nordeste ou seja, da ELETRONORTE e da CHESF, que foi concluída em dezembro de 1981, mediante essa linha que eu citei anteriormente de 500 quilowatts numa extensão de 1.500 quilômetros, é a maior linha em operação no País, permitindo desativar diversas usinas termoeletricas conforme citamos antes com aquela conseqüente redução de combustível e derivados de petróleo.

Dentro do cronograma, que está sendo seguido perfeitamente em dia, a entrada em funcionamento de Tucuí se dará em dezembro de 1984 e essa sua primeira unidade, que será um fato de importância fundamental, pois irá aliviar a subestação que hoje recai sobre o sistema da CHESF para o suprimento de energia às cidades de Belém, Tucuí, Marabá, Imperatriz e outras. Além disso, terão que ser atendidas as demandas ocasionadas pelo projeto de mineração de Carajás, pelos projetos industriais da ALBRÁS-ALUNORTE em Vila do Conde, da ALCOA em São Luís e por diversos outros projetos minerometalúrgicos em fase de implantação. Temos outros projetos em fase de estudo, integrantes do programa Grande Carajás, além das demandas desencadeadas pelo irreversível processo de desenvolvimento já detonados na região.

Assim, a garantia de disponibilidade de energia forte e barata, nessa região, é de vital importância à economia do País, que por um lado necessita desses investimentos a serem aí aplicados e, por outro lado, precisa contar com as receitas cambiais a serem proporcionadas pela exportação dos produtos obtidos após a implementação desses projetos.

Também existe um outro papel, que não tem sido muito comentado, que cabe a essa usina de Tucuí, ou seja, a de suplementar a produção de energia elétrica na região Nordeste proveniente do Rio São Francisco, já quase completamente aproveitado pela CHESF. Dessa forma, através da interligação desses dois sistemas, grandes blocos de energia de Tucuí irão reforçar o sistema elétrico do Nordeste, permitindo o atendimento de toda a expansão da demanda. Levando-se em conta esses fatores as projeções, da demanda global de energia elétrica na região de influência de Tucuí, revelam o comprometimento de sua potência instalada na primeira etapa, que são os 4 milhões de kw, dentro de um horizonte não superior a cinco anos. Por tais razões, essa segunda etapa, cuja concretização depende, apenas e praticamente, da instalação de uma nova casa de força com doze outras unidades turbo-geradoras, converte-se numa necessidade que já se vislumbra, não sendo mais possível postergar. Trata-se da necessidade de viabilizar grandes projetos de irrigação da região semi-árida nordestina, com a utilização de uma parte das águas desse grande rio da unidade nacional, o rio São Francisco, que passaria assim a cumprir prioritariamente a sua grande finalidade social básica, reduzindo, em parte, sua produção de energia. Essa grande disponibilidade energética da Bacia Tocantins-Araguaia, permitirá transferir para o Nordeste a energia que deixasse de ser gerada pelas águas do rio S. Francisco em favor da irrigação.

Como conclusão, evidencia-se a conveniência de ser definida a execução dessa segunda etapa, tendo em vista principalmente aos seguintes aspectos: Garantia de suprimento de energia aos grandes investimentos nacionais e internacionais, ligados ao programa Grande Carajás; e atendimento em prazos mais curtos e custos mais baixos, principalmente, dos acréscimos de demanda criados por novos empreendimentos, incluindo essa liberação de parte das águas do rio S. Francisco para projetos de irrigação na região semi-árida nordestina. E o terceiro aspecto será a economia final no custo das obras civis da usina.

Srs. Membros da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, creio que com esses esclarecimentos poderá ser melhor avaliada a importância de Tucuruí, não só para atingir o desenvolvimento de sua região de influência, mas sobretudo para se constituir no elemento e na ferramenta capazes de gerar uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Torna-se imprescindível que possamos, a cada dia que passa, contar com a participação e o apoio de todos os senhores para que, nessa difícil fase da conjuntura nacional, a ELETRONORTE continue a merecer a prioridade de que necessita para a execução dessa obra.

Deixamos aqui também registrado o nosso reconhecimento, a inspiração e a capacidade de o Governo e o povo brasileiros, que no desdobramento de ações e objetivando a ocupação produtiva e o uso racional das riquezas da Amazônia, elegeram a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, importante meta do programa de desenvolvimento econômico-social e de integração nacional.

Acho que era isso que tínhamos a esclarecer, agradecendo, mais uma vez, o convite. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Os Senhores ouviram a exposição, o trabalho que o Presidente da entidade acabou de ler. Se alguns dos Srs. Parlamentares desejarem ter uma cópia vale a pena porque existem números, dados, todos os informes que foram lidos e que seria interessante fosse distribuído, inclusive entre os nossos colaboradores da imprensa.

Tenho duas perguntas que me foram deixadas por colegas que, por outros compromissos, não puderam estar aqui presentes. Uma delas é: as verbas dão a essas medidas segurança de que realmente até 1984 a usina estará funcionando?

O SR. DOUGLAS LUZ — Nós temos uma prioridade, não só dentro do setor elétrico, como uma prioridade a nível nacional de que essa usina tenha a sua primeira unidade operando em dezembro de 1984. Para isso os tetos de investimento que estão sendo definidos pelo Governo para o setor elétrico e para as suas empresas controladas, no caso uma delas é a ELETRONORTE, ele virá garantir essa operação em dezembro de 1984, realmente como a necessidade, a demanda de energia, os contratos já celebrados com as empresas que estão se instalando na região, assim o exigem.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Uma outra pergunta se referia às eclusas, que são diretamente ligadas à Carajás em grande sentido. Se o seu funcionamento, pelo menos sem a conclusão da primeira etapa da barragem principal das eclusas, que estão em funcionamento, que receberam este ano 16 bilhões de cruzeiros, quase todos oriundos do PIN foram pagos até março 8,5 bilhões de cruzeiros e tenho tido contato — também tenho a pergunta, é por isso que estou dando essa informação — com a PORTOBRÁS, responsável pela construção, ela está lutando para receber a segunda etapa. Com essa verba, praticamente, fica quase pronta a primeira parte. Com essa primeira parte terminada, realmente aí não há perigo de se fechar a barragem, porque a outra será feita mais devagar, mas com a garantia de que não haverá prejuízo. Mesmo porque se não se fizer as eclusas não teremos um projeto integrado, não teremos possibilidade de instalações industriais em toda essa região e teremos o rio fechado, o que será um crime contra

o coração do País, prejudicando Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Goiás e todos os grandes empreendimentos que estão nessa região.

Estou dando essa informação, precisamente para ser ouvido pelo nosso amigo Dr. Jorge, que falará dentro em pouco, e pelo nosso próprio Presidente da ELETRONORTE. E digo mais, eu já tive a oportunidade de repetir e registrar, se quiserem fechar a eclusa sem que a barragem esteja pronta, há um movimento nas universidades do Pará, e são cinco, onde estão alguns milhares, não são poucos os estudantes — porque o grupo do Pará está entre as grandes universidades do Brasil, porque vêm estudantes de toda a Amazônia para lá, são tradicionais — de até se colocarem dentro da barragem para que não se encha, sem que as eclusas sejam fechadas, de vez que não é possível fechar o rio, que é o rio da unidade nacional, um rio por onde se conseguiu a penetração e tomar conta de Goiás, Mato Grosso, um rio de onde saiu Pedro Teixeira para tomar conta da Amazônia de onde vem toda a movimentação.

Essa notícia que ouvi na universidade está na alma do povo e daqueles estudantes, que não são apenas do Pará, são estudantes vindos do Maranhão, Goiás, Mato Grosso, acentuadamente de Goiás e Maranhão que vão estudar muito no Pará.

Com a palavra o nobre colega.

O SR. MAURO BORGES — Eu queria fazer uma pergunta ao Presidente da ELETRONORTE.

É sobre a influência de milhões de m³ de madeira e folhas, que não serão retirados do reservatório, até que ponto isso influi, até que ponto o volume de água represado vai influir na usina? Ela, na verdade, precisa do reservatório em termos de produção de energia ou é mais por questão da potência? Quero me referir, exatamente, se essa presença de milhões de m³ de madeira e folhas, que vão permanecer dentro do reservatório, não sacrificarão, de certa forma, a performance da usina?

O SR. DOUGLAS LUZ — Nobre Senador, esse problema tem sido realmente bastante debatido e, dentro das experiências que têm sido verificadas na construção de uma série de hidrelétricas no País, o caso do rio Tocantins é diferente totalmente, porque é a primeira grande usina na região Amazônica. Quanto a essa madeira, que se estende por 216 mil hectares de área do reservatório o problema foi tratado de maneira que se preservasse uma faixa próxima à barragem que seria totalmente desmatada e limpa e é o que está sendo feito atualmente pela ELETRONORTE. São cerca de 13 mil hectares, 10 mil iniciais, mais 3 mil de uma gleba que estava com o IBDF e que nos foi devolvida. O programa de limpeza desse reservatório cingiu-se apenas a essa área, que não é tão pequena assim, ela atinge a mais ou menos 11 quilômetros na direção da montante e se estende numa paralela à barragem, limpando totalmente essa área e propiciando, dessa forma, para que o equipamento não sofra efeitos nocivos em sua estrutura.

O SR. MAURO BORGES (Inaudível) — Eu pergunto não apenas pelo equipamento, mais pelo aspecto ecológico. Digamos, no desempenho das turbinas, da produção da usina. Isso não afeta a capacidade do reservatório?

O SR. DOUGLAS LUZ — Não. O volume de água do reservatório, o volume útil que é utilizado na movimentação das turbinas, diante do volume dessa madeira — agora que estou sentindo a sua pergunta — não tem qualquer relação; primeiro dado ao grande volume do reservatório e a sua renovação, porque com essa evasão de 11 mil m³/seg. do rio Tocantins, nós temos oito e meia vezes por ano renovado o reservatório. Então, o problema do volume de madeira em relação ao volume de água não tem nenhum problema. E o outro, o fato do reservatório se renovar oito e meia vezes por ano tira qualquer possibilidade de efeitos maléficis, de formação de gases e algas ou outros que viessem a prejudicar.

O SR. MAURO BORGES — Há o cuidado de fazer o desmate, porque há o problema de navegação também.

O SR. DOUGLAS LUZ — Exatamente.

O SR. MAURO BORGES — Ao longo do canal deve ser desmatado até o fim, não é?

O SR. DOUGLAS LUZ — Temos um desnível de 78 metros. Então, além de haver essa programação de desmatamento num canal de navegação, que haverá desde a barragem até Marabá, esse grande desnível propiciará um calado conveniente para a navegação.

O SR. MAURO BORGES — Quanto à eclusa, em que etapa do projeto, ela foi considerada como uma determinação para ser feita? A impressão que se tem é que a eclusa entrou a posteriori no projeto, um prejuízo, houve uma certa improvisação, a procura de saída de canal pela margem direita e depois acabou sendo na margem esquerda. Isso que eu gostaria de saber se V. Ex.

O SR. DOUGLAS LUZ — Realmente, desde o início a obra sempre teve o caráter de uso múltiplo, ou seja a produção de energia e preservação da via fluvial que existe lá no local. Por ocasião da implantação do projeto da eclusa, haviam várias alternativas e, embora tendo sido resolvido a posteriori, após o início das obras, optou-se pela eclusa como solução mais econômica e mais viável. Estamos executando hoje o encabeçamento da eclusa de montante permitindo que o restante da construção seja feito oportunamente. O que frizamos aqui que seja o mais breve possível.

O SR. MAURO BORGES — (Inaudível)

O SR. DOUGLAS LUZ — O que houve, Senador, é que dentro das alternativas, primeiro o layout geral da obra. Então, são vários os estudos até se definir, exatamente, o próprio eixo da barragem e suas estruturas nas mais diversas colocações. E a eclusa foi um dos pontos que causou maiores problemas. Até pediria ao Presidente da Comissão, que está bem a par do programa...

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Inicialmente devo dizer que tenho acompanhado todo o desenvolvimento deste problema das eclusas e sempre achei que isso era fundamental. Não se pode pensar em projeto integrado, que era o que defendíamos ali. Não estamos só interessados em exportar o ferro em bruto, lutamos para que se exportasse a bauxita, numa primeira etapa, como o alumínio que, além de abastecer o país, estamos pensando em industrializar o que será a nossa próxima conversa.

Agora, sobre as eclusas devo dizer que o projeto é o mais perfeito possível. Foi feito pela melhor equipe de técnicos não só do País. A PORTOBRÁS começou a trabalhar sem o apoio inicial da ELETRONORTE.

O nosso comandante Coronel Llano que dirigiu com brilho, entusiasmo e paixão — é o termo. A ELETRONORTE se apaixonou de tal maneira que disse, "essa é minha função". Então, conseguimos que a PORTOBRÁS, com a sua equipe — e faço destaque ao ex-Ministro, ao atual diretor, Dr. Arno Marcus e a Dr^a Iza Rondon, uma criatura extraordinária — se entregassem a esse estudo. Conseguiram verbas — eu participei deste trabalho — tiveram um apoio extraordinário do ex-Ministro, que se apaixonou pela obra. O Presidente Geisel mandou iniciá-lo antes de tomar posse no governo, dando todo o seu apoio. Resultado: o projeto é excelente. É um projeto que eu poderia oferecer a V. Ex^a, se o desejar Senador Mauro Borges. Tenho o projeto com todas as fotografias. No estado atual até 30 de março, inclusive com as verbas em movimento. Ela está sendo atacada dentro do programa desde que começou. Foi uma das eclusas mais importantes em construção talvez do mundo. Ela vai permitir a passagem de uma empurradeira, levando até 5 grandes barcaças de até cinco mil toneladas cada uma. Poucos navios, do Brasil com esse tamanho poderão passar nessas eclusas.

Agora, a barragem, se não houver como espero que não haja, atrazo dessa verba de 16 bilhões, que representam todas as eclusas apenas 8% do valor da construção da hidroelétrica. E as eclusas terão o valor mesmo, o termo exato para desenvolver a Amazônia, que irá dar a hidroelétrica e elas vão abrir realmente a navegação. Já estão sendo feitos os estudos, estão bem avançados para a construção da segunda hidroelétrica, que o senhor conhece bem, acima em Santa Izabel. Posso fornecer a V. Ex^a todos esses detalhes.

Juntamente com as perguntas que V. Ex^a fez foram feitas outras pelos Deputados Gerson Peres, que deve chegar dentro em pouco, e Osvaldo Melo, que foram ao meu gabinete, colheram esses dados, tinham feito uma série de perguntas que são exatamente as de V. Ex^a, mas tenho tudo e posso garantir a V. Ex^a que as eclusas estão obedecendo a um planejamento da melhor qualidade, com os melhores técnicos, terão uma capacidade acima do desejado. O rio ficará realmente navegável e o nosso querido dono desse empresa formidável que se chama O SR. MAURO BORGESGrande Carajás", vai ter a oportunidade de fazer o distrito industrial em Marabá e de poder pensar que o Estado do Pará, com aquela faixa de margem do vale riquíssimo do Tocantins e Araguaia, poderá se transformar no grande coração de riquezas do Brasil. Essas informações posso oferecer a V. Ex^a a hora que quiser, pois tenho todas as fotografias em detalhes.

O SR. MAURO BORGES — Lei do trabalho formidável de V. Ex^a, da paixão pela navegação do rio, que já é tradicional. Eu gostaria de perguntar, rapidamente, sem abusar, a respeito do problema de tarifa de energia? Tenho ouvido falar que não há um abatimento no preço. Ela vai ser bem abaixo do preço de custo, ela será praticamente inviável economicamente. Será subsidiada. Gostaria que explicasse a Portaria nº 1.654/8/79. Dá margem a abatimento de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As mesmas perguntas do Osvaldo Melo e Gerson Peres, o que é realmente surpreendente.

O SR. PRESIDENTE — Esta portaria é a 1.654, de 13 de agosto de 1979? Essa portaria autoriza, no caso específico da ELETRONORTE, a celebrar contratos de fornecimento de energia com 15% de redução com relação as tarifas normais. Isso é exatamente para a redução do alumínio. Então, é uma determinação do órgão normativo, do Ministério, que é o DNAI, e essa portaria já está sendo usada nos contratos que assinamos com a ALCOA. Existem duas posições: 15% em relação a essa tarifa normal ou um mínimo de 20% do custo do alumínio, que quer dizer do custo do insumo energia dentro do custo do alumínio não poderá ser superior a 20%, de acordo com essa portaria. Nós temos até aqui os contratos. Existem as duas hipóteses e, evidentemente, os cálculos serão feitos na ocasião e esse sistema de estímulos à instalação dessas indústrias na região, está definido nesta Portaria. Assim como existem uma série de outros estímulos para instalação de indústrias próximas a usinas produtoras de energia elétrica.

O SR. MAURO BORGES — Mas, há outros maiores argumentos. Hoje em dia está, de certa forma, havendo um condicionamento, alguma cláusula, para que se aumente o abatimento do preço?

O SR. DOUGLAS LUZ — Pois, dentro da situação atual o que existe realmente é esta portaria. O planejamento dessas empresas, o planejamento da própria empresa concessionária, no caso, a ELETRONORTE, é baseado numa situação atual.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado. Eu queria só para não tomar todo o seu tempo. Há alguma perspectiva, algum estudo já, de quantos metros cúbicos de água podem ser desviados para navegação? Se bem que é uma região de muita chuva, de qualquer jeito está havendo lavouira, sobretudo a de arroz, que é irrigado com grande consumo de água. Há algum estudo para o desvio de água na barragem para a irrigação?

O SR. DOUGLAS LUZ — No caso de Tucuruí nós não temos isso, quer dizer, existe o uso múltiplo da obra que se refere apenas à produção de energia e à navegação.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Comunico aos membros desta Comissão, que, logo em seguida, ouviremos o nosso amigo e ex-colega Nestor Jost e que os assuntos são bastante ligados.

O SR. ALBERTO SILVA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA — Sr. Presidente, naturalmente o tempo está escasso e nós teremos que nos retirar. Lamentamos muito não poder ouvir toda a palestra do Ministro.

Mas, eu gostaria de fazer duas perguntas ao Presidente da ELETRONORTE: Primeiro, os oito milhões de quilowatts vão consumir quantos metros por segundo na vazão do rio? Todo ou vão utilizar parte do volume do reservatório?

O SR. DOUGLAS LUZ — Os oito milhões que compõem a segunda etapa já admitem a regularização da parte de montante da bacia do Araguaia e do Tocantins.

O SR. ALBERTO SILVA — Digamos, o rio tem uma vazão de onze mil metros por segundo, e uma vazão regularizada de menos disso?

O SR. DOUGLAS LUZ — É de menos disso.

O SR. ALBERTO SILVA — Essa vazão regularizada é suficiente para tocar os oito mil quilowatts?

O SR. DOUGLAS LUZ — Desde que regularizada mediante a execução de uma barragem no Araguaia e em Santa Izabel, então ela propiciará a produção de energia desses oito milhões com duas etapas.

O SR. ALBERTO SILVA — Porque a pergunta do nobre Senador com relação ao volume, eu estive anotando, que V. Ex^a declarou que o volume não teria nenhuma influência no funcionamento, porque a vazão do rio era muito grande. Então, a pergunta é esta: A vazão regularizada garante os oito milhões de quilowatts?

O SR. DOUGLAS LUZ — Garante.

O SR. ALBERTO SILVA — Sem depender do volume propriamente dito, porque a quantidade de madeira que vai ocupar esse volume é bastante elevada, são mais de quatro milhões de metros cúbicos de madeira que vão ocupar o espaço de água.

Esta é a pergunta.

O SR. DOUGLAS LUZ — Nos cálculos da motorização da usina pelos dados levados em conta, para efeito de dimensionamento de equipamentos, eles deixam de levar em conta esse problema, porque nós temos casos de usinas, para que V. Ex^a tenha uma idéia, como recentemente, em que a CEMIG inaugurou uma usina chamada Emborcação, de onde não tirou um metro cúbico de madeira sequer. Então, sempre haverá uma porcentagem do volume do reservatório ocupada pela madeira.

O SR. ALBERTO SILVA — Isso já foi previsto. Esta é exatamente a pergunta.

O SR. DOUGLAS LUZ — Exatamente. Quer dizer, dentro dos projetos e do dimensionamento dos equipamentos, esse volume de madeira está previsto como tirado ou não tirado, sem afetar a produção da usina e suas dimensões.

O SR. ALBERTO SILVA — A segunda pergunta, Sr. Presidente, é a seguinte: em continuação à pergunta feita

pelo Senador Mauro Borges, num contrato de redução de 15% da tarifa, para estimular os grandes empreendimentos, qual é a potência que ficou ajustada para esse empreendimento? A usina vai ter uma capacidade total de oito milhões de kw. Muito bem. Os 15% requeridos por uma indústria de transformação — que a eletricidade é matéria-prima praticamente — vai consumir grandes volumes de energia. Até quanto vai comprometer, a capacidade total da usina, um investimento dessa natureza? Por que V. S^a falou de cessão de blocos de energia para atender ao Nordeste. Sobre energia, depois de usar energia como matéria-prima em grandes investimentos dessa natureza?

Qual o volume contratado? Quatro milhões, cinco milhões?

O SR. DOUGLAS LUZ — Nós temos, atualmente, contratos firmados com a ALCOA e com a ALBRÁS-ALUNORTE, além de outros contratos sendo negociados. Então, para se ter uma idéia, no contrato da ALCOA, na sua primeira etapa consome praticamente uma máquina de Tucuruí, consome duzentos Mw. Na sequência, nós não temos ainda dados de mercado futuro que possamos dizer se estaríamos comprometidos somente para as indústrias esses valores. Como falei, ALCOA e ALBRÁS, já temos contratado, para os diversos. Por exemplo, em 1984 esses duzentos Mw estão comprometidos somente com a ALCOA. A partir de 1985, entrando a ALBRÁS já seriam mais cem Mw. A partir de 1986, entra uma etapa à significativa da ALBRÁS que passa de cem para trezentos Mw. Em 1987, somando ALCOA e ALBRÁS, já daria praticamente duas máquinas setecentos e cinquenta Mw. Das duas então, 1986, daria quinhentos Mw.

O SR. ALBERTO SILVA — As três: ALCOA, ALUNORTE e ALBRÁS?

O SR. DOUGLAS LUZ — A ALUNORTE é pouco, de 24 passamos para 48 e permanece. 586, em 1987 cerca de 730, em 1988 já passa esse valor para um milhão e cinquenta e, aí, permanece oitenta e nove, noventa, que será a capacidade máxima instalada nessas duas indústrias.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Cinquenta por cento da primeira etapa. Fica com menos de 50%. Não, a primeira etapa parece que vai funcionar com dois milhões e...

O SR. ALBERTO SILVA — Quatro milhões. Em duas unidades de trezentos e trinta.

O SR. DOUGLAS LUZ — 25%, quer dizer.

O SR. ALBERTO SILVA — O total contratado não ultrapassaria esses 25%?

O SR. DOUGLAS LUZ — Dessas duas indústrias com que nós já temos contratos firmados, compromissos assumidos com data, não ultrapassaria os 25%.

O SR. ALBERTO SILVA — É por causa da redução dos subsídios. Porque, havendo uma redução de 15% como benefício é, praticamente, um subsídio.

O SR. DOUGLAS LUZ — É uma tarifa diferenciada.

O SR. ALBERTO SILVA — Um quarto por consequente da capacidade da usina vai fornecer tarifa subsidiada. Então, o restante entra na distribuição normal de tarifa do País?

O SR. DOUGLAS LUZ — Na interligação Norte-Nordeste, no fornecimento a Belém e as outras cidades e todos aqueles outros projetos que vierem a ser instalados naquela região.

O SR. ALBERTO SILVA — Sem acusar, entrando na parte de eclusas do nosso eminente Presidente da Comissão, eu perguntaria: se é tão importante, como tudo indica que é, a construção da eclusa para poder transformar

o rio em navegável, apesar da barragem, ao invés de os estudantes terem que ocupar os espaços, não seria mais oportuno que o País como País, o Governo como Governo, tome isso como uma coisa importante. Quer dizer, a ELETRONORTE está construindo uma usina e um outro Ministério está construindo uma eclusa, não é o caso de se mandar isso numa direção só? Porque se faltar verba no outro Ministério a eclusa não sai, e os estudantes terão que ir para dentro da barragem.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não tenha dúvida. Posso garantir a V. Ex.^a que os dois Ministérios fizeram o projeto em conjunto. Houve um entendimento completo. Foi tão completo e deu certo, porque só havendo esse entendimento pôde encaminhar, porque aproveitou-se toda a infra-estrutura já montada lá das empresas construtoras, que era estrutura da ELETRO-NORTE, o que não só barateou como facilitou a construção. As duas estão, realmente, participando. As verbas atuais não são nem da ELETRONORTE, nem da PETROBRÁS, são do PIN, determinados pelo Governo, no valor de Cr\$ 16 bilhões deste ano.

O SR. ALBERTO SILVA — Tem que ter um comando só, não é.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — É, mas tem um comando só com o apoio de suas entidades.

O SR. ALBERTO SILVA — A do Piauí, a Barragem da Boa Esperança, apesar de ser pequenina, foi construída quando o rio foi barrado e acabou. A eclusa está lá sem ter dono, não tem quem vá terminar a eclusa.

O SR. DOUGLAS LUZ — Ilustre Senador, eu gostaria de dar uma última notícia: o que existe é um convênio entre a ELETRONORTE e a PORTOBRÁS, para cobrir a construção da eclusa.

Eu gostaria de transmitir, também ao Senador Gabriel Hermes, nosso Presidente da Comissão, que ainda ontem, numa reunião de Diretoria havida na ELETRO-NORTE, firmamos uma decisão para que seja feito um convênio para o estudo da eclusa de Santa Izabel com a PORTOBRÁS, de maneira a dar continuidade a essa sequência de entendimentos. Inclusive, já temos um aditivo; há contrato com a construtora que faz o projeto da eclusa de Tucuruí para que continue a trabalhar, já na eclusa de Santa Izabel, dando continuidade a esta obra.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — É isto é fundamental para Goiás; a de Santa Izabel é básica para Goiás que, aí a navegação toma quase a extensão de 2/3 do rio.

O SR. MAURO BORGES — É essencial que o Araguaia e o Tocantins, sobretudo o Tocantins, são absolutamente essenciais no plano hidroviário do País.

O porto de Brasília poderá entrar daqui a 150 km no aproveitamento previsto para o rio Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Ouviremos o nosso colega, Carlos Lira.

O SR. MAURO BORGES — Ouvi atentamente a explanação do presidente da ELETROBRÁS e teria duas perguntas a fazer: Uma é que eu assisti o Senhor dizer que o rotor vem da França e eu faço a seguinte pergunta: Tenho lido que o rotor de Tucuruí foi produzido aqui no Brasil e pergunto ao Sr. Presidente da ELETROBRÁS, qual o motivo que levou a ELETROBRÁS a adquiri-lo na França se o rotor de Itaipu, se não me engano, já foi produzido aqui no País?

O SR. DOUGLAS LUZ — Ilustre Senador, é o seguinte: os equipamentos permanentes da usina de Tucuruí foram objeto de uma negociação efetuada há 5 ou 6 anos atrás, em que entra parte de equipamento produzido na França e parte de equipamento produzido no País, nas indústrias nacionais.

Naquela época, a indústria nacional, mediante suas entidades de classe, no caso ABDIB, SINDÍMAQ e outros órgãos que foram criados para proteger a indústria nacional, justamente da importação de equipamentos que possam ser fabricados no País, quando os acordos foram firmados, na época, previam que 60% do equipamento seria nacional e 40% importado. Esses contratos, por exemplo, o de Tucuruí, está dentro desse percentual citado: 60% nacional e 40% importado. A razão desse 40% importado é que isso foi objeto de uma negociação no setor elétrico e isso é chamado pacote *supplier's credit* que vem com os créditos dos fornecedores, além dos créditos privilegiados de governo a governo.

No caso de Tucuruí a razão do primeiro rotor ter chegado a ter sido fabricado na França, é justamente porque uma parte dessa parcela de 40% está representada por esse rotor. Por sua vez o segundo rotor, que já está pronto em Taubaté, na mecânica pesa, uma indústria nacional, ele está praticamente entregue, recebido e será transportado para Belém e depois para Tucuruí.

O SR. MAURO BORGES — Muito agradecido.

Agora uma segunda pergunta como nordestino, aqui representando o Estado de Alagoas, é a seguinte: Para mim economia é como alocar recursos escassos. Nós todos sabemos que o Brasil tem recursos escassos. E a resposta será o custo-benefício. Eu acho que o São Francisco ainda tem grande possibilidade, antes de se desenvolver a segunda etapa, de realizar as suas barragens. Em Alagoas existe um projeto a jusante da CHESF que duplicará a energia. Então a minha tese é exatamente em que, antes de se realizar a segunda etapa que, se os recursos forem escassos e os custos-benefícios também numa região de população muito grande, em que há uma maior estabilidade social, não somente a estabilidade econômica que, na realidade, é a primeira etapa na zona amazônica é razoável para dar o início, vamos dizer, o *take-off* da economia na região. Mas, na segunda etapa, a meu ver, teria de ser uma coisa muito meditada para ver se o custo-benefício, investindo esse dinheiro escasso, que nós todos reconhecemos e defendemos essa tese do Brasil, deve ser muito bem estudada.

— Eu acho que, ainda no São Francisco, numa região que tem uma população como a do Nordeste, não precisaria receber a energia de Tucuruí, ela ainda tem capacidade de gerar, mesmo na equação de irrigação. Esta é a minha opinião.

E a segunda opinião sobre os 15%, ficamos também abismados, porque sentimos na última reunião do Fundo Monetário — pelo menos o que eu li e entendi — diz que temos que aumentar o preço da energia. O Fundo Monetário está nos impondo um aumento violento no custo de energia. Quer dizer, vamos ter uma desestabilização social para uma desestabilização econômica. Nós temos que ter a unidade. O meu ponto de vista é esse.

Se essas unidades que são altamente de capital concentrado, não é de mão-de-obra, como a ALCOA e outras, elas também terão que sofrer o que o Fundo Monetário está impondo ao nosso País, que é no momento, aumentar enormemente a parte do custo da energia, num momento em que existe o escasso de energia. Quer dizer, há uma contradição, a meu ver, dessas posições. Isso era somente um adendo que eu queria fazer.

O SR. DOUGLAS LUZ — Quanto a primeira parte, estou de pleno acordo com o Senador, de que, na conjuntura em que vivemos, a administração de recursos tão escassos, significa realmente uma definição de prioridades. E no nosso setor, a ELETROBRÁS, a quem está afeta a programação e o planejamento do setor elétrico, tem levado isso em conta e tem feito, periodicamente. Hoje em dia nós estamos num plano chamado Plano 2000, que prevê a execução de todas as obras, obras próximas, a execução das obras e um programa de referência que vai até o ano 2010, nesse programa chamado Plano 2000. E nesse plano está sendo levado em conta toda essa sua preocupação com realção a utilização de águas do São Francisco. Ainda para a geração ou o recebimen-

to de energia do Norte, existe uma programação num planejamento dentro do tempo, que leva em conta, realmente, todas essas suas ponderações.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Vamos ouvir nosso companheiro e eu chamo companheiro, porque o Nestor Jost para a Amazônia hoje representa o gaúcho mais desejado. Tanto assim que no próximo dia 5 ele será recebido pelas entidades empresariais e, na ocasião, será tremendamente sabatinado.

O SR. NESTOR JOST — Sr. Presidente, agradeço a gentileza do convite de comparecer a esta reunião e o faço prazerosamente.

Primeiro que V. Ex.^a sabe, que a maior parte da minha vida pública foi feita no parlamento, tive 15 anos de mandato como Deputado e, por isso, eu me acostumei a admirar o esforço que aqui se traz na defesa dos interesses nacionais.

Segundo, devo também agradecer a oportunidade, como Secretário do Conselho de Grande Carajás, ter podido assistir à explanação feita pelo Presidente da ELETRO-NORTE que comanda a alavanca motriz de todo o desenvolvimento da região.

Do planejamento inicial, do aproveitamento das riquezas minerais se teve em vista a posição estratégica de reequilibrar as regiões mais carentes do País e, basicamente, dar um impulso ao desenvolvimento da região Norte, região Amazônica propriamente dita, colocando-a em condições de evoluir normalmente. E o planejamento levou em consideração um círculo enorme de oportunidades, levando também a coletividade a idealizar uma execução, muito além das realidades. Entretanto, o Governo fixou um parâmetro mínimo de infraestrutura que executaria, para que dali, então, se desenvolvessem as demais atividades.

Tudo isso se passou num período de grande euforia de crescimento mundial. Até que as obras se iniciaram, houve até um dissídio, bastante divulgado na ocasião, entre a Vale do Rio Doce e a sua associada, a United States Steel, que participavam juntas do direito de pesquisa e de exploração da mina de ferro, fazendo com que aquela empresa se retirasse por entender que não era ainda hora de fazer a exploração, porque havia oferta bastante de minério de ferro no mercado.

Entretanto, estudada a qualidade do minério, a Vale do Rio Doce entendeu que era oportuna a mineração e comprou a parcela que pertencia à United State Steel, por sinal por um preço mínimo de 50 milhões de dólares e ficou detentora exclusiva do direito de lavra da mina de ferro de Carajás, para cuja exploração era preciso construir a estrada de ferro. Então, se agregava aí o segundo braço da infra-estrutura: Tucuruí em primeiro lugar e a estrada de ferro em segundo lugar.

Do resultado da exploração do minério de ferro e dos demais minérios da Serra de Carajás, esperam-se os recursos com que ampliar a exploração econômica da região amazônica e a industrialização respectiva. Nós já chegamos à fase de determinar o final da construção da represa e, portanto, da usina de Tucuruí. O consumo, como ficou visto, inicial, ao menos nos primeiros anos, não ultrapassará de uma quarta parte do potencial da usina. Mas os estudos complementares da represa e usina de Santa Izabel continuam e devem continuar, porque o plano engloba um pouco mais de exploração da região como um escoadouro da produção agropecuária, não só da própria região Amazônica como do Estado de Goiás. Todos sabem que os produtos agrícolas de baixa densidade econômica não comportam o custo de transporte para os portos de exportação, sob pena de deteriorar de tal forma a lucratividade do produtor que o manterá sempre nesse estado de penúria em que vivem ainda hoje em nosso País.

Entretanto, a iniciativa privada e a própria iniciativa da Vale do Rio Doce, conceberam o aproveitamento do minério de bauxita, cuja fundação estava em início na

mineração do Norte, para a exportação, conceberam a transformação desse minério de bauxita em duas grandes unidades: uma ALBRÁS-ALUNORTE, em Porto Conde, ou na cidade de Barcarena que estamos construindo agora, e a outra na cidade de São Luís, de início da responsabilidade da ALCOA, com o nome de ALUMAR e, posteriormente, com a entrada da Billington de responsabilidade das duas empresas na proporção de 60% da ALCOA e 40% da Billington. E, já posteriormente o Conselho aprovou um projeto, também da Construtora Camargo Correia, para produção de silício metálico em Tucuruí.

O estudo e aprovação desses projetos industriais básicos para a região, foram simultâneos com a escolha de locais apropriados para centralizar a indústria em pólos, que seriam demarcados segundo a oferta melhor do sistema de transporte e de energia. Foram eleitos, portanto, os lugares de Barcarena, Marabá, Serra de Carajás e São Luís como postos, pontos centrais de desenvolvimento industrial. A energia elétrica já chegou nas linhas de transmissão, a todos esses locais, agora utilizando a energia gerada em São Francisco, mas logo que for inaugurada a usina de Tucuruí, com a energia própria. A perspectiva de funcionamento, que tem sido muito questionada, — aqui é bom que fique bem claro — está prevista para 1985 e não há, ainda, nenhuma prorrogação que exceda esse prazo, dentre todas as obras programadas, a não ser a produção de alumina na fábrica da ALBRÁS-ALUNORTE em Barcarena, em virtude da crise mundial do alumínio e da oferta muito grande e muito barata de alumina nos mercados.

Essa questão tem sido extremamente debatida e há estudos bastante adiantados de duplicação da produção de bauxita, na mineração do Norte para continuar exportando bauxita, na mesma proporção, e servindo à fábrica da ALBRÁS, servindo à fábrica da ALUMAR.

O que aconteceu é que no auge da construção houve a oferta por preço baixíssimo da alumina e na fábrica há uma associação das principais produtoras de alumínio japonês e da Vale do Rio Doce, na proporção de 49% e 51% para a Vale do Rio Doce. E essas empresas, então, pediram à Vale do Rio Doce a sua concordância para o adiamento do início da produção de alumina e, mesmo assim, queriam, também, transferir a produção de alumínio. Mas nesse entretanto houve uma reação nos mercados e o alumínio já está tendo uma reação bastante positiva nos mercados e o empreendimento que não teria sido iniciado, se não tivesse sido iniciado antes da crise, agora já tem a sua garantia de término para a fábrica de alumínio e alumina da ALUMAR, em 1984, possivelmente no primeiro semestre, e da ALBRÁS-ALUNORTE no segundo semestre de 1985, para a fábrica de alumínio, primeira fase. E, para 1988, possivelmente, a fábrica de alumínio. Eu digo possivelmente, porque as negociações da Vale do Rio Doce com os seus associados está em pleno andamento e é possível que a melhora do mercado venha a possibilitar que esse entendimento antecipe o funcionamento da fábrica de alumina, que é para 800 milhões de toneladas. E que isso se possa fazer até antes, porque os alicerces, a base da construção civil já está concluída e os cronogramas em atraso não teriam uma paralisação, eles continuariam no ritmo normal para a fábrica de alumínio e no ritmo retardado para a fábrica de alumina. Mas não haveria uma paralisação para evitar prejuízos maiores.

De qualquer forma, essas empresas contam os juros e têm conveniência em concluir, se os mercados o permitirem, o quanto antes a sua produção, porque assim o seu investimento fica menor.

Essas são, portanto, as duas grandes empresas e ambas constituem os maiores empreendimentos feitos até hoje no território nacional.

A ALUMAR tem um investimento de aproximadamente 1 bilhão e meio de dólares e a ALBRÁS-ALUNORTE de mais de dois bilhões de dólares. Nenhuma outra empresa brasileira, até hoje, teve investimento desse porte, separadamente. Isso demonstra que,

as empresas que são profissionais no ramo de alumínio têm confiança de que as condições locais para a produção de alumínio, no Brasil, são as melhores possíveis. E, em consequência da disponibilidade de energia, há um interesse muito grande no deslocamento para a área de transformação dos minérios de manganês. O Conselho já determinou a sua política em relação ao minério de manganês.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Se o Sr. me permitisse eu gostaria de dizer que os problemas da ALBRÁS-ALUNORTE são ALCOA e de muita gravidade. Eu faria uma pergunta, que está aqui num documento que veio de entidades de classe que levantaram uma luta tremenda.

A ALCOA pertence à chamada "Seis Irmãs" que formam o grande trust internacional, que domina alumínio, alumina e, praticamente todas as nascentes — ou digamos — todos os lugares onde aparece bauxita elas se empregam. Nós tivemos que lutar e nisso passou fora até da Vale do Rio Doce. Eu mesmo tive oportunidade de, no Japão, participar de um encontro e, na ocasião, em que estava lá acompanhei a Vale do Rio Doce. A ALCOA chegou a propor vender o alumínio para que nós parássemos a ALBRÁS-ALUNORTE, onde já estava investindo, nesta altura, 120 milhões de dólares e sentiu-se que, no fundo, iria dar um *dumping*, que era o *dumping* mundial que existe. Essas é que é a realidade.

Eu perguntaria ao meu amigo — porque assim não se perdia a continuidade — houve a reação, a Vale do Rio Doce, naturalmente prestigiada pelo Governo, e pelos empresários interessados do Brasil para que não se formasse esse *dumping* dentro do Brasil?

Se nós deixássemos a ALCOA com o seu potencial, com a sua força de uma multinacional, ela teria acabado com a ALBRÁS-ALUNORTE. Eu mesmo fui a vários órgãos de segurança do Brasil, conversar sobre esse assunto e tive a satisfação de sentir que a palavra de ordem foi para que, a qualquer preço — e isto foi dito segundo eu estou informando pela própria diretoria da Vale do Rio Doce que é uma empresa nossa — ela mantivesse a continuidade da construção da ALBRÁS-ALUNORTE. E nesse ponto, se o nosso amigo antes de passar adiante, quisesse dar alguma informação, nós aceitávamos. E, tanto assim que a ALUNORTE não parou, que tem duas vezes a capacidade da outra. Mais de 50% do capital é nosso. E, portanto, uma empresa que será brasileira e que poderá vencer a concorrência.

O SR. ALBERTO SILVA — Nobre Senador, isso nos traz uma pergunta, com a permissão do expositor, que está nos encantando com uma exposição tão clara, que é a seguinte: Se as duas empresas têm maioria de capital nacional, o preço do alumínio a ser exportado compensa o investimento nacional, em virtude da baixa do preço internacional? Qual o lucro que o Brasil tem, vendendo alumínio, usando energia subsidiada? E me parece que cabe a pergunta exatamente agora.

O SR. NESTOR JOST — Eu tenho uma concepção bastante ampla da utilidade da Usina de Tucuruí. Ela teve mesmo o seu nascimento para ressuscitar a região amazônica, propiciar aquelas condições mínimas de possibilidade de desenvolvimento. E, em virtude da disponibilidade de energia, é que foi possível atrair essas empresas, mediante uma oferta de um benefício, porque algumas fábricas de alumínio, ainda funcionando no mundo, têm tarifas mais baixas do que as que vão ser propiciadas, principalmente no Canadá e, algumas, ainda, na América do Norte. Então, realmente, na Europa e no Japão, já não existe mais tarifas baixas de energia, e aí a atração dessas empresas para produzirem aqui, com aquela seqüela de benefícios gerais que conhecemos.

Mas, voltando para o problema do Presidente, Senador Gabriel Hermes, realmente houve proposta de desengajar a ALBRÁS-ALUNORTE, ou adiá-la sem data determinada no ano passado, em virtude da constância e da queda de alumínio e, principalmente da oferta de

alumínio, que aí já vai para um outro ciclo. Porque os detentores do controle da produção da alumínio, têm uma política tradicional de não deixarem desenvolver muito a produção de alumínio, sempre sob controle da produção da alumina. E, ultimamente, esse controle tem sido furado, porque várias entidades governamentais estão entrando na produção e, com isso, o *trust* não tem mais condições de subsistir e procura se associar, também, com os governos. Como é o caso típico da associação da Vale do Rio Doce com esse grupo de japoneses, proposta nascida e oferecida pelo governo brasileiro aos japoneses.

Eles que vão investir capital e que custa um juro ainda pesado. Apesar de não ser aquele juro bárbaro de dois anos atrás, mas um juro elevado demais, 10% ao ano, achavam que funcionar logo a fábrica de alumina, diante da oferta mundial excessiva, não seria negócio. Então concordaram em prosseguir no mesmo ritmo na fábrica de alumínio, que está proposadamente para ser inaugurada dentro do prazo marcado, foi adiado já uma vez, era para ser em 1984, como é a ALUMAR em São Luís, passou para 1985. Então, nós temos a convicção de informações obtidas a Vale do Rio Doce, que é associada da empresa majoritária, que a fábrica de alumínio vai funcionar em 1985, e que a de alumina, o prazo máximo que a Vale do Rio Doce vai concordar, é prorrogar o seu funcionamento até 1988. Se os japoneses não concordarem com isso, a Vale tomará a si e levará avante, vai fazer a fábrica de alumina. Mesmo porque a produção de alumina da ALUMAR, em São Luís, tem uma parte comprometida para a fábrica de alumínio da ALUSUL, aqui no Rio de Janeiro? e vai consumir uma parcela, para a produção de 100 mil toneladas de alumínio da sua própria produção, não teria capacidade de fornecer para a ALBRÁS mais do que umas 200 mil toneladas, para 100 mil toneladas de alumínio da sua primeira fase. Mas, como ela tem a pretensão de fazer 300 mil toneladas de alumínio, teria que importar alumina, se não fosse produzir ela mesma a alumina.

Assim que tudo está marchando para que a mineração do norte duplique a produção de bauxita, lá no Estado do Pará, para que a ALBRÁS-ALUNORTE vá fazer as suas 300 mil toneladas de alumínio, isso tudo voltado para o mercado exportação; porque, para o mercado interno, já há outras fontes de produção que estão suprimindo o mercado interno. Tanto é que, sem essas duas fábricas funcionarem, já estamos exportando alumínio presentemente. Esse é o aspecto da fábrica de alumínio. Agora, as fábricas de manganês, de que eu vinha falando.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Eu só queria lhe pedir licença, para que ficasse bem claro. Se não tivesse havido a reação do Governo brasileiro e de grupos brasileiros — eu faço justiça aqui até ao Sr. Ermírio de Moraes —, a ALCOA teria acabado com a continuidade da nossa fábrica, estabelecido um *dumping*. Para isso ofereceu a mercadoria que está nós vendendo pelo dobro do preço, a 50%, naquela altura, mais barata, porque, logo a seguir, quando ela sentisse que a nossa estava — vamos usar o termo — esbandalhada, ela passaria a vender pelo preço que quisesse. Foi uma atitude corajosa do nosso Governo. A nossa Vale do Rio Doce foi o braço do Governo e, assim, nós não teremos o *dumping* no Brasil.

Isso é o que eu queria que ficasse gravado. E acredito que o nosso Secretário não tem dúvida nenhuma.

O SR. ALBERTO SILVA — Sr. Presidente, o nosso tempo está se esgotando e temos que fazer perguntas. Assim como estamos aguardando os documentos prometidos.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Vai chegar às suas mãos. Não só vai chegar às suas mãos, como eu disse a eles que, depois, vou apanhar tudo isso e levar para o plenário com o fim de, juntamente com os campai-
neiros da Comissão, debater.

O SR. ALBERTO SILVA — Sr. Presidente, queria, inclusive, aproveitar o constrangimento que estamos tendo agora, eu tenho um almoço com o Ministro das Comunicações e, ao mesmo tempo, quero ouvir a palestra do nosso companheiro Nestor Jost, para pedir que as próximas palestras comecem sempre antes, se possível às 9 horas, 9:30 horas, porque sempre vamos ficar com esse problema de almoço. É uma sugestão, exatamente aproveitando esse constrangimento nosso, desse momento.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Muito obrigado aos colegas.

Mas, continua o nosso companheiro. Toda a matéria está sendo gravada, está sendo taquigrafada e, depois, será distribuída. Além de que eu vou conversar com os membros da Comissão para ser levada ao plenário da Casa. Um problema como esse, por exemplo, da bauxita, do alumínio e da alumina, é um problema para o Congresso debater. É preciso que o Governo tenha apoio e tenha consciência de que nós estamos conscientes de que temos de defender a detenção de um **dumping** dentro do Brasil.

Com a palavra o nosso companheiro.

O SR. Nestor Jost — Sr. Presidente, eu estava dizendo que o problema do manganês foi definido pelo Conselho, atribuindo a exploração da mina à Companhia Vale do rio Doce, que era detentora do direito de pesquisa e de lavra, e definida a política de que ela não poderia suportar mais de uma quarta parte **in natura**, obrigando-se a vender o restante do minério para a industrialização interna.

Há muitos interessados em constantes consultas com a Secretaria do Conselho, mas, infelizmente, a mesma crise que nós aludimos de consumo de alumínio houve também com o consumo de aço. A produção mundial de aço, que em 1980 chegou a atingir 750 milhões de toneladas, baixou para pouco mais de 600 milhões de toneladas. Consequentemente, o comércio de minério de ferro baixou também de mais de um trilhão e meio de toneladas para menos 300 milhões de toneladas, que afetou o mercado. E, então, como o manganês tem vinculação direta com o minério de ferro na produção de ferro, também a oferta está ampla, e não houve ainda um interesse mais rápido de exploração. Mas, nós temos algumas entidades estrangeiras procurando associação com entidades brasileiras no sentido de fazer uma exploração na região. E, geralmente, se fala na exploração do minério de manganês na própria serra de Carajás ou no Município de Marabá. Nós estamos procurando incrementar o interesse das empresas nacionais e estrangeiras interessadas, porque vislumbramos, na exploração do minério de manganês, o enriquecimento da Companhia Vale do Rio Doce, porque é tão baixo o custo de exploração do minério, que ele vai contribuir para o custeio da exploração do minério de ferro, que é menos nobre e que é bastante custosa. Todos sabem que o investimento global, ali, da exploração da estrada de ferro, da mina de ferro e do porto, passam de 4 bilhões de dólares e têm de ser indenizados.

A concorrência é muito acirrada, hoje, no mercado mundial de minérios, justamente porque não só estacionou como diminuiu o consumo. E, nessa concorrência, são eliminados aqueles que têm menos condições de competição.

Nós entendemos que a Companhia Vale do Rio Doce vai melhorar as suas condições competitivas, que já são muito boas hoje, no mercado, com oferta de minério de Minas Gerais, com oferta do minério de Carajás, pelo seu alto conteúdo ferrífero. Aquele minério de 67% não só vai economizar no transporte, que hoje é um item importantíssimo nas exportações, como também vai economizar energia na transformação, pelo grande conteúdo.

Então, a dúvida que muitas pessoas têm de ser oportuna ou não a entrada da oferta atual da mineração da Vale do Rio Doce na serra de Carajás, fica respondida por isso; ela vai entrar num mercado competitivo, mas vai alijar no mercado aqueles que têm menos competi-

vidade. E nós ligamos, de certa forma, movimentos contra a exploração de Carajás, que estão desenvolvendo interna e externamente no País a esse temor de concorrência. Agora mesmo, houve, na semana passada, um congresso importante, em Bruxelas, promovido pelas organizações não governamentais que cooperam com a Comissão Europeia, em matéria de ajuda ao III Mundo, que terminaram com um memorial a CEE pedindo que ela suspendesse os recursos para a construção da ferrovia de Carajás, porque nós, aqui no Brasil, não respeitamos os direitos do homem. É um sinal de que alguns estão temendo a concorrência, e alguns países europeus, até membros da CEE ou da ESPA, têm minério de muito menos conteúdo e que, portanto, vão sofrer uma concorrência acirrada da Vale do Rio Doce.

Esses movimentos geralmente têm uma força propulsora. Nesse caso, tenho bastante desconfiança que os interessados em evitar a concorrência estejam procurando criar dificuldades para o financiamento que está assinado, e que nós temos plena confiança de que os compromissos vão ser honrados, porque, inclusive, com o Banco Mundial há uma cláusula expressa, no contrato de financiamento, de atenção especial ao indígena na região atravessada pela ferrovia. E a Vale do Rio Doce, cumprindo aquela cláusula contratual, contratou também com a FUNAI a passagem de mais de 12 milhões de dólares para a assistência aos grupos de índios, ao longo da ferrovia. Esse contrato de assistência está em pleno andamento e, portanto, não há nenhuma razão para que façam comícios, hoje, na Europa, falando que nós estamos desrespeitando os indígenas e o homem, com perseguições políticas na região, que realmente não envolve nenhuma das nossas atividades.

Assim, de passagem, eu quis apenas citar esse fato, porque muita gente se preocupa, e todos nós temos que ter essa preocupação normal, porque se o País está se envolvendo para propiciar uma fonte de exportação, é claro que nós temos que ter um saldo favorável na balança correspondente ao investimento e às exportações. Estamos convictos de que é oportuno que a Vale do Rio Doce conclua, como nós esperamos em 1985, a estrada de ferro e passe a exportar o seu minério, e vá encontrar o mercado em melhores condições do que hoje. Porque já agora, nesse ano de 1983, houve reação no mercado, a procura de minério de ferro foi maior. Houve também, simultaneamente, uma queda de preço, quase que se explica em termos concorrenciais no comércio mundial. Uma defasagem, muito longa, de exportação fez com que todos os exportadores juntassem lá estoques. Na hora da reabertura do aumento de procura todos estão acumulando juros de despesas sobre os estoques, procuram focar aquele estoque para a frente, e é o que está acontecendo. Nós estamos já exportando mais minério de ferro a diversos exportadores do mundo, infelizmente, com o preço um pouco deprimido, mas que nós esperamos também que sejam reabilitados muito em breve, isso certamente acontecerá até 1985, quando a Vale do Rio Doce terminar a construção da sua mina, da ferrovia e do porto.

Casado com o ferro está o manganês, assim como casado com o alumínio está o silício, e nós esperamos que com as exportações de alumínio já se possa juntar à exportação de silício, que é a fábrica aprovada para ser sediada em Tucuruí nas melhores condições de economicidade para produção, passe a exportar também em 1985 cerca de 50 milhões de dólares de silício metálico.

As demais atividades industriais estão todas condicionadas a essa crise de verdadeira depressão que se abateu sobre o mundo, mas como esperamos que isso seja transitório, nós vamos ter interesse para exploração das atividades econômicas na região. Nós pessoalmente estamos persuadidos que a região de Carajás tem as melhores condições locais, devido a oferta de água doce, que é muito importante, energia elétrica e mão-de-obra farta para a indústria siderúrgica. Como a indústria siderúrgica está em crise, tem de se modernizar, principalmente a indústria americana que está sob a pressão da oferta

de indústrias mais modernas como são as japonesas, a brasileira e outras, eles têm que se modernizar e, talvez eles venham encontrar aqui, na região de Carajás, um local adequado para produzir os produtos semi-acabados. Entretanto, nós já temos conversado com empresários brasileiros estudando a possibilidade da construção, em Marabá, de uma siderúrgica experimental de 120 mil toneladas, num sistema muito moderno de eletrossiderurgia, por custo baixíssimo em condições de, realmente, poder comportar a concorrência em qualquer parte do mundo.

E também para Marabá, está em estudos a instalação de uma cadeia de fornos de gusa, e aí o Banco Bamerindus, que está fazendo os estudos, e pretende estabelecer ali uma coletânea de fornos de gusa para atingir até 1 milhão de toneladas. Entendemos, também, que as condições pela presença do carvão, como redutor baratíssimo, vai permitir a produção de gusa, lá, em condições muito mais favoráveis do que aqui no centro do País, de onde nós estamos hoje exportando gusa.

Essas perspectivas todas no início da consecução do programa pareciam que podiam se realizar com mais pressa, mas infelizmente a conjuntura nacional e a conjuntura mundial vêm atrasando a instalação dessas fábricas, e nós esperamos que essa conjuntura melhore e tudo se realize, embora com um período de atraso que não tem cura; já se passou a crise e nós estamos mergulhados nela.

Nós temos ouvido muita crítica à instalação de indústria e queríamos apenas ressaltar que, o simples fato da ELETRONORTE estar construindo em Tucuruí o colosso daquela usina, tem levado para aquela área não só as oportunidades de trabalho, que não significam apenas o salário, mas também o aperfeiçoamento do trabalhador, que nós temos procurado propugnar no sistema de guarda-chuva de assistência de diversos órgãos governamentais, e também a lucratividade dos salários que estão entrando na região, além do potencial de energia que vai dar a todo o desenvolvimento. Mas já a simples construção está dando outras condições, está levando à civilização. A cidadezinha de Tucuruí, construída pela ELETRONORTE como base para a construção da barragem, é uma cidade modelar, uma linda cidade, cravada no interior do País. Gosto até de citar alguns números, que a fábrica da ALUMAR em São Luís, segundo o seu último relatório, tem de empregos diretos, permanentes, 935. Tem hoje, nas obras mais 8 mil empregados com 85% de empregados maranhenses. Os recolhimentos trabalhistas são da ordem de 450 milhões até 31 de dezembro. De ICM recolhido no Estado, 229 milhões, de ISS recolhidos ao Município de São Luís, 199 milhões. Ora, eles têm de salários pagos na região, de compras no Estado do Maranhão, 3 bilhões de cruzeiros que geram um ICM bastante alto para o Estado do Maranhão. Têm comprado no mercado nacional de equipamento 65 bilhões de cruzeiros até o fim do ano.

São todos números que demonstram que a simples construção dessas indústrias já movimentou, em São Luís do Maranhão, todos os alunos das escolas técnicas, formados anteriormente, e tenho informação, estão empregados na ALUMAR. E o potencial da ALUMAR não é suficiente para o trabalho de todos. Até há um problema que já está se esboçando na região. Acha que os operários, os funcionários, aqueles estudantes, são tão capazes que o normal dessas empresas é convocar o dobro do necessário para depois expurgarem os menos capazes. E eles estão tendo dificuldades, convocaram o dobro e acham que todos os trabalhadores, estudantes do Maranhão, têm condições para serem empregados na empresa. É um dos exemplos, não tenho os números correspondentes, mas acho que o problema é que a ALBRÁS-ALUNORTE vai levar também para lá.

Há esse ressurgir imediato. Mas, a presença dessas indústrias vai, certamente, dar ensejo ao desenvolvimento industrial com toda aquela sequência de outros empreendimentos que vão aproveitar as matérias-primas daquelas indústrias maiores ou servir aquelas indústrias.

No campo mineral, propriamente dito, tem havido falta de recursos do Governo para a exploração do subsolo, com tem havido falta para a exploração do solo. Estamos com um plano muito interessante do Governo, do Ministério das Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Produção Mineral, que chamam mapa de previsão mineral para a área do Programa do Grande Carajás, que eles estão já executando com dificuldades, porque não conseguiram os recursos suficientes, que tem por finalidade dar, realmente, um mapa da região do Carajás, bastante mais conhecido, porque estamos trabalhando ainda sob o mapa do projeto RADAM, com uma proporção de estudos muito difícil. Esse sistema de mapa de previsão mineral é o sistema adotado em todo o mundo e vai facilitar não só a localização e economia na pesquisa dos diversos minerais existentes, como também vai evitar que se cubram algumas áreas. É bem possível e até provável que, debaixo das águas do lago de Tucuruí exista alguma mina de ouro, e não houve nenhuma pesquisa anterior ali. Isso pretendemos evitar para a futura represa de Santa Isabel e outras explorações que se venham fazer na região.

O Conselho está interessado em procurar recursos, mas estamos numa penúria orçamentária tremenda, nesse ano de 1983, não obstante os recursos para a execução planejada em três anos, desse mapa de previsão, está sendo objeto de interesse do Conselho do Grande Carajás.

A agricultura, também, é um ponto importante. Estamos aprovando projetos para a região. Os projetos maiores não dependem de um estudo prévio do Governo e tivemos o primeiro projeto de colonização da firma Andrade Gutierrez para 400 mil hectares e que estão sendo vendidos aos agricultores. Aliás, de terra muito boa. Esse projeto tem uma surpresa; ele foi aprovado no Conselho, no mês de outubro, e agora já tem lá 3 ou 4 mil garimpeiros, produzindo uma quantidade bem razoável de ouro, porque quando aprovamos o projeto, há meio ano atrás, não supúnhamos a existência de ouro naquela região. Hoje, existe lá um grupo de garimpeiros tirando ouro. Mais uma razão para se justificar a aceleração do projeto de mapas previsionais que pretendemos estabelecer.

Além disso, aprovamos no Conselho um projeto de produção de dendê, de 6 mil hectares, também de um dos empreiteiros da área, a Firma Mendes Júnior, fica a 100 quilômetros ao sul de Belém e o Senador conhece bem, porque também é dendezeiro da região. Entendemos que a produção de dendê é muito importante. Inicialmente, parece-nos que deve-se dar ênfase às culturas permanentes na região, à borracha. Não vamos incentivar mais o cacau e o café, porque eles trazem problemas mundiais muito sérios de superprodução, mas a borracha tem uma deficiência muito grande entre nós. Então, a seringueira é um dos objetos, o dendê é outro, guaraná e assim outros produtos tipicamente tropicais, equatoriais, que devem merecer a nossa atenção e cujos projetos o Conselho já vem aprovando. Na última reunião aprovou dois projetos, importantes também, para a agricultura e para a indústria. São projetos de produção de carvão e um projeto de pecuária num dos municípios do Maranhão, tendo em vista exportações de carne para a Europa.

O SR. MAURO BORGES — Produção de carvão vegetal ou mineral?

O SR. NESTOR JOST — Carvão vegetal.

A concepção que o Conselho tem da produção de carvão é de que houve muito desperdício de mata com a ocupação territorial dessas áreas, transformando essas matas em fazendas. E se verifica, hoje, pela qualidade da madeira, que é possível, com o aproveitamento técnico da madeira, transformado em carvão, pagar todo o trabalho de desmatamento e ainda obter algum lucro para a manutenção do agricultor.

Nos planos de colonização que o GETAT está tendo para local 3 mil agricultores no Município de Marabá, em duas glebas que estão reservadas, é pensamento de que os agricultores, ao fazer o desmate inicial, tenham quem compre o carvão. E uma comissão que já deu sua

opinião por escrito, ao Conselho, chegou à conclusão de que se impunha, desde logo, estabelecer centro de compra de carvão para evitar a queima da mata inútil.

Assim é que estamos negociando com a Vale do Rio Doce e, especialmente, com a PETROBRAS para ver se estabelecemos, nos núcleos centralizados da indústria, locais para a imediata compra de carvão.

Lá em Tucuruí, por exemplo, a fábrica de silício está disposta a comprar o carvão imediatamente. Não precisará mais haver desperdício da madeira queimada e evitar até que essas nuvens de fumaça que se vêm em certos tempos de queimada em todo o céu do Brasil, desperdiçando madeira.

Aprovamos dois projetos, na última reunião, visando ao aperfeiçoamento do aproveitamento do babaçu e do carvão comum de madeira. Todas essas fábricas que citei, aí, vão usar o carvão de madeira, menos a ALUMAR que já tinha condições contratuais de utilizar outro tipo de energia. Quando nós não pudermos usar o carvão de madeira, estamos incentivando as indústrias a usarem a energia para a produção de vapor, porque a energia estará disponível por muito tempo ainda.

Quanto à agricultura, propriamente dita, o Ministro da Agricultura nomeou um grupo de trabalho que está elaborando um programa que deverá contar com incentivos especiais, especialmente, de assistência técnica para desenvolver alguns núcleos como irradiadores na modernização da agricultura. Basicamente, o que se pretende é melhorar as condições de produtividade de atuais ocupantes da área e, simultaneamente, introduzir novos agricultores com técnicas mais modernas. Quer dizer, enquanto se recupera o agricultor tradicional que tem uma baixíssima produtividade na sua lavoura principal, que é arroz e mandioca, no Maranhão e no Pará, pretende-se modernizar a agricultura.

Com a barragem e com a eclusa de Tucuruí, o que se pretende é facilitar a navegação para a produção que, assim, vai poder atingir uma produção moderna, em grandes proporções no norte do Estado de Goiás. A região do norte do Estado de Goiás, hoje, tem condições de produzir, mas não tem condições de transporte. Tudo que ali se produzir de baixa densidade econômica onerará demais o produtor, assim que se prosseguir no programa de navegação dos rios Tocantins e Araguaia, e não deverá demorar muitos anos, vai facilitar que a pressão produtiva do Estado de Goiás encontre o seu escoadouro natural pelo Estado do Pará, através do rio Tocantins. Enquanto não se concluir a eclusa, é necessário e imprescindível que se estabeleça um porto de descarga na bacia da usina e um de carga abaixo, ou aproveite um dos que já existem, abaixo da eclusa. Porque, realmente, se sabe que o vulto dos recursos a serem empregados na eclusa é muito superior economicamente ao que podia sair hoje de produção. Mas está se construindo uma obra para o século futuro, não é uma obra atual. Lá naquela represa está se plantando carvalho e não couve. Por isso todo o recurso ali aplicado tem a sua justificativa política, que é integrar um plano de desenvolvimento total da região.

Assim, Sr. Presidente, eu penso que dei uma idéia panorâmica do que está se passando e acho que podemos dizer que tem havido muita notícia a respeito de um possível atraso nas obras. Mas realmente é possível que haja algum atraso. Mas, por enquanto, as etapas finais dos diversos cronogramas estão sendo perseguidas, e é possível que se obtenha isso.

Fora da estrutura básica, que é a estrada de ferro e o porto, estamos também procurando levar aos diversos Ministérios, componentes do Conselho, o nosso interesse em ver concluídas as obras. Nós temos uma, que vi citada, hoje aqui, obra incomum da PORTOBRAS com a ELETRONORTE; temos uma também que é a ponte sobre o rio Tocantins, que julgamos uma obra da maior importância, que é da responsabilidade do DNER e que foi feita em comum pela Companhia Vale do Rio Doce, sob empreitada por essa empresa, mas financiada pelo DNER. Na infra-estrutura ela está concluída e agora as nossas negociações são no sentido de que conclua a superestrutura. Entendemos, mais do que necessário, que se

conclua como obra básica nº 1, depois da ferrovia, aquela ponte. E logo em seguida a ligação asfáltica de uma estrada que está comportando um tráfego intensíssimo hoje, que é a Belém—Brasília, a partir de Filinto Müller até Marabá.

Na última reunião do Conselho, o assunto foi amplamente discutido e houve unanimidade dos Ministros em entender que, em termos de asfaltamento de rodovia, aquela era prioridade também imediata.

Na região de Belém para Barcarena, também estamos procurando melhorar e se possível reasfaltar aquela estrada em combinação com o Departamento do Estado que, infelizmente não tem recursos, mas é o detentor da estrada. Estamos procurando agora incentivar um pouco mais as conversas, no sentido de auxiliar os Estados a melhorar bem aquela estrada e possivelmente fazer um recapeamento total do asfalto.

Assim, a nossa presença, no caso, é mais de estímulo às autoridades federais e estaduais para que sintam a necessidade de se dar andamento a algumas obras imprescindíveis ao total do conjunto, porque caso contrário seria prejudicado.

Achamos que a luta pelas verbas orçamentárias, nesta situação inflacionária que o País enfrenta, é de todos conhecida, mas também achamos que algumas obras, enfatizamos muito na última reunião do Conselho, de que algumas obras — repito — como essa ponte e asfaltamento daquele trecho de estrada e mais o acesso do sul, quando possível, desde uma parte da Belém—Brasília, que possivelmente será modificada, em virtude de novos conhecimentos da região. E, sobretudo, o que desejamos é que na região se implante logo os centros industriais programados. Nós esperamos na próxima semana fazer contato em Belém com a Aeronáutica, que é detentora da área que nos interessa para a localização do Centro Industrial de Tucuruí, e com o empresário, que é detentor de uma área que nos interessa para o Centro Industrial de Marabá. Essas duas áreas estão tendo uma certa prioridade, estão sendo perfeitamente estudadas, estamos na fase de locar e tentar comprar, se tivermos recursos, as áreas, para imediatamente dar andamento às cidades indústrias respectivas.

É neste pé que estamos.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Meu caro amigo Dr. Nestor Jost, Dr. Mauro Borges, caro colega Dr. Douglas Cruz, e tenho realmente uma porção de perguntas de colegas. Eu vou fazer uns contatos depois com os meus dois amigos.

O SR. NESTOR JOST — Estou disposto a responder a todas as perguntas de V. Ex^a e posso até me comprometer a fazê-lo em síntese.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Acho que grande parte delas seria preferível realmente eu lhe encaminhar. Muitas delas são oriundas do Pará, e se justifica no Pará porque lá está o ferro, no Pará está a bauxita, lá estão as indústrias, se localizando menos a que está no Maranhão; no Pará está se fazendo o porto de Barcarena que, realmente, é uma obra monumental, inicialmente para navios de 45 mil toneladas, mas dará até para navios de 90 mil toneladas, e será o grande porto de escoamento de todo o Tocantins e o Araguaia, e no Pará estão aquelas empresas que sonham colaborar. Preferia, realmente, encaminhá-las depois ao nobre amigo.

No Encontro de Belém sei que serão levantados. Já, antecipadamente, como tive o cuidado de fazer com o Dr. Luz, quando dei conhecimento a ele dessas preocupações que teríamos com relação ao preço da energia subsidiada de 15%, que realmente assusta. Nesta altura, temos de fazer todos os milagres, inclusive conseguir recursos, vendendo ferro a 20 dólares a tonelada — e agora até a 18 dólares a tonelada, está se vendendo uma tonelada de ferro posta no Japão. Uma tonelada de ferro posta no Japão. Eu vendo até areia de umas movimentações que tenho de areia, aqui, com os meus sócios e com o grupo do Mundo das Tintas, nós vendemos os caminhões de areia muito mais caro aqui dentro de Brasília

do que o nosso ferro posto dentro do Japão. Nesta altura, tudo é possível para que a Vale do Rio Doce tenha recursos e possa dar andamento a essas obras básicas.

Não vou mais tomar o tempo dos nossos amigos. Agradeço a presença de V. S^{ts} Vou precisar de muitos desses dados que foram trazidos pelo Dr. Nestor Jost, vou buscar eu mesmo, possivelmente com alguns colegas que não puderam comparecer. Como disse, há uma reunião fechada do Partido, inclusive com pessoal do Norte, do Pará, que estão lá dentro discutindo. E também do

nosso Dr. Cruz, vou utilizar esses dados e oferecer aos colegas para que levem ao plenário, para que o Brasil tome conhecimento disso, através de discurso, através de transmissão pela rádio, pela televisão e de impressos que irei fazer.

Então, só me resta agradecer a atenção de V. Ex^{ts} e lamento não termos tido, hoje, a afluência que tivemos na última reunião, com o Ministro César Cals, porque coincidiu, realmente, de termos hoje cinco congressos sendo

realizados — dois na Câmara e três aqui dentro com os deputados estaduais que carregam muito com os parlamentares federais — e mais quatro reuniões de Comissões, com esta.

De modo que a todos o meu muito obrigado e podem ficar certos de que a presença de V. Ex^{ts} é muito útil para o conhecimento da Comissão e para as informações que estamos recebendo e que iremos complementar.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 40 minutos.)